TAM S.A.

e TAM S.A. e suas controladas

Companhia Aberta - CNPJ 01.832.635/0001-18

TAMM4 NÍVEL2 BM&FBOVESPA | TAM LISTED NYSE | IGC | itag | Ibovespa | IVBX2 | IBrX | IBrX50

Comentários de desempenho 2011

Em 2012 pretendemos formar, junto com a LAN, o principal grupo aéreo da América Latina e um dos maiores da aviação mundial. No ano passado, avançamos em direção a esse objetivo, quando o LATAM *Airlines* Group recebeu todas as aprovações de órgãos de defesa da concorrência - incluindo as autoridades antitruste de Espanha, Itália e Alemanha, além do Tribunal de Livre Concorrência do Chile (TDLC) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), no Brasil.

Neste momento histórico para a TAM, damos os primeiros passos nos trabalhos de integração e atuamos conjuntamente na preparação da oferta pública de ações. Em dezembro, os acionistas da LAN *Airlines* S.A. aprovaram a fusão. Já no começo deste ano, acionistas da TAM S.A. aprovaram por unanimidade o valor de 0,9 por ação da LAN para cada papel da TAM na oferta pública de permuta de ações que será realizada. A operação acontecerá após a sua aprovação pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no Brasil, pela Superintendência de Valores e Seguros (SVS), no Chile, e pela Securities Exchange Commission (SEC), nos EUA.

A criação do novo grupo, que atuará com gestão convergente e manutenção das marcas, vai nos garantir mais força para ampliar a qualidade e a abrangência de nossos serviços, oferecendo ainda mais benefícios a clientes, funcionários e acionistas. Hoje, a formação da LATAM é o objetivo comum de todos nós da TAM - que já soma mais de 29 mil funcionários. Vivemos um período de intenso aprendizado e de construção dos alicerces para um novo período de crescimento.

Após a revisão dos números relacionados à fusão, foi possível estimar que, juntas, TAM e LAN vão gerar sinergias anuais entre 600 e 700 milhões de dólares (antes, a estimativa era de aproximadamente 400 milhões de dólares por ano), que serão capturadas em quatro anos após a conclusão da transação. A nova holding somará cerca de 300 aeronaves, com operações de passageiros e cargas para mais de 115 destinos em 23 países. Ao todo, serão quase 50 mil funcionários.

Como anunciamos no final de outubro, Líbano Barroso, que hoje preside a TAM Linhas Aéreas, será o CFO (Chief Financial Officer) da LATAM, de acordo com a estrutura administrativa da nova holding. A partir dessa mudança, e seguindo na condição de CEO da TAM S.A., estarei no comando direto de todas as operações da TAM.

Em 2011 comemoramos 35 anos. Aproveitamos a ocasião para celebrar a história de transformação da TAM em um grupo de multinegócios ligados à aviação. Essa é a condição que nos permite atuar de forma abrangente e versátil, levando a nossa Paixão por Voar e Servir a cada uma de nossas unidades de negócio. Internamente, promovemos mudanças para modernizar a nossa estrutura administrativa. Na TAM Linhas Aéreas, a antiga Vice-presidência Comercial e de Planejamento deu origem às novas Vice-Presidência de Planejamento e Alianças e Vice-Presidência Comercial e de Marketing. Além disso, o TAM MRO - nossa unidade de negócios de manutenção, reparo e revisão geral de aeronaves e componentes aeronáuticos - ganhou sua própria direção executiva e passou a responder diretamente à holding TAM S.A. Assim, garantimos mais autonomia para que ele cresça e se fortaleça como unidade de negócios independente. Com mais de 10 anos de existência, sua missão agora é a de melhorar processos, ampliar a base de clientes e buscar parceiros estratégicos. Para incrementar sua infraestrutura, já iniciamos a sua expansão com um novo hangar de 2.450 metros quadrados, inaugurado em seu próprio centro tecnológico, em São Carlos (SP).

Com as mudanças, o TAM MRO também anunciou o plano de crescer 20% por ano, em média, até 2016. Boa parte desse crescimento deve vir da prestação de serviços para outras empresas. Se atualmente os serviços de manutenção aeronáutica para terceiros já respondem por pouco mais de 15% do seu faturamento total, a expectativa é de que essa participação supere 40% nos próximos quatro anos. Só o setor de reparos e manutenção preventiva de aeronaves movimenta quase US$ 2 bilhões por ano na América Latina.

Quatro estações de manutenção de linhas do TAM MRO - localizadas em Porto Alegre, Recife, Salvador e Fortaleza - receberam a certificação da Agência Europeia para a Segurança da Aviação (EASA - European Aviation Safety Agency) para prestar serviços em aeronaves Airbus com matrícula da Europa. O TAM MRO também teve renovada a sua certificação da Transport Canada Civil Aviation (TCCA) e da BDCA (Bermuda Department of Civil Aviation).

Lançamos um novo voo diário entre São Paulo e a Cidade do México, e, para atender a forte demanda de turistas brasileiros, ampliamos de um para dois o número de ligações diárias entre o Aeroporto de Guarulhos e Orlando, nos EUA. Para seguir com a nossa internacionalização, também inauguramos escritórios comerciais em Pequim e em Xangai, na China, que reportam diretamente ao nosso escritório em Hong Kong. O objetivo é captar oportunidades no mercado asiático, estreitando o nosso relacionamento com agentes de viagens e clientes da região.

Elevamos o número de opções de destinos internacionais por meio de acordos de compartilhamento de código de voos (codeshare) firmados com JetBlue Airways e Turkish *Airlines*. Assim, nosso cliente passou a ter acesso a mais de 30 cidades nos Estados Unidos por meio de conexão com os voos diários que operamos para Nova York ou Orlando e, além disso, poderá viajar para Istambul a partir deste ano. A ampliação do nosso acordo com a Lufthansa também aumentou as opções de voos de ida e volta entre Rio de Janeiro e Frankfurt.

Nosso projeto OnAir, que habilita a comunicação móvel por voz ou texto (SMS e email) a bordo de nossas aeronaves, foi ampliado na operação doméstica. Ao todo, encerramos o ano com 31 aeronaves equipadas com o sistema. A partir deste ano, os passageiros também poderão usufruir desses serviços em nossa frota internacional, inclusive com acesso à internet por meio de sinal Wi-Fi.

No mercado doméstico, proporcionamos mais conveniência ao passageiro com a ampliação do acordo de codeshare com a TRIP, que implantou uma nova plataforma tecnológica. A mudança garantiu melhor ajuste ao nosso sistema e resultou em aumento do fluxo de passageiros para as duas empresas. O acordo nos permite chegar a pelo menos 46 destinos domésticos operados pela TRIP, que tem registrado crescimento na demanda de passageiros em rotas de média densidade. Além disso, estamos avaliando a possibilidade de aquisição de uma participação minoritária de 31% no capital social da empresa. Todos esses investimentos foram acompanhados por medidas para otimizar as operações doméstica e internacional. Alguns ajustes levaram em consideração a estimativa, para 2012, de um crescimento da demanda menor do que o do ano passado. Também consideramos o custo do combustível (que representava 35% dos nossos custos totais no encerramento do ano), o cenário de volatilidade da economia mundial, e as questões de restrição da infraestrutura aeroportuária devido a algumas reformas previstas em aeroportos brasileiros.

Encerramos o ano de 2011 com 156 aeronaves. Além de ser uma das mais jovens do mundo, com idade média de 7 anos, é a maior frota de aviões de passageiros da história da aviação brasileira. Já para 2012, tivemos a flexibilidade necessária para alterar o plano anterior (que previa 163 aeronaves) para 157 unidades até o final de 2012. Até dezembro, receberemos 13 novos aviões da família Airbus A320 e devolveremos outras 16 unidades. Assim, renovaremos 10% da família A320, mantendo a baixa idade média da nossa frota. Para a operação internacional, vamos incorporar mais quatro novos Boeing 777-300ER até o final do ano.

A revisão nos permite assegurar a rentabilidade do negócio diante do cenário esperado para os próximos anos. Ela não altera nossa confiança no crescimento do Brasil e do setor. Em outubro, por exemplo, trocamos estrategicamente as aeronaves Airbus A340 que operam na rota São Paulo/Guarulhos-Milão por Airbus A330. A mudança ocorreu sem necessidade de reduzir a qualidade dos serviços e foi motivada pelo ganho em eficiência energética, com redução de mais de 20% dos custos combustível por assento disponível na rota. Para viabilizar a troca de aeronaves, reduzimos as saídas internacionais a partir do Rio de Janeiro - diminuindo de sete para quatro as partidas semanais para Frankfurt, e de seis para três as decolagens semanais para Londres.

O conjunto de medidas, que atesta a maturidade e a capacidade da TAM de promover ajustes necessários para aperfeiçoar a operação e direcionar a oferta para os mercados mais rentáveis, vai nos garantir ganhos aproximados de US$ 50 milhões por ano. Estamos investindo em remanejamento da malha aérea, alta utilização das aeronaves para obtenção de ganhos de eficiência, diminuição do número de escalas em algumas rotas e diversas ações coordenadas para reduzir o consumo de combustível.

Transportamos cerca de 37 milhões de passageiros em 2011, superando os 34,5 milhões do ano anterior. A quantidade de novos viajantes - o grande contingente de pessoas que trocou a viagem de ônibus pela experiência ágil e segura do avião - é parcela importante do volume total de passageiros transportados. Segundo a IATA (International Air Transport Association), o Brasil foi o país com maior expansão do setor aéreo no primeiro semestre de 2011, com aumento de 19% na receita gerada com o transporte doméstico de passageiros.

O resultado reflete o nosso trabalho para fidelizar ainda mais o passageiro frequente e atrair a classe emergente de consumidores no Brasil. Destaque para a nova fase da campanha publicitária "Você vai. E vai de TAM.", que apresentou as oportunidades de viagens para os clientes de todos os perfis.

Também instalamos mais sete quiosques nas Casas Bahia, terminando o ano com um total de 10 estandes na rede varejista. Da mesma forma, o Metrô de São Paulo ganhou três pontos de venda da TAM em estações de grande movimento e, em dezembro, inauguramos os nossos dois primeiros pontos no Metrô Rio. No Largo Treze, em São Paulo, a TAM Viagens inaugurou a sua primeira loja no tradicional centro de comércio popular, em julho.

Coordenadas, essas ações nos ajudaram a promover a venda antecipada dos bilhetes aéreos e a atrair mais passageiros sensíveis ao preço. Eles viajaram em nossos voos em horários off-peak (fora de pico), no começo da tarde e à noite. Assim, durante todo o ano, aumentamos em 1,1% a ocupação de nossas frequências operadas entre 10h e 17h e entre 20h e 6h.

O novo site Ofertas TAM também contribuiu para promover a venda dessas passagens com preços mais atrativos. Relançamos o site com mais filtros e ferramentas de pesquisa totalmente focada na baixa tarifa. Em dezembro, demos início de forma pioneira ao nosso próprio canal de compras coletivas, oferecendo passagens com tarifas promocionais.

O nosso principal objetivo é manter o equilíbrio entre market share e rentabilidade. Em um mercado competitivo como o nosso, a liderança também é consequência de um bom atendimento ao cliente, com preço justo. Encerramos o ano mais uma vez na liderança do setor - com participação anual de 41,2% no doméstico e de 88,1% no segmento de rotas internacionais operadas por companhias aéreas brasileiras. No ano, o load factor internacional da TAM, de 81,4%, foi o melhor resultado anual da nossa história no segmento.

Nosso trabalho tem sido reconhecido no Brasil e no exterior. No ano passado, em cerimônia realizada na França, fomos premiados pelo World Airline Awards, promovido pela Skytrax, como "Melhor Companhia Aérea da América do Sul" e também vencemos na categoria "Excelência em atendimento na América do Sul". No Brasil, entre vários prêmios que recebemos, lideramos a categoria "Companhia Aérea" da premiação As Empresas Mais Admiradas do Brasil em 2011 da revista Carta Capital.

Em outubro, lançamos a Plataforma Trade, nome do canal criado para nos aproximar estrategicamente dos agentes e consolidadores de viagens. Esse importante público, que promove os nossos produtos em vendas indiretas, agora recebe as informações relevantes para seu cotidiano profissional, além de dicas de negócios e atualizações sobre os nossos processos e sistemas.

Na TAM Viagens, o ano foi de consolidação do sistema de franquias, responsável direto pela expansão do número de lojas. Desde a estreia do modelo, em 2010, mais do que dobramos o número de lojas em todo o país, chegando a todos os Estados brasileiros e a 160 unidades no fim do ano. A estratégia é crescer de forma sustentável, com otimização dos custos e aumento de vendas e capilaridade. A expansão é resultado do bom momento para o mercado de turismo e de nossos esforços para oferecer facilidades aos novos e atuais franqueados, a exemplo do convênio que firmamos com a Caixa Econômica Federal para abrir linhas de crédito e financiamento especiais.

A Multiplus deu continuidade à estratégia de aumentar o portfólio de serviços oferecidos e anunciou a formação de uma joint venture com a Aimia, uma das líderes globais no mercado de fidelização, com sede no Canadá. As duas criarão uma companhia de serviços de marketing de fidelização no Brasil para oferecer gestão e consultoria aos programas de fidelização. O faturamento da Multiplus superou a marca de R$ 1,5 bilhão no ano, e suas ações passaram a integrar o IBrXda BM&FBovespa, o índice das 100 ações mais líquidas da Bolsa. Além disso, foi realizado um trabalho de reposicionamento, que culminou com o lançamento da nova logomarca da empresa, em setembro de 2011. Além disso, a companhia ampliou de 11 para 26 o número de parcerias de coalizão e figurou, ao lado da TAM, entre as 25 marcas mais valiosas do país, no levantamento da BrandAnalytics sobre o ano de 2010.

A TAM Cargo fez aniversário de 15 anos e aproveitou a ocasião para lançar seu novo site, criado para tornar mais ágil a solicitação dos seus serviços de entrega de cargas e encomendas. Em 2011, a unidade transportou no mercado doméstico mais de 118 mil toneladas de cargas e quase 123 mil toneladas no mercado internacional. Em relação a 2010, os números revelam crescimento de 2,3% e 8,3%, respectivamente. Reconhecida em premiação da revista Consumidor Moderno, na categoria "Logística", a TAM Cargo também fortaleceu suas operações com um novo terminal em Maceió (AL), três vezes maior do que a sua antiga unidade na cidade. As novas instalações em Alagoas aumentaram em 200% a capacidade de movimentação de cargas aéreas da TAM Cargo no estado.

A TAM segue com o objetivo de estar entre as líderes globais em gestão sustentável. Por isso, ampliou as iniciativas em busca do equilíbrio econômico, social e ambiental em todos os seus negócios. Na Multiplus, por exemplo, os participantes podem resgatar pontos e doar para instituições parceiras (como Casa Hope, Instituto Ayrton Senna, SOS Mata Atlântica, Make a Wish, entre outras). Em 2011, também foi lançado o segundo edital de apoio da TAM aos projetos socioambientais que promovem o desenvolvimento do turismo sustentável e a conservação do meio ambiente. No segundo semestre, nosso voo teste com biocombustível de pinhão-manso (Jatropha curcas) completou um ano. Agora, avança com estudos de viabilidade o projeto de criação de uma cadeia de valor para a alternativa energética. Em São Carlos, no nosso centro tecnológico, já cultivamos de forma experimental algumas variedades do pinhão-manso.

Nossos feitos em 2011 e os desafios de 2012 nos encorajam a seguir com a construção de uma companhia ainda mais sólida e dinâmica, preparada para o crescimento e reconhecida pela qualidade de seus serviços. Por isso, continuaremos atuando de forma racional e diversificada, antevendo as oportunidades, fortalecendo todas as unidades e aumentando a nossa presença global.

Em 2012, o crescimento da nossa oferta de assentos deverá ficar entre zero e 2% nos voos dentro do País e entre 1% e 3% nas rotas para o exterior. A previsão é encerrar o ano com um load factor entre 72% e 74% no segmento doméstico e entre 83% e 85% no internacional. Temos boas perspectivas. Para este ano, estimamos um aumento entre 8% e 11% na demanda por voos domésticos no mercado brasileiro. O nosso compromisso é o de continuar a contribuir com o crescimento.

Marco Antonio Bologna
Presidente
TAM S.A.

Comentários de desempenho

Receita bruta
Aumento de 14,9% em 2011 comparado com 2010, atingindo R$ 13.555,8 milhões, devido à:

Receita doméstica de passageiros
Aumento de 5,4%, atingindo R$ 6.185,3 milhões devido ao crescimento da demanda em RPKs de 11,4%, combinado com uma redução de 5,4% no yield. Nossa oferta em ASKs cresceu 9,5%, aumentando a taxa de ocupação em 1,2 p.p. para 68,7%. Com a combinação desses fatores, nosso RASK apresentou redução de 4,2%.

Receita internacional de passageiros
Aumento de 16,4% atingindo R$ 3.823,5 milhões, devido ao crescimento da demanda em RPKs de 12,9% combinado com o aumento de 8,3% do yield em dólares, enquanto o yield em reais subiu 3,1%. O aumento da oferta foi de 9,9%, elevando a nossa taxa de ocupação para 81,2% no ano, a melhor taxa já registrada. Como resultado, o RASK, em dólares, aumentou 11,3%, enquanto em reais aumentou 6,0%.

Receita cargas
Aumento de 5,8%, atingindo R$ 1.176,7 milhões, como resultado do aumento de 8,2% na receita doméstica combinada a um aumento de 3,6% na receita internacional.

Outras receitas
Aumento de 54,8% atingindo R$ 2.370,3 milhões, devido principalmente à criação do Multiplus.

Despesas operacionais
Aumento de 15,5%, atingindo R$ 12.017,4 milhões em 2011, comparado com R$ 10.401,7 milhões registrados em 2010, principalmente devido ao aumento nas despesas com combustível, pessoal, serviço de terceiros, tarifas de pouso e decolagem e depreciação e amortização. O CASK aumentou 5,4% atingindo R$ 15,3 centavos em 2011, comparado com R$ 14,5 centavos em 2010. O CASK excluindo as despesas com combustível aumentou 2,9%, atingindo R$ 10,0 centavos em 2011, comparado com R$ 9,7centavos em 2010.

Combustíveis
Aumento de 21,3%, atingindo R$ 4.186,9 milhões em 2011, comparado com R$3.451,2 milhões registrados em 2010, principalmente pelo aumento de 10% no preço médio por litro, que reflete a alta de 19,5% no preço do WTI (West Texas Intermediate) médio do ano contra o mesmo o ano anterior, e pelo aumento de 10,1% no volume consumido, devido ao aumento de 6,8% na quantidade de horas voadas, e pelo aumento de 1.6 p.p. na taxa de ocupação das aeronaves. O aumento foi parcialmente compensado pelo aumento da etapa média em 2,3%, pela apreciação do real frente ao dólar em 4,8% na média do mesmo período. Por ASK aumentaram 10,7%.

Vendas e marketing
Aumento de 0,3%, atingindo R$ 962,9 milhões. Em relação à receita bruta, reduziu de 8,1% em 2010 para 7,1% em 2011. Por ASK reduziram 8,5% no trimestre.

Arrendamento de aeronaves, motores e equipamentos
Redução de 4,4%, atingindo R$ 450,1 milhões, principalmente devido ao aumento de cinco aeronaves (excluindo os ATRs) classificados como *leasing* operacional, parcialmente compensado pela apreciação do real em relação ao dólar em 4,8% na média do ano. Por ASK reduziram 12,8%.

Pessoal
Aumento de 15,8%, atingindo R$ 2.695,5 milhões, em função do reajuste salarial de 8,75% e pelo aumento de 5,6% no número de funcionários no período. O aumento de funcionários é devido principalmente ao aumento da nossa operação. Por ASK aumentaram 5,6%.

Manutenção e reparos (exceto pessoal)
Aumento de 1,2%, atingindo R$ 619,4 milhões, devido principalmente ao aumento de nossa frota em 10 aeronaves, e ao aumento de horas voadas totais em 6,8%. Esse aumento foi parcialmente compensado pela apreciação do real em relação ao dólar em 4,8% na média do ano contra 2010 e pelo aumento da etapa média em 4,6%. Por ASK reduziram 7,7%.

Serviços de terceiros
Aumento de 8,6%, atingindo R$ 840,0 milhões, devido principalmente ao aumento de custos diretamente ligados ao crescimento da nossa operação: i) custos de GDS; ii) custos de handling ligado ao aumento do numero de voos e passageiros transportados, principalmente no mercado internacional; iii) custos relacionados à criação da LATAM. Por ASK reduziram 0,9%.

Tarifas de decolagem, pouso e navegação
Aumento de 11,9%, atingindo R$ 682,3 milhões, devido ao aumento de 7,9% no número de etapas e de 10,3% nos quilômetros voados no período, além de nossa expansão no mercado internacional, onde as tarifas são mais elevadas. Tivemos também o impacto dos novos valores das tarifas domésticas em vigor desde março/2011. O aumento foi parcialmente compensado pelo efeito da apreciação de 4,8% do real frente ao dólar impactando as tarifas de voos internacionais. Por ASK aumentaram 2,1%.

Depreciação e amortização
Aumento de 4,4%, atingindo R$ 730,4 milhões, principalmente em função da adição de 5 novas aeronaves à nossa frota classificadas como *leasing* financeiro, parcialmente compensado pela revisão do prazo da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, já comentada no quarto trimestre de 2010. Por ASK reduziram 4,8%.

Seguro de aeronaves
Redução de 10,5%, atingindo R$ 46,5 milhões, principalmente pela apreciação do real em relação ao dólar em 4,8% na média de 2011 contra 2010 e devido a melhores condições contratadas em 2011 quando comparamos com 2010. A redução foi parcialmente compensada pelo aumento da frota em 10 aeronaves e pelo aumento de 7,9% no número de etapas realizadas no ano. Por ASK reduziram 18,3%.

Outras
Redução de 0,7%, atingindo R$ 803,6 milhões. Essa linha também é composta por diversos itens como: itens de comissária, indenizações e gastos com passageiros, gastos com equipamentos terrestres, entre outros. Por ASK reduziram 9,4%.

Movimentos nos valores de mercado dos derivativos de combustível
Receita de R$ 40,8 milhões em 2011 contra uma receita de R$ 36,6 milhões em 2010.

Resultado financeiro líquido
Despesa financeira de R$ 1,2 bilhão contra uma receita de R$ 102,4 milhões em 2010.

Resultado líquido
Resultado líquido negativo de R$ 355,1 milhões em virtude do exposto acima, que representou uma margem negativa de 2,6% em 2011, contra uma margem positiva de 5,6% em 2010.

EBIT
A nossa margem EBIT foi de 7,5% atingindo R$ 977,1 milhões em 2011, o que representou uma redução de 1,1 p.p em relação a 2010, em consequência do aumento de 14,2% na receita líquida aliada ao aumento de 15,5% nas despesas operacionais.

EBITDAR
A nossa margem EBITDAR foi de 16,6%, atingindo R$ 2.157,5 milhões em 2011, o que representou redução de 2,3% em relação a 2010, em função de todos os fatores descritos anteriormente em nossas receitas e despesas.

Balanços Patrimoniais - Controladora

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 *(Valores expressos em milhares Reais)*

	Nota	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	6	1.029	113.913
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	4.2	330.125	125.905
Contas a receber		-	2.000
Dividendos a receber	10	172.727	141.103
Tributos a recuperar		43.163	42.790
Outros ativos circulantes		212	343
		547.256	426.054
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	29.975	15.531
Partes relacionadas	10	4.425	16.504
Depósitos judiciais		547	174
Investimentos em controladas	17	1.685.616	2.478.464
Imobilizado		96	-
		1.720.659	2.510.673
Total do ativo		**2.267.915**	**2.936.727**

	Nota	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		492	22
Passivos financeiros	20	174.650	347.800
Salários e encargos sociais		3.862	2.848
Impostos e tarifas a recolher		14.555	12.036
Dividendos a pagar		864	152.046
Outros passivos circulantes		27	19
		194.450	514.771
Não circulante			
Provisões		120	30
Partes relacionadas	10	20.528	-
Outros passivos não circulantes		-	13
		20.648	43
Total do passivo		215.098	514.814
Patrimônio líquido			
Capital e reservas			
Capital social	26	819.892	819.892
Reservas de capital		140.414	120.605
Reserva de lucros		530.020	895.592
Ajuste de avaliação patrimonial		562.491	585.824
		2.052.817	2.421.913
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.267.915**	**2.936.727**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços Patrimoniais - Consolidado

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 *(Valores expressos em milhares Reais)*

	Nota	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	6	650.081	1.012.220
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	4.2	1.684.932	1.407.698
Contas a receber	7	1.819.011	1.556.781
Estoques	8	212.609	198.760
Tributos a recuperar	9	421.008	57.557
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		72.948	18.424
Despesas do exercício seguinte		121.978	162.788
Instrumentos financeiros derivativos	12	27.222	9.895
Outros ativos circulantes	11	85.397	81.234
		5.095.186	4.505.357
Ativos não circulante disponíveis para venda	13	21.474	-
Não circulante			
Caixa restrito		93.824	98.305
Ativos financeiros - depósito bancário	14	138.009	50.280
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	25	48.517	-
Depósitos em garantia	15	57.014	51.778
Pré-pagamento de manutenção	16	547.862	410.306
Outros ativos não circulantes	11	46.771	20.595
Instrumentos financeiros derivativos	12	8.627	6.568
Imobilizado	18	9.317.951	8.711.850
Intangível	19	609.994	604.024
		10.868.569	9.953.706
Total do ativo		**15.985.229**	**14.459.063**

	Nota	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		645.680	522.364
Passivos financeiros	20	1.998.000	1.572.093
Salários e encargos sociais		473.088	466.831
Receita diferida	21	1.472.055	1.801.181
Impostos e tarifas a recolher		367.279	285.037
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	14.339
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		18.418	152.293
Instrumentos financeiros derivativos	12	27.238	20.574
Programa de recuperação fiscal	22	46.924	23.152
Outros passivos circulantes	23	197.444	135.658
		5.246.126	4.993.522
Não circulante			
Passivos financeiros	20	7.166.656	5.786.848
Instrumentos financeiros derivativos	12	43.935	15.286
Receita diferida	21	207.803	66.420
Provisões	24	271.119	204.271
Programa de recuperação fiscal	22	436.394	416.675
Impostos e tarifas a recolher		3.809	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	25	45.206	111.178
Outros passivos não circulantes	23	440.061	237.472
		8.614.983	6.838.150
Total do passivo		13.861.109	11.831.672
Patrimônio líquido			
Capital social	26	819.892	819.892
Reservas de capital		140.414	120.605
Reserva de lucros		530.020	895.592
Ajuste de avaliação patrimonial		562.491	585.824
Total do patrimônio líquido		2.052.817	2.421.913
Participação dos acionistas não controladores		71.303	205.478
Total do patrimônio líquido		2.124.120	2.627.391
Total do passivo e patrimônio líquido		**15.985.229**	**14.459.063**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	Nota	Controladora 31 de dezembro de 2011	Controladora 31 de dezembro de 2010	Consolidado 31 de dezembro de 2011	Consolidado 31 de dezembro de 2010
Receita	30	-	-	12.994.486	11.378.691
Custos e despesas operacionais	31	(43.992)	(18.894)	(12.017.429)	(10.401.678)
Resultado de equivalência patrimonial em controladas		(290.846)	675.821	-	-
Lucro operacional antes das variações do valor justo de derivativos de combustível		(334.838)	656.927	977.057	977.013
Variações do valor justo de derivativos de combustível		-	-	40.828	36.585
Lucro (prejuízo) operacional		(334.838)	656.927	1.017.885	1.013.598
Receitas financeiras	33	31.354	33.776	2.941.572	1.774.489
Despesas financeiras	33	(46.024)	(49.123)	(4.135.770)	(1.672.103)
Derivativos designados como *Hedge* de fluxo de caixa	4.1.1 (d)	-	-	(6.584)	-
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(349.508)	641.580	(182.897)	1.115.984
Imposto de renda e contribuição social	25 (a)	14.444	(4.160)	(78.616)	(447.054)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(335.064)	637.420	(261.513)	668.930
Atribuído aos					
Acionistas da TAM S.A.				(335.064)	637.420
Acionistas não controladores				73.551	31.510
Lucro líquido (prejuízo) por ação (ordinárias e preferenciais) em R$					
Básico	34	-	-	(2,15)	4,22
Diluído	34	-	-	(2,15)	4,20

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

TAM S.A.

e TAM S.A. e suas controladas

Companhia Aberta - CNPJ 01.832.635/0001-18

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(335.064)	637.420	(261.513)	668.930
Outros componentes do resultado abrangente				
Ganho (perda) na conversão de investimentos no exterior	2.265	(469)	2.385	(469)
Hedge de fluxo de caixa				
Hedge de fluxo de caixa - reconhecido em outros resultados abrangentes	(39.141)	-	(53.515)	-
Hedge de fluxo de caixa - realizado pelo resultado	1.229	-	1.680	-
Imposto de renda e contribuição social diferido efetivo	12.890	-	17.624	-
	(25.022)	-	(34.211)	-
Outros componentes do resultado abrangente	(22.757)	(469)	(31.826)	(469)
Total do resultado (prejuízo) abrangente do exercício	(357.821)	636.951	(293.339)	668.461
Atribuído aos:				
Acionistas da TAM S.A.			(357.821)	636.951
Acionistas não controladores			64.482	31.510

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

		Controladora	
	Nota	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Fluxos de caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	35	(236.837)	174.042
Juros pagos		(37.920)	(45.406)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		(274.757)	128.636
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Redução de capital - Multiplus		439.030	-
Fluxo de caixa de investimento adquirido - Pantanal		-	(10.000)
Aquisição de ações em tesouraria		(1.879)	-
Partes relacionadas			
Empréstimos		-	(20.051)
Pagamentos		-	18.327
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		69.329	261.673
Aquisições de imobilizado		(96)	
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento		506.384	249.949
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Recursos recebidos com a alienação de ações em tesouraria		3.616	3.355
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	12
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos - TAM S.A.	26 (c)	(181.460)	(233.325)
Debêntures - pagamentos		(166.667)	(166.666)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento		(344.511)	(396.624)
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa		**(112.884)**	**(18.039)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		113.913	131.952
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		1.029	113.913

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

		Consolidado	
	Nota	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Fluxos de caixa gerado pelas atividades operacionais	35	1.331.061	1.002.438
Tributos pagos		(346.772)	(83.579)
Juros pagos		(358.387)	(282.058)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		625.902	636.801
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Investimento em caixa restrito		23.248	(18.935)
Fluxo de caixa de investimento adquirido - Pantanal	1.2	-	(9.044)
Recursos recebidos na venda de imobilizado/intangível		9.159	27.028
Aquisições de imobilizado		(142.994)	(84.613)
Aquisições de intangível		(80.006)	(135.639)
Aquisição de ativos intangíveis - Marca TAM		-	(98.444)
Depósitos em garantia			
Reembolsos		17.765	15.657
Depósitos efetuados		(24.080)	(9.485)
Pré-pagamento de aeronaves			
Reembolsos	16	123.681	150.486
Pagamentos	16	(415.574)	(216.254)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(488.801)	(379.243)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Recompra de ações em tesouraria		3.616	3.355
Aquisição de ações em tesouraria		(1.879)	-
Redução de Capital - Multiplus pago aos não controladores		(160.984)	-
Aumento de capital da Multiplus por acionistas não controladores - Emissão de ações no exercício de opção de ações		1.351	-
Recursos líquidos recebidos em oferta pública de ações em controlada Multiplus	1.1	-	657.048
Recursos da emissão de ações em conexão com a aquisição dos ativos da TAM Milor	1.3	-	72.963
Dividendos e juros sobre capital próprio pago aos acionistas não controladores da Multiplus		(23.241)	(7.790)
Dividendos e juros sobre capital próprio pago aos acionistas não controladores da TAM *Airlines*		(315)	(1.288)
Dividendos e juros sobre capital próprio pago aos acionistas não controladores da TAM S.A.	26 (c)	(181.460)	(233.325)
Empréstimos de curto e longo prazo			
Adições		101.429	69.602
Pagamentos		(148.973)	(179.939)
Debêntures - pagamentos		(166.666)	(166.666)
Bônus Seniores - adições		777.209	-
Pagamentos de parcelas de arrendamento mercantil financeiro		(699.327)	(534.470)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(499.240)	(320.510)
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa		(362.139)	(62.952)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		1.012.220	1.075.172
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		650.081	1.012.220
Informações suplementares ao fluxo de caixa:			
Atividades de investimentos e financiamentos que não afetaram o caixa e equivalentes de caixa			
Aquisições de aeronaves através de arrendamento financeiro		705.586	989.212
Aquisição da marca "TAM" paga em ações		-	71.444
Financiamentos captados para pagamentos direto a fornecedores		128.808	255.073
Aquisições de imobilizado adquirido através de financiamentos		33.726	-
Financiamento pré-pagamento de aeronaves		94.379	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

		Controladora	
	Nota	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Receitas			
Outras receitas		7	-
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos serviços prestados		(1.806)	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(30.299)	(13.212)
Valor adicionado bruto		(32.098)	(13.212)
Retenções			
Depreciação e amortização		(2)	-
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		(32.100)	(13.212)
Recebido em transferência			
Equivalência patrimonial	17	(290.846)	675.821
Receitas financeiras	33	31.354	33.776
Valor adicionado total a distribuir/(retido)		(291.592)	696.385
Distribuição do valor adicionado		(291.592)	696.385
Pessoal			
Remuneração direta		10.411	4.555
Benefícios		26	4
FGTS		325	130
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		(13.456)	9.515
Municipais		92	441
Remuneração de capital de terceiros			
Aluguéis		50	-
Juros e variações cambiais	33	46.024	42.821
Outros		-	1.499
Remuneração do capital próprio			
Dividendos propostos		-	151.387
Lucros retidos		(335.064)	486.033

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

		Consolidado	
	Nota	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Receitas			
Vendas de serviços	30	13.555.812	11.798.783
Outras receitas		88.664	93.668
Provisão para devedores duvidosos		(7.393)	(17.912)
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos serviços prestados		(4.889.964)	(3.558.587)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(2.717.533)	(2.861.756)
Valor adicionado bruto		6.029.586	5.454.196
Retenções			
Perda e recuperação dos valores de ativos		(12.361)	-
Depreciação e amortização	31	(730.375)	(699.769)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		5.286.850	4.754.427
Recebido em transferência			
Receitas financeiras	33	2.941.572	1.774.489
Valor adicionado total a distribuir/(retido)		8.228.422	6.528.916
Distribuição do valor adicionado		8.228.422	6.528.916
Pessoal			
Remuneração direta		1.880.668	1.620.085
Benefícios		189.297	185.025
FGTS		134.417	112.620
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		1.666.511	1.778.472
Estaduais		36.644	32.327
Municipais		28.368	29.614
Remuneração de capital de terceiros			
Aluguéis		452.504	471.118
Juros e variações cambiais		4.101.526	1.630.725
Remuneração do capital próprio			
Dividendos propostos		-	151.387
Lucros retidos (prejuízo) do exercício		(335.064)	486.033
Participação dos acionistas não controladores		73.551	31.510

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	Atribuídos aos acionistas da TAM							
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucro (Prejuízo) acumulado	Total	Participação não controladores	Total
Em 1º de janeiro de 2010	675.497	99.244	402.141	113.746	-	1.290.628	3.408	1.294.036
Lucro do exercício	-	-	-	-	637.420	637.420	31.510	668.930
Outros resultados abrangentes								
Ganho na conversão de investimentos no exterior	-	-	-	(469)	-	(469)	-	(469)
Total do resultado abrangente	-	-	-	(469)	637.420	636.951	31.510	668.461
Contribuição dos acionistas e distribuições aos acionistas:								
Aumento de capital	144.395	-	-	-	-	144.395	-	144.395
Plano de remuneração de ações	-	15.999	-	-	-	15.999	-	15.999
Alienação de ações em tesouraria	-	5.362	(2.007)	-	-	3.355	-	3.355
Constituição de reserva legal	-	-	31.871	-	(31.871)	-	-	-
Dividendos propostos - R$ 1.001,34 (por lotes de mil ações em circulação)	-	-	-	-	(151.387)	(151.387)		(151.387)
Distribuição de dividendos da controlada Multiplus a pagar aos não controladores	-	-	-	-	-	-	(8.099)	(8.099)
Distribuição de dividendos da controlada TAM *Airlines* a pagar aos não controladores	-	-	-	-	-	-	(1.288)	(1.288)
Ganho na alienação de participação societária	-	-	-	489.115	-	489.115	179.947	669.062
Transferência para reserva de lucros	-	-	463.587	-	(463.587)	-	-	-
Total das contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas	144.395	21.361	493.451	489.115	(646.845)	501.477	170.560	672.037
Realização da reserva do custo atribuído	-	-	-	(9.299)	9.299	-	-	-
Reversão da reserva de reavaliação de controlada no exterior - TAM *Airlines*	-	-	-	(7.269)	126	(7.143)	-	(7.143)
Em 31 de dezembro de 2010	819.892	120.605	895.592	585.824	-	2.421.913	205.478	2.627.391

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Atribuídos aos acionistas da TAM							
	Capital social	Reserva de capital (Nota 27)	Reserva de lucros (Nota 28)	Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 29)	Prejuízos acumulados	Total	Participação não controladores	Total
Em 1º de janeiro de 2011	819.892	120.605	895.592	585.824	-	2.421.913	205.478	2.627.391
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(335.064)	(335.064)	73.551	(261.513)
Outros resultados abrangentes								
Ganho na conversão de investimentos no exterior	-	-	-	2.265	-	2.265	120	2.385
Hedge de fluxo de caixa								
Hedge de fluxo de caixa - reconhecido em outros resultados abrangentes	-	-	-	(39.141)	-	(39.141)	(14.374)	(53.515)
Hedge de fluxo de caixa - realizado pelo resultado	-	-	-	1.229	-	1.229	451	1.680
Imposto de renda e contribuição social diferido efetivo	-	-	-	12.890	-	12.890	4.734	17.624
Total do resultado abrangente	-	-	-	(25.022)	-	(25.022)	(9.189)	(34.211)
Contribuição dos acionistas e distribuições aos acionistas:	-	-	-	(22.757)	(335.064)	(357.821)	64.482	(293.339)
Redução de capital Multiplus pago aos não controladores	-	-	-	-	-	-	(160.984)	(160.984)
Ganho de capital na alienação de participação societária - Multiplus	-	-	-	905	-	905	446	1.351
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(1.481)	1.481	-	-	-
Distribuição de dividendos TAM - R$ 193,83 (por lote de mil ações)	-	-	(30.277)	-	-	(30.277)	-	(30.277)
Distribuição de dividendos da controlada Multiplus aos não controladores - Pagos (R$ 22.023) e Propostos ainda não pagos (R$ 18.444)	-	-	-	-	-	-	(40.467)	(40.467)
Distribuição de dividendos da controlada TAM *Airlines* pagos aos não controladores	-	-	-	-	-	-	(315)	(315)
Plano de remuneração em ações	-	16.360	-	-	-	16.360	2.663	19.023
Aquisição de ações em tesouraria	-	(1.879)	-	-	-	(1.879)	-	(1.879)
Alienação de ações em tesouraria	-	5.328	-	-	(1.712)	3.616	-	3.616
Compensação do prejuízo do exercício com a reserva de lucros	-	-	(335.295)	-	335.295	-	-	-
Total das contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas	-	19.809	(365.572)	(576)	335.064	(11.275)	(198.657)	(209.932)
Em 31 de dezembro de 2011	819.892	140.414	530.020	562.491		2.052.817	71.303	2.124.120

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Informações gerais e desenvolvimento do negócio

A TAM S.A. ("TAM" ou "Companhia" e suas controladas) foi constituída em 12 de maio de 1997, tendo como objeto social, primordialmente, a participação direta no capital de empresas dedicadas à atividade de transporte aéreo. A Companhia é controladora integral da TAM Linhas Aéreas S.A. (TLA), empresa que opera principalmente com linhas regulares de transporte aéreo de passageiros e cargas no Brasil e no exterior e possui 94,98% da *Transportes* Aéreos *del Mercosur S.A.* (*TAM Airlines*), empresa de voo regular sediada em Assunção, no Paraguai, que opera naquele país, além de Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e Bolívia. A TAM é registrada e domiciliada no Brasil e sua sede está na Av. Jurandir, 856, Lote 4, primeiro andar, São Paulo, SP. A Companhia é controlada pela TAM - Empreendimentos e Participações S.A. (empresa constituída no Brasil), de propriedade da família Amaro, que detém 85,36% das ações ordinárias e 25,09% das ações preferenciais da Companhia. As demais ações estão dispersas no mercado.

Em julho de 2005, a Companhia concluiu sua oferta pública de ações na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA. Em 10 de março de 2006, a Companhia fez uma oferta pública adicional de ações na BOVESPA e na Bolsa de Nova York - NYSE (na forma de *American Depositary Shares* - ADS), concluída em 6 de abril de 2006.

A Companhia, através da sua controlada TLA, controla as empresas *TAM Capital Inc.* (*TAM Capital*), *TAM Capital Inc. 2* (*TAM Capital 2*), *TAM Financial Services 1 Limited* (*TAM Financial 1*), *TAM Financial Services 2 Limited* (*TAM Financial 2*) e em Maio de 2011 *TAM Capital Inc 3* (*TAM Capital* 3) e TAM *Financial Services 3 Limited* (TAM *Financial* 3 - as operações tiveram início em agosto de 2011), todas sediadas nas Ilhas Cayman, cujas atividades estão relacionadas com a aquisição e financiamento de aeronaves e a captação de recursos. Os recursos captados pelas subsidiárias são total e incondicionalmente garantidos pela TAM. A TLA também é controladora da empresa TAM Viagens e Turismo Ltda. (TAM Viagens), que tem por objeto social o desenvolvimento exclusivo das atividades de agência de viagens e turismo.

A Companhia controla a TP Franchising Ltda. cujo objeto social é o desenvolvimento de franquias.

A emissão das demonstrações financeiras da TAM e suas controladas (controladora e consolidado), foi aprovada pelo Conselho de Administração em 10 de fevereiro de 2012.

1.1. Multiplus S.A (2010)

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 28 de outubro de 2009, foi aprovada a alteração da denominação social de Q.X.S.P.E. Empreendimento e Participações S.A. para Multiplus S.A. (Multiplus). Multiplus tem por objeto social, basicamente, o desenvolvimento e gerenciamento de programas de fidelização de clientes. Esta controlada concluiu seu processo de abertura de capital em 5 de fevereiro de 2010. Em 3 de fevereiro de 2010, Multiplus obteve o seu registro de Companhia Aberta na BMF&Bovespa. Em 5 de fevereiro de 2010, tendo efetuado uma oferta pública de ações, Multiplus captou recursos no montante de R$ 692.385, líquido dos custos de R$ 35.337 (incluído dos efeitos tributários de R$ 12.014), mediante a subscrição e integralização de 43.274.000 ações ordinárias ao preço de emissão de R$ 16,00 por ação. Até o momento da oferta pública, transações e resultados da Multilplus não eram relevantes apresentando na data da oferta pública um patrimônio inferior a R$ 1 (hum mil reais). Como resultado da oferta pública a TAM teve sua participação na Multiplus reduzida de 100% para 73,17% mantendo, porém, o controle. A venda de ações na oferta pública resultou em um aumento na participação de acionistas não controladores de R$ 179.947 e a transferência de acionistas não controladores da TAM de R$ 489.115. Em 10 de outubro de 2011, como resultado do aumento de capital decorrente do exercício de plano de opções da Multiplus, a participação da TAM passou para 73,14% com correspondente do aumento na participação de acionistas não controladores.

1.2. Aquisição (2010) e subsequente Incorporação (2011) da Pantanal Linhas Aéreas S.A.

Desde 15 de março de 2011, data em que a compra foi aprovada pela ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil, a Companhia controla a Pantanal Linhas Aéreas S.A. (Pantanal). Pantanal encontrava-se na data da aquisição em recuperação judicial.

Em 22 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a constituição de subsidiária denominada Corsair Participações S.A. (Corsair). Em 27 de dezembro de 2011, ocorreu a cisão da Pantanal onde foram transferidos para Corsair as responsabilidades sujeitas ao plano de pagamento no processo de recuperação judicial. A Corsair continua sob processo de recuperação judicial. Em 29 de dezembro de 2011, a Pantanal foi incorporada pela TLA. A incorporação não teve nenhum impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

1.3. Aquisição (2010) e a subsequente Incorporação (2011) da TAM Milor

Em 13 de julho de 2010, a TLA adquiriu a TAM Milor que era a titular da marca "TAM" e demais marcas correlatas (marca "TAM") utilizadas pela Companhia, pela TLA e demais empresas coligadas. Em 1 de março de 2011, a Companhia incorporou a TAM Milor. A incorporação não teve nenhum impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

A negociação do pagamento feito pela TLA foi composta por: (a) pagamento em dinheiro no valor de R$ 25.481 na data do acordo, e (b) a emissão de uma nota promissória pela TLA aos acionistas vendedores no valor de R$ 144.395 ("Notas Promissórias"), totalizando R$ 169.876. O montante representado pela nota promissória foi convertido em um aumento de capital na Companhia, dentro do limite do capital autorizado, totalizando a emissão de 5.621.634 novas ações.

1.4. Acordo não vinculante com a TRIP (2011)

Em 29 de março de 2011, a controlada TLA e a TRIP Linhas Aéreas S/A. ("TRIP") assinaram uma "Carta de Intenções", sem nenhum efeito vinculante, com o objetivo de identificar eventuais oportunidades para fortalecimento e expansão dos seus negócios, através do desenvolvimento de uma aliança estratégica complementar ao Acordo de *Codeshare* existente entre as duas companhias. Nos termos da carta de intenções assinada, uma vez celebrados os contratos definitivos e verificadas as condições precedentes a serem acordadas (inclusive com relação à aprovação pelas autoridades competentes), a TLA poderá adquirir ao final uma participação minoritária no capital social da TRIP representativa de 31% do seu capital social total, sendo 25% do seu capital social votante e o restante em ações preferenciais.

1.5. Associação com LAN *Airlines* S.A (2011)

Em 18 de janeiro de 2011, a Companhia divulgou fato relevante, comunicando que TAM e a LAN *Airlines* S.A. (LAN) assinaram dois contratos denominados *Implemantation Agreement e Exchange Offer Agreement*, por meio dos quais encontram-se regulados os termos e condições definitivos para a realização da associação contemplada no Memorando de Entendimento firmado em 13 de agosto de 2010. Os contratos definem a nova estrutura que será formada para a associação das duas empresas para a formação do Grupo LATAM *Airlines* S.A. (LATAM), assim como a forma de gestão corporativa que vai coordenar essa nova estrutura. Em 3 de março de 2011, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) concedeu autorização prévia para transferência das ações

Continua

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

representativas do capital da TAM, controladora das sociedades empresárias exploradoras de serviços aéreos públicos (TLA e Pantanal) com o objetivo de dar continuidade no processo de união com a LAN. A operação contratada entre as partes foi aprovada pela ANAC, autoridade competente no Brasil, e pelo Tribunal de Livre Concorrência do Chile (TDLC), autoridade competente no Chile, em 3 de março de 2011 e 21 de setembro de 2011, respectivamente.
Em 14 de dezembro de 2011, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), órgão de defesa da livre concorrência do Brasil, aprovou a fusão entre TAM e LAN. Esta era a última aprovação pendente de um órgão de defesa de concorrência. A aprovação veio acompanhada de duas condições: que a LATAM abra mão de uma das alianças de empresas aéreas integradas hoje por TAM (*Star Alliance*) e LAN (*Oneword*), e que ceda dois pares de *slots* na rota São Paulo/Guarulhos - Santiago. Essas medidas são similares as requeridas pelo Tribunal de Livre Concorrência do Chile (TDLC).
Em 21 de dezembro de 2011, os acionistas da LAN aprovaram a fusão com a TAM (com maioria superior a 99,99% das ações presentes ou representadas), a mudança da razão social de LAN *Airlines* S.A. para LATAM *Airlines* Group S.A. e as demais transações contempladas nos contratos assinados pelas partes.
A conclusão da transação resultará na LAN *Airlines* SA tornando-se a holding das empresas combinadas. A transação é proposta para ser consumada através de:
a) Uma oferta pela Holdco II S.A. aos acionistas não controladores da TAM para trocar suas ações ordinárias e preferenciais ou ADRs por ações de Holdco II S.A. ("Holdco II"), uma empresa chilena;
b) A contribuição dos acionistas controladores da TAM das ações ordinárias e preferenciais que detêm a outros titulares de empresas chilenas (Holdco I S.A. ou "Holdco I" e Sister Holdco S.A. ou "Sister Holdco");
c) Após Holdco II aceitar a troca por ações ordinárias e preferenciais da TAM de acionistas não controladores e antes da troca seja resolvido Holdco II e Sister Holdco se fundirão em LAN *Airlines* S.A.; e
d) Finalmente, como resultado das transações propostas:
i. LAN deterá todas as ações preferenciais da TAM que foram adquiridas como resultado da oferta de troca ou foram contribuídas pelos acionistas controladores;
ii. Holdco vai possuir todas as ações ordinárias que foram adquiridas como resultado da troca ou foram contribuídas pelos acionistas controladores, e por sua vez LAN deterá 20% do capital votante e 100% das ações sem direito a voto de Holdco I e o acionistas controladores da TAM passarão a deter 80% das ações votantes da Holdco I; e
iii. Aos acionistas da TAM terão recebido após a troca 0,90 ações da LAN *Airlines* S.A. para cada ação (ordinária ou preferencial) ou ADS da TAM anteriormente detidas.

A oferta de troca descrita acima está sujeita a várias condições, incluindo: (a) os acionistas não controladores que representem mais de 66,66% dos acionistas não controladores da TAM aceitem a oferta, (b) a quantidade de ações da TAM para a troca na oferta para acionistas não-controladores mais a quantidade de ações da TAM realizada pelos acionistas controladores representem mais de 95% de todas as ações da TAM que permitam resgatar obrigatoriamente não todas as ações propostas na oferta de troca.
Caso a transação seja concluída, TAM pretende ter suas ações retiradas da BM & F Bovespa e na NYSE. Atualmente, a Companhia espera que a transação seja fechada durante o primeiro trimestre de 2012.

2. Principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão definidas a seguir. Essas políticas vem sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As políticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.
As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).
As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, e mensuração dos instrumentos financeiros derivativos ao valor justo.

(b) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.
Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação desses investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo seu valor justo ou custo.

(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPC/IFRS vigendo a partir de 2011 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.2. Bases de consolidação e investimentos em controladas

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras.

(i) Controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da TAM e de suas controladas, inclusive entidades de propósito específico. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais, em função da detenção de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos potenciais direitos de voto, atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em conta quando se avalia se a TAM controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a TAM e deixam de ser consolidadas a partir da data em que tal controle cessa.
Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição. O saldo dos resultados abrangentes e às participações de não controladores, mesmo se resultar em saldo negativo dessas participações, são atribuídos aos proprietários da Companhia. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. As transações, saldos e ganhos não realizados derivados de transações entre a Companhia e suas controladas são eliminados. As perdas não realizadas também são eliminadas, sendo, porém consideradas um indicador de redução do valor realizável (*impairment)* do ativo transferido.

(ii) Transações e participações de não controladores

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as mudanças nas participações da Companhia em controladas que não resultem em perda do controle da Companhia sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Companhia e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.
Quando a Companhia perde o controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados no resultado.
As participações dos não controladores representam a parcela do lucro ou prejuízo e do patrimônio líquido das controladas que não é detida pela TAM, sendo destacada no balanço patrimonial consolidado.

(iii) Companhias incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

	Data-base das demonstrações financeiras	Participação	31 de dezembro de 2011	Participação% 31 de dezembro de 2010
TLA	31.12.2011	Direta	100,00	100,00
TAM Viagens (i)	31.12.2011	Indireta	99,99	99,99
TAM Capital (i)	31.12.2011	Indireta	100,00	100,00
TAM Capital 2 (i)	31.12.2011	Indireta	100,00	100,00
TAM Capital 3 (i)	31.12.2011	Indireta	100,00	
TAM Financial 1 (i)	31.12.2011	Indireta	100,00	100,00
TAM Financial 2 (i)	31.12.2011	Indireta	100,00	100,00
TAM Financial 3 (i)	31.12.2011	Indireta	100,00	100,00
Fundo *Spitfire* II (Fundo de investimento restrito para TAM e suas controladas) (ii)	31.12.2011	Indireta	100,00	100,00
TP Franchising	31.12.2011	Direta	100,00	100,00
TAM Airlines	30.11.2011	Direta	94,98	94,98
Multiplus	31.12.2011	Direta	73,14	73,17
Pantanal (iv)	31.12.2011			100,00
TAM Milor (iii)	31.12.2011			100,00
Corsair (i) (v)	31.12.2011	Direta	100,0	

(i) Investimentos da TAM detidos indiretamente através da TLA.
(ii) Possui 21% de participação direta, 30% e 49% através de participação indireta da TLA e Multiplus, respectivamente.
(iii) TAM Milor foi incorporada pela Companhia em 1 de março de 2011.
(iv) Pantanal foi incorporada pela TLA em 29 de dezembro de 2011.
(v) Constituída em Dezembro de 2011 através da cisão da Pantanal.

2.3. Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das entidades da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual aquela entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, a moeda funcional da Companhia.
O país de origem e a moeda funcional das controladas é apresentada a seguir:

Empresa	Localidade	Moeda funcional
TLA	Brasil	Real
TAM Viagens	Brasil	Real
TAM Capital	Ilhas Cayman	Real
TAM Capital 2	Ilhas Cayman	Real
TAM Capital 3	Ilhas Cayman	Real
TAM Financial	Ilhas Cayman	Real
TAM Financial 2	Ilhas Cayman	Real
TAM Financial 3	Ilhas Cayman	Real
TP Franchising	Brasil	Real
Fundo Spitfire II (Fundo de investimento restrito para TAM e suas controladas)	Brasil	Real
TAM *Airlines*	Paraguai	Guarani
Multiplus	Brasil	Real
Corsair	Brasil	Real

(b) Transações e saldos

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa consolidada, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas utilizando as taxas de câmbio da data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são convertidos à taxa de fechamento.
Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira são convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado.
Ganhos e perdas cambiais resultante da liquidação dessas transações e da conversão a taxas de câmbio do final do exercício dos ativos e passives monetários denominados em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferido em outros resultados abrangentes como qualificados como hedge de fluxo de caixa.

(c) Conversão

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa e todas as outras movimentações de ativos e passivos da controlada *TAM Airlines* (a única controlada com moeda funcional diferente da moeda funcional da Companhia) são convertidas à taxa de câmbio média anual, considerado um valor próximo da taxa cambial vigente na data das correspondentes transações. O balanço é convertido às taxas de câmbio do encerramento do exercício.
Os efeitos das variações da taxa de câmbio durante o exercício sobre o patrimônio líquido das controladas no início do exercício são registrados como uma movimentação do patrimônio líquido, da mesma forma que a diferença entre o lucro acumulado do exercício convertido à média das taxas de câmbio e às taxas de câmbio do fim do exercício.
As diferenças cambiais acumuladas resultantes são demonstradas como um componente separado de outras reservas. No caso de alienação total ou parcial de uma participação na Companhia ou controlada, mediante venda ou como resultado de redução de capital, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração do resultado como parte do lucro ou perda na alienação.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários a vista e investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5. Caixa restrito

O caixa restrito representa depósitos em garantia com a finalidade de garantir algumas de suas operações de *hedge* e financiamentos de longo prazo.

2.6. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.
Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.7. Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia são classificados nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado (incluindo instrumentos financeiros derivativos) e empréstimos e recebíveis. Não há ativos financeiros classificados como disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento. A classificação depende da natureza e finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação e, dessa forma, são classificados nesta categoria, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge* (proteção). Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os ganhos ou perdas resultantes de variações no valor justo são reconhecidos na demonstração do resultado nas rubricas "receita financeira/despesa financeira" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado em que a operação protegida foi contabilizada.

(b) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive Contas a receber, Caixa e equivalentes de caixa, Outras contas a receber, Caixa restrito e Ativos financeiros - depósitos bancários) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável, com exceção de alguns investimentos de curto prazo que se enquadram na definição de ativos ao valor justo por meio do resultado. São classificados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativos não circulantes.

2.7.1. Mensuração de ativos financeiros

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos desde que a Companhia tenha transferido, significativamente todos os riscos e benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.
O valor justo dos investimentos são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros em que não há negociação no mercado, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Tais técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares e a análise de fluxos de caixa descontados.

2.7.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa estimados desse ativo.
Os critérios utilizados para determinar se há uma evidência objetiva de uma redução ao valor podem incluir:
• Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou
• Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou
• Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou
• Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.
Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos que na avaliação individual não apresentam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada da Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso após um período de dias, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.
O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditados à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

2.8. Contas a receber

As Contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e posteriormente mensurados ao custo amortizado, utilizando a taxa de juros efetiva, menos provisão para perda na realização. Devido à natureza de curto prazo, a Companhia reconhece as Contas a receber pelo montante original de venda. Uma provisão para perdas na realização dessas contas a receber (provisão para créditos de liquidação duvidosa) é reconhecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das Contas a receber.
O valor contábil do ativo é reduzido através do uso de uma conta de provisão e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

2.9. Estoques

Os estoques, que compreendem principalmente peças de reposição e materiais a serem usados nas atividades de manutenção e reposição, são demonstrados ao custo médio de aquisição ou ao valor de realização, líquido das provisões para reduzir o valor de itens obsoletos.

2.10. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são subsequentemente remensurados ao valor justo. Os custos de transação são lançados como despesa à medida que são incorridos. Eles são classificados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativos não correntes.
O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de proteção. Multiplus designa certos derivativos de proteção de risco de variação cambial altamente provável de venda prevista (*hedge* de fluxo de caixa).
Qualquer alteração no valor justo de instrumentos financeiros não designados como *hedge* para fins contábeis são imediatamente reconhecidos em resultados.

(a) Instrumentos financeiros derivativos celebrados pela TAM Linhas Aéreas

Embora a TLA faça uso de derivativos para atenuar os efeitos econômicos das variações das taxas de câmbio e dos preços internacionais do petróleo, ela não aplica a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*). As mudanças do valor justo de instrumentos financeiros são imediatamente lançadas contra o resultado. A Companhia não classifica nenhum instrumento derivativo como *hedge* de valor justo ou *hedge* de investimento líquido.
Os ganhos e perdas decorrentes da variação do valor justo de derivativos de combustível são apresentados separadamente na demonstração do resultado.

(b) Instrumentos financeiros derivativos celebrados pela Multiplus S.A.

Multiplus designa certos derivativos de proteção de risco de variação cambial altamente provável de venda prevista (*hedge* de fluxo de caixa).
Multiplus decidiu aplicar a contabilidade de *hedge* considerando que a receita de venda de pontos para instituições financeiras é reconhecida após o faturamento para as instituições financeiras e apenas no momento em que os participantes do programa de fidelidade resgatarem seus pontos por prêmios e que há uma incompatibilidade entre o momento em que os pontos são faturados e reconhecidos como receita diferida e do momento em que os pontos são resgatados e a receita reconhecida na demonstração do resultado e o momento do reconhecimento da receita em relação às transações que estão sendo cobertas. A Administração também espera que uma relação de *hedge* altamente efetiva irá reduzir o impacto dos instrumentos financeiros derivativos que é reconhecido nas receitas financeiras e despesas financeiras na demonstração do resultado.
Multiplus considera os fluxos de caixa futuros de vendas para instituições financeiras designadas para *hedge* altamente provável e categoriza a mudança no valor intrínseco dos instrumentos de derivativos contratados para proteger os fluxos de caixa contra variações cambiais como *hedge* de fluxo de caixa do futuro. Os instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de cobertura no âmbito da contabilidade de *hedge* são reconhecidos como ativos e passivos no balanço e são mensurados pelo valor justo inicialmente e posteriormente mensurados ao justo valor. A mudança no valor justo atribuível à parte efetiva da relação de cobertura é reconhecida em outros resultados abrangentes no capital próprio e a porção ineficaz e o valor do tempo, que não faz parte da relação de hedge, é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. A parcela efetiva originalmente reconhecida no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, somente serão liberados ou reconhecidos na demonstração do resultado quando o item coberto afetar a demonstração do resultado. No entanto, quando um item coberto expira ou quando uma operação de cobertura deixa de cumprir os critérios para contabilidade de *hedge*, qualquer ganho ou perda cumulativo existente no patrimônio líquido, no momento, permanece no patrimônio líquido até o momento em que a transação prevista é em última instância reconhecida no resultado.
O ganho ou perda relacionado com a parcela ineficaz é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como receita financeira ou despesa financeira, respectivamente. Nenhuma porção significativa de ineficácia tem sido reconhecida na demonstração do resultado para os períodos apresentados. Multiplus documenta, no início de cada operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos de *hedge*, explicitando o objetivo da gestão de risco e estratégia para a realização de operações de *hedge*. Multiplus também documenta, tanto no início quanto de forma contínua, os cálculos e/ou avaliações demonstrando que as operações de *hedge* **são altamente eficazes na redução do risco cambial associado aos itens protegidos.**
Os instrumentos são considerados efetivos quando a variação no valor dos derivativos compensa entre 80% e 125% do impacto da variação cambial na receita protegida.

2.11. Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

2.12. Intangível

(a) *Softwares* e projetos de tecnologia da informação

As despesas relacionadas à manutenção de software são reconhecidas como despesas quando incorridas. As despesas diretamente relacionadas aos softwares desenvolvidos internamente incluem materiais, custos incorridos com empresas de desenvolvimento de software e outros custos diretos. Eles são capitalizados como ativos intangíveis quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os custos de desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, que em geral não é superior a 5 anos.

(b) Outros ativos intangíveis

Incluem valores relativos a: (a) direito de uso de operação de aeroporto (slots) decorrente da aquisição da Pantanal em março de 2010 fundamentado na expectativa de rentabilidade de operar voos regulares a partir dos aeroportos objeto do direito adquirido, (b) aquisição da marca "TAM" ocorrida em julho de 2010 no contexto da aquisição da TAM Milor e (c) licenças e outros direitos contratuais adquiridos de terceiros, que são capitalizados como ativos intangíveis e amortizados ao longo de sua vida útil estimada.
O valor contábil dos intangíveis é analisado para verificar se há redução ao valor recuperável quando fatos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil pode não ser recuperável, ou quando os ativos intangíveis ainda não começaram a ser usados e amortizados.

(c) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como Ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.
O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.
O ágio surge na aquisição de controladas e representa o excesso de consideração transferidos através da participação da Companhia no justo valor líquido dos ativos líquidos identificáveis, passivos e passivos contingentes da entidade adquirida e o valor justo da participação do não controlador na aquisição.
Para efeitos de testes de *impairment*, o *goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais é imputado a cada uma das unidades geradoras de caixa (UGCs), que se espera que beneficiem das sinergias da combinação. Cada unidade ou grupo de unidades ao qual o *goodwill* é alocado representa o nível mais baixo dentro da entidade ao qual o *goodwill* é monitorizado para finalidades de gestão interna. O ágio é monitorado no nível do segmento operacional.
O ágio é testado anualmente ou mais freqüentemente se os acontecimentos ou encargos em circunstâncias indicam comprometimento potencial. O valor contábil do ágio é comparado ao valor recuperável, que é o valor mais elevado do valor de uso e justo menos os custos para vender. Qualquer deficiência é reconhecida imediatamente como um gasto e não é posteriormente revertida.

2.13. Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, incluindo os componentes de *rotables*, são registrados pelo custo de aquisição ou construção, que incluem juros e demais encargos financeiros capitalizados. Dependendo da natureza do ativo e da época de sua aquisição, o custo refere-se ao custo histórico de aquisição, o custo atribuído ou o custo histórico de aquisição ajustados ao efeito de hiperinflação, nos anos em que a economia brasileira era considerada hiperinflacionária. O Brasil foi considerado uma economia hiperinflacionária para até 1997.
Terrenos não estão sujeitos à depreciação. Cada um dos componentes do ativo que tiver um custo significante em relação ao total do ativo é depreciado separadamente. A depreciação é reconhecida com base na vida útil de cada ativo pelo método linear, de modo que o custo menos o valor residual após sua vida útil, esteja totalmente amortizado. A vida útil estimada, valores residuais e métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer alterações são contabilizados prospectivamente. A vida útil dos itens do imobilizado estão demonstrados na Nota 17. Os ativos adquiridos através de arrendamento financeiro, bem como rotables relacionados à motores e peças adquiridas são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil e o prazo estipulado no contrato de arrendamento.
Segundo a IAS 16 - "Imobilizado", a revisão de motores inclui os materiais aplicados (peças de reposição) e o custo do serviço que, por sua vez, são considerados como um componente separado e depreciados durante o período médio esperado para a próxima revisão completa (*Overhaul*). Todas as outras peças de reposição e outros custos relacionados à manutenção dos equipamentos de voo, incluindo todos os montantes nos termos dos contratos de manuntenção "*Power by the hour*", são registrados na demonstração do resultado quando consumidos ou incorridos, respectivamente e estão descritas no item (b) abaixo.
Os juros incorridos identificáveis nos empréstimos diretamente atribuíveis aos ativos em construção incluindo os adiantamentos para a aquisição de novas Aeronaves são capitalizados e incluídos nos custos desses ativos até a menor data entre o término da construção e a entrega da aeronave.
O valor contábil dos ativos é revisado para verificação de possível perda no valor recuperável quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil é maior que seu valor recuperável estimado.
Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. Quando ativos reavaliados são vendidos, o valor incluído na reserva de reavaliação é transferido para lucros acumulados.

(a) Pré-pagamento de aeronaves

Os adiantamentos realizados aos fabricantes para aquisição de aeronaves (*Pre-delivery Payments* - PDPs), nos termos de contratos de compra, são originalmente em dólares e reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo valor pago convertido à taxa de câmbio vigente na data do pagamento. Os custos de contração de empréstimos, incluindo juros e diferenças cambiais aplicáveis, incorridos na construção de ativos qualificados, são capitalizados até o momento da entrega das aeronaves.
Na hipótese de a Companhia decidir não adquirir a aeronave, mas arrendá-la, e houver acordo com que os PDPs serão reembolsados à Companhia, tais valores serão reclassificados para "Outros ativos circulantes" e trazidos ao valor presente do valor esperado de reembolso à Companhia. Tal valor, se expresso em moeda estrangeira, é convertido à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações financeiras e a eventual diferença resultante é reconhecida na demonstração do resultado.

(b) Manutenções de aeronaves e motores

Contratos de manutenção de motores suportam toda a atividade significativa de manutenção de motores. A base para determinar quando as despesas de manutenção são consideradas incorridas depende da natureza dos serviços prestados:
• Contratos designados como *time and material*: contratos em que os valores são devidos aos prestadores da manutenção, e reconhecidos na demonstração do resultado, de acordo com as atividades de manutenção efetivamente realizadas. Os custos incorridos correspondem ao valor efetivo do tempo gasto em manutenção adicionado ao custo de materiais e componentes utilizados.
• Contratos designados como *power-by-the-hour*: contratos em que valores determinados contratualmente são devidos ao prestador da manutenção com base em horas voadas e para o qual um passivo e uma despesa correspondente *é reconhecida* na demonstração do resultado pelas horas de voo dos equipamentos.

2.14. Redução ao valor recuperável de ativos não circulantes (*impairment*)

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa indentificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

2.15. Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Fornecedores são classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.
Os fornecedores são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Na prática, devido à natureza de curto prazo da maioria dos fornecedores, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

2.16. Passivos financeiros não derivativos

Outros passivos financeiros (incluindo empréstimos, sênior notes e debêntures) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação incorridos. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o valor inicialmente reconhecido.
Os empréstimos são classificados no passivo circulante, a menos que a TAM tenha um direito incondicional de não realizar a liquidação do passivo por no mínimo 12 meses após a data de balanço.
As debêntures não conversíveis e bônus seniores são registrados da mesma maneira que os empréstimos.

2.17. Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos tributos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto nos casos em que estiverem relacionados com itens reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido. Quando os impostos correntes e diferidos são originados da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.
A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço dos países em que as controladas da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem à interpretação e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método de passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem do reconhecimento inicial

TAM S.A.

e TAM S.A. e suas controladas

Companhia Aberta - CNPJ 01.832.635/0001-18

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

2.19. Provisões

A Companhia reconhece provisões quando: (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive* obligation) resultante de eventos passados; (ii) é provável um desembolso de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. As provisões são apresentadas líquidas dos depósitos judiciais correspondentes.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.20. Benefícios a empregados

(a) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base no programa de participação dos lucros e certos indicadores operacionais. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constuctive obligation*).

(b) Remuneração baseada em ações

A Companhia opera plano de remuneração baseado em ações liquidados em ações. O plano de compensação baseado em comum é medida pelo valor justo de instrumentos de capital próprio na data da concessão. Os detalhes sobre a determinação do justo valor destes planos estão descritos na Nota 32.2. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direito devem ser atendidas), reduzido pelo impacto de qualquer condição não relacionada ao mercado durante o período de carência (por exemplo, objetivos de lucratividade ou aumento de vendas). Essas condições não relacionadas ao mercado são incluídas nas premissas utilizadas para definição do número de opções esperadas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições, reconhecendo o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido, prospectivamente.

A Companhia opera plano de remuneração baseado em ações. Liquidados em ações. O plano de compensação baseado em comum é medida pelo valor justo de instrumentos de capital próprio na data da concessão. Os detalhes sobre a determinação do justo valor destes planos estão descritos na nota 32.2. O valor justo dos serviços dos empregados recebidos em troca da concessão das opções é reconhecido como um gasto. O montante total a ser contabilizadas durante o período de carência é determinado por referência ao valor justo das opções concedidas, excluindo o impacto de quaisquer condições não-mercantis de aquisição (por exemplo, rentabilidade e metas de vendas de crescimento). Condições não-mercantis de aquisição estão incluídos nas premissas usadas para definir o número de opções que se espera que sejam adquiridas. Em cada data de relato TAM revisa suas estimativas sobre o número de opções que se espera que sejam adquiridos, reconhecendo o impacto da revisão das estimativas originais, se for o caso, na declaração das operações, com um ajuste correspondente ao patrimônio líquido.

Quando as opções exercidas são liquidadas com ações em tesouraria, os recursos recebidos, líquidos de qualquer custo associado a essa transação, são creditados em ações em tesouraria e qualquer diferença entre o valor contábil das ações em tesouraria concedidas ao empregado e o preço de exercício das opções é reconhecida contra a rubrica de lucros acumulados.

(c) Planos de pensão

A Companhia opera apenas planos de contribuição definida. Uma vez que as contribuições são feitas, a Companhia não tem qualquer responsabilidade adicional de pagamento adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidos, e consequentemente, são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados.

2.21. Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

Quando a Companhia ou controlada compra as ações da Companhia (ações em tesouraria), o montante pago, incluindo quaisquer custos incrementais diretamente relacionados (líquido do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.22. Dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. As demonstrações financeiras refletem apenas os dividendos mínimos obrigatórios dispostos no estatuto social da Companhia, de 25% do lucro contábil. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

2.23. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados (Nota 34).

2.24. Arrendamentos

A classificação dos contratos de arrendamento é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios de propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamento operacional. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

A Companhia arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos, no qual a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do contrato pelo menor valor entre o valor justo do ativo arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, desta forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas no passivo financeiro. O elemento de juros do custo do financiamento é debitado à demonstração do resultado ao longo do prazo do arrendamento de modo a gerar uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo de cada período. O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é depreciado pelo prazo de vida útil do ativo ou pelo período contratual do arrendamento, dos dois o menor.

Os ganhos decorrentes de transações de *sale and leaseback* resultantes de arrendamentos financeiros são diferidos e reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear durante a vigência do arrendamento e os ganhos e prejuízos decorrentes de transações de *sale and leaseback* resultantes de arrendamentos operacionais são reconhecidos imediatamente na demonstração do resultado.

Os prejuízos decorrentes de transações de *sale and leaseback* resultantes de arrendamentos financeiros são diferidos na medida em que o bem objeto do leaseback não seja objeto de *impairment* e são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear durante a vigência do arrendamento.

2.25. Receita

As receitas de transporte aéreo (passageiros e carga) são reconhecidas quando os serviços de transporte são prestados. A receita referente a bilhetes de passageiros vendidos, mas não utilizados (vendas antecipadas de bilhetes) são tratadas como receitas diferidas, classificadas no passivo circulante. A receita proveniente de bilhetes não utilizados é reconhecida na data de expiração do bilhete, que é 12 meses após a data de sua emissão.

A controlada TLA patrocina programa de premiação para passageiros frequentes (Programa Fidelidade), cujos pontos são acumulados ao utilizarem os voos da TAM ou de companhias aéreas parceiras, bem como ao efetuar compras com cartões de crédito Fidelidade TAM ou utilizar serviços e produtos em estabelecimentos parceiros. Os pontos concedidos no Programa Fidelidade quando os passageiros utilizam voos TAM ou de companhias parceiras são reconhecidos como um componente separado e identificável da receita, com base no seu valor justo estimado. Esta receita é diferida na data em que o bilhete é vendido, sendo esta reconhecida no resultado do exercício, líquida dos pontos que considera que não serão resgatados, quando os pontos são resgatados e os passageiros transportados.

A partir de 1º de janeiro de 2010, a controlada TLA transferiu a administração do programa fidelidade para a controlada Multiplus. A partir de 1º de janeiro de 2010 os pontos passaram a ser emitidos pela Multiplus, que venderá os pontos para a TAM.

A receita de pontos vendidos pela Multiplus para terceiros é reconhecida na demonstração do resultado quando os pontos são resgatados por prêmios ou, no caso de pontos que se estima que não serão resgatados são reconhecidos no prazo de validade dos pontos de dois anos.

Outras receitas operacionais, representadas por taxas decorrentes de alterações de reservas de voo, sub-arrendamento de aeronaves, serviços de manutenção fornecidos a outras companhias aéreas e outros serviços, são reconhecidas quando o serviço é prestado.

A receita de juros é reconhecida pelo método da taxa de juros efetiva.

2.26. Informações sobre segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Diretor Presidente. A TAM possui dois segmentos operacionais reportados: Aeroviário e Programa Fidelidade.

2.27. Apresentação da demonstração do resultado

Na demonstração do resultado, os valores relativos a variações do valor justo de derivativos de combustíveis são apresentados separadamente como parte do lucro operacional. Este item é material em termos de natureza e valor, e está sendo divulgado separadamente a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a entender o desempenho financeiro da TAM.

2.28. Combinações de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócio são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e passivos incorridos pela Companhia na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca de controle da adquirida. Os custos de transação, de uma combinação de negócios, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária são reconhecidas como despesas à medida que são incorridos.

Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por:

- Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios com empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com o CPC 32/IAS 12 - Imposto de renda e CPC 33/IAS 19 - Benefícios aos Empregados;
- Passivos ou instrumentos de patrimônio relacionados a acordos de pagamento baseado em ações da adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações da Companhia celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações da adquirida são mensurados de acordo com o CPC 10/ IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações na data de aquisição;
- Ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme CPC 31/IFRS 5 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas são mensurados conforme esta norma.

A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não-controladora na companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (geralmente o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data de aquisição. Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra é reconhecido imediatamente na demonstração do resultado do exercício.

2.29. Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira como parte das suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista ou obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para perda (*impairment*)), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos inclusos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.30. Normas novas, revisadas e interpretações aplicáveis em 2011 e já emitidas mas ainda não em vigor

A única nova norma (incluindo as alterações e melhorias nas normas) relevantes para a TAM efetiva para a adoção inicial no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011 é o IFRIC 13 - 'Programas de Fidelização de clientes' em que o significado de "valor justo" é clarificado no contexto de medição de créditos de prêmio em programas de fidelização de clientes. A aplicação da orientação não resulta em qualquer impacto sobre a posição financeira e resultados das operações desde que a Companhia já esteja considerando as exigências do IFRIC 13 na mensuração do justo valor dos seus créditos de prêmio. As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB e são aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

- Alteração ao IAS 32, Instrumentos Financeiros: Apresentação - Classificação de emissões de direitos - Alteração para permitir que direitos, opções ou garantias para adquirir um número fixo de instrumentos da própria entidade, por um valor fixo em qualquer moeda, sejam classificados como instrumentos patrimoniais, desde que a entidade ofereça os direitos, opções e garantias de maneira proporcional a todos os proprietários da mesma classe de seus instrumentos não-derivativos. Esta norma não deverá ter qualquer impacto significativo para Companhia considerando suas operações atuais. Aplicável a partir de 1º de fevereiro de 2010.
- IFRIC 19, Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais - Esclarece as exigências do IFRS quando uma entidade renegocia os termos de um passivo financeiro com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos patrimoniais para liquidar o passivo financeiro total ou parcialmente. Esta norma não deverá ter qualquer impacto significativo para Companhia considerando suas operações atuais. Aplicável a partir de 1º de julho de 2010.
- Alteração ao IFRS 1, Primeira Adoção do IFRS - Isenção Limitada a partir das Divulgações Comparativas do IFRS 7 para Entidades que Fazem a Adoção pela Primeira Vez - Oferece para aquelas entidades que a adotam pela primeira vez o IFRS as mesmas opções que foram dadas aos usuários atuais do IFRS na adoção das alterações ao IFRS 7. Também esclarece as provisões para a transição para as alterações ao IFRS 7. Esta norma não mais relevante, uma vez que a Companhia já aplicou IFRS 1 quando da transição para o IFRS. Aplicável a partir de 1º de julho de 2010.
- IAS 24, Divulgações de Partes Relacionadas (revisado em 2009) - Altera a definição de uma parte relacionada e modifica determinadas exigências de divulgação da parte relacionada para entidades relacionadas com o governo. Esta norma não deverá ter qualquer impacto significativo para Companhia considerando suas operações atuais. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2011.

Alteração ao IFRIC 14 - 'IAS 19 - Limite de Ativos de Benefício Definido Exigências Mínimas de Provimento de Recursos e sua Interação' - Retira as consequências não intencionais que surgem do tratamento de pagamentos antecipados, em que há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados nos pagamentos antecipados das contribuições em certas circunstâncias são reconhecidos como ativo e não como despesa. Esta norma não deverá ter qualquer impacto significativo para Companhia considerando suas operações atuais. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2011.

As seguintes normas novas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB e não são aplicáveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, mas em períodos futuros:

- IAS 19 - Benefícios a empregados alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorram, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. Esta norma não deverá ter qualquer impacto significativo para Companhia considerando suas operações atuais. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 9 - Instrumentos financeiros - aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas catergorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócio da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas - apóia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. Esta norma não deverá ter qualquer impacto significativo para a Companhia considerando suas operações atuais. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 11 - Acordos em conjunto, emitido em maio de 2011. A norma provê reflexões mais realísticas dos acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma legal. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 12 - Divulgação de participação em outras entidades - trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A Companhia está avaliando as divulgações adicionais que serão necessárias, como resultado do IFRS 12. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 13 - Mensuração de valor justo, emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. A Companhia está em processo de avaliação se o IFRS 13 terá algum impacto sobre a forma de como o valor justo é determinado. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.
- Alteração ao IFRS 7, Instrumentos Financeiros: Divulgações sobre transações de baixa no reconhecimento – Esta alteração promoverá a transparência na divulgação das transações de transferência e melhorará o entendimento do usuário sobre a exposição ao risco associado a transferências de ativos financeiros, bem como sobre o efeito desses riscos na posição financeira da entidade, particularmente daqueles envolvendo securitização de ativos financeiros. Aplicável a partir de 1º de julho de 2011. Esta norma afetará divulgações futuras na medida em que houver transferência de ativos financeiros.
- Alteração ao IAS 12 - Impostos sobre Renda sobre tributos diferidos Atualmente, o IAS 12 - "Impostos sobre Renda" requer que os tributos diferidos sejam mensurados com base na expectativa de recuperação do valor contábil do ativo, pelo seu uso ou venda. No entanto, para as "Propriedades para Investimento" mensuradas pelo valor justo segundo o IAS 40, pode ser difícil e subjetivo avaliar se a recuperação será através de uso ou venda. Esta alteração, portanto, introduz uma exceção ao princípio existente para mensurar o imposto diferido ativo ou passivo sobre propriedade para investimento mensurada ao valor justo. A alteração a IAS 12 resultou na incorporação do SIC 21 - "Impostos sobre Renda - Recuperação de ativos não depreciáveis reavaliados" não mais será aplicável a propriedades para investimento lançadas a valor justo. As alterações também incorporam ao IAS 12 as orientações anteriormente contidas no SIC 21, que foi eliminado. Aplicável a partir de 1º de julho de 2011. Esta norma não deverá ter qualquer impacto significativo para a Companhia considerando suas operações atuais.
- Alteração ao IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras com relação a outros resultados abrangentes - A principal modificação resultante destes adendos foi a exigência de que as entidades agrupem os itens apresentados em outros resultados abrangentes com base na possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para lucros ou perdas, subsequentemente (ajustes de reclassificação). As alterações não estabelecem quais itens devem ser apresentados em outros resultados abrangentes. Aplicável a partir de 1º de julho de 2012. A Companhia está avaliando o impacto desta norma nas suas divulgações.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

Aprimoramentos ao IFRS em 2010

As alterações geralmente são aplicáveis para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011, a não ser que sejam indicados de outra forma e não tem nenhum impacto significante nas demonstrações financeiras consolidadas.

- IFRS 3 "Combinação de Negócios":

(a) Exigências de transição para contraprestação contingente a partir de uma combinação de negócios que ocorreu antes da data de entrada em vigor do IFRS revisado: Esclarece que as alterações ao IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgações" - IAS 32 - "Instrumentos Financeiros: Apresentação", e IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, que eliminam a isenção da contraprestação contingente não se aplicam à contraprestação contingente que surgiu de combinações de negócios cujas datas de aquisição precedem a aplicação do IFRS 3 (conforme revisado em 2008). Aplicável a períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2010. Aplicado retroativamente.

(b) Mensuração de participação não controladora. A escolha de mensurar participações não controladoras pelo valor justo ou pela parcela proporcional dos ativos líquidos da adquirida aplica-se somente a instrumentos que representam as atuais participações acionárias e dão direito aos seus detentores a uma parcela proporcional dos ativos líquidos em caso de liquidação. Todos os outros componentes de participação não controladora são mensurados ao valor justo, a menos que outra mensuração seja exigida pelo IFRS. Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Aplicado prospectivamente a partir da data em que a entidade aplica o IFRS 3.

(c) Concessões de pagamentos com base em ações não substituídos ou substituídos voluntariamente: A orientação da aplicação em IFRS 3 aplica-se a todas as transações de pagamentos com base em ações que formam parte de uma combinação de negócios, incluindo concessões de pagamentos com base em ações não substituídos ou substituídos voluntariamente. Aplicável a períodos anuais iniciando em ou após 1º de julho de 2010. Aplicado prospectivamente. A alteração não tem nenhum impacto, uma vez que não houve combinações de negócios após a sua data efetiva.

- IFRS 7, Instrumentos Financeiros - Enfatiza a interação entre divulgações quantitativas e qualitativas sobre a natureza e a extensão dos riscos associados aos instrumentos financeiros. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2011. Aplicado retroativamente. A alteração não tem nenhum impacto significativo.
- IAS 1, Apresentação das Demonstrações Financeiras - Esclarece que uma entidade apresentará uma análise de outros resultados abrangentes para cada componente do patrimônio, na demonstração das mutações do patrimônio ou nas notas explicativas às demonstrações financeiras. . Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2011 e retrospectivamente. A análise está sendo apresentada na demonstração das mutações do patrimônio líquido.
- IAS 27, Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas - Esclarece que as consequentes alterações a partir do IAS 27 feitas ao IAS 21 - "Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio", IAS 28 - "Investimentos em Coligadas" e IAS 31 - "Participações em *Joint Ventures*", aplicam-se prospectivamente a períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2009, ou antes dessa data, quando o IAS 27(R) é aplicado antecipadamente. Aplicável a períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2010. Aplicado retrospectivamente. Esta alteração não tem nenhum impacto significativo.

3. Estimativas contábeis e julgamentos críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são constantemente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e outros fatores, entre os quais expectativas de acontecimentos futuros considerados razoáveis nas circunstâncias atuais. As estimativas contábeis, por definição não são iguais aos correspondentes resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam riscos significativos de causar ajuste relevante no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte são discutidas abaixo.

3.1. Reconhecimento de receitas - Programa fidelidade

A receita referente ao programa fidelidade é diferida com base no número de pontos em aberto e a taxa média histórica de pontos não resgatados (*breakage*) dos últimos 12 meses. O valor justo dos pontos emitidos para participantes quando voam pela TAM ou companhias parceiras é apurado com base na média ponderada do valor dos pontos vendidos a parceiros comerciais e o valor das passagens gratuitas concedidas a passageiros. Adicionalmente, o diferimento da receita depende da estimativa da quantidade de pontos a serem cancelados quando expiram após dois anos da data de emissão.

3.2. Impostos diferidos

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com estudos de viabilidade técnica.

3.3. Contingências

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota 24. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis (obrigação presente, resultante de evento do passado que seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação, com estimativa confiável de valor). A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos advogados externos. A Administração acredita que essas contingências estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

3.4. Instrumentos financeiros usados para reduzir os riscos de variações nos preços de combustível de aviação

A Companhia registra os instrumentos financeiros utilizados para reduzir os riscos de variações nos preços de combustível de aviação pelo valor justo, com base em cotações de mercado de instrumentos semelhantes. Instrumentos financeiros derivativos são utilizados com o intuito de reduzir o risco decorrente de variações nesses preços. A sensibilidade aos movimentos no preço do óleo é discutida na Nota 4.1.1 (e).

4. Instrumentos financeiros

4.1. Gestão de riscos financeiros

A Companhia e suas controladas estão expostas a diversos riscos financeiros: riscos de crédito, riscos de liquidez e os riscos de mercado atrelados aos efeitos das mudanças de preço de combustível, da taxa de câmbio e da taxa de juros.

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos formalizada que define as regras e permite ao Departamento de Tesouraria realizar operações envolvendo instrumentos derivativos a fim de reduzir o impacto que potenciais flutuações no preço de combustível e taxas de câmbio e juros possam ter no fluxo de caixa. A gestão dos riscos é monitorada pelo Comitê de Riscos que tem, entre outras atribuições:

- Decidir sobre aumento dos níveis percentuais de proteção baseado em questões estratégicas da Companhia e monitorar o comparativo entre os cenários orçados, Companhia e mercado;
- Gerenciar e administrar a exposição de riscos;
- Monitorar o cumprimento da política de riscos financeiros;
- Deliberar sobre o nível de exposição de riscos de mercado;
- Estabelecer limites financeiros a todas as instituições autorizadas a realizar operações com instrumentos financeiros derivativos; e
- Monitorar o desempenho das operações com instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados de acordo com as políticas da TAM, considerando o impacto sobre o fluxo de caixa e análise de custo/benefício de cada posição tomada. O controle sobre o uso de derivativos inclui assegurar que as taxas em contratos de derivativos sejam compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

A Companhia não opera nem negocia instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos.

4.1.1. Riscos de mercado

As controladas estão expostas a riscos de mercado em decorrência de suas atividades comerciais normais. Os riscos de mercado dizem respeito, sobretudo, a variações de taxas de juros, de câmbio e preços de querosene de aviação (QAV) e tais variações podem afetar negativamente o seu fluxo de caixa e despesas futuras. O risco de mercado é uma possível perda decorrente de variações nos preços de variáveis de mercado (taxas de câmbio, juros, preços de commodities etc.) que afetem o fluxo de caixa da Companhia. A Companhia firmou contratos de derivativos com a finalidade de reduzir os riscos provenientes de variações de alguns desses fatores. Foram implementadas políticas e procedimentos para avaliar os referidos riscos e monitorar as operações com derivativos. A Política estabelece, entre outros pontos, níveis mínimo e máximo de proteção e *investment grade* como pré requisito mínimo das contrapartes das operações com instrumentos financeiros derivativos.

(a) Risco relacionado a variação no preço do combustível

Um dos mais importantes riscos financeiros das empresas aéreas é a volatilidade do preço do combustível. O preço do QAV está atrelado à variação da cotação de petróleo no mercado internacional. A Companhia gerencia esse risco por meio de estratégias de contratação de instrumentos financeiros derivativos os quais visam proporcionar proteções contra súbitos e significantes aumentos no preço de petróleo assegurando, deste modo, a competitividade da Companhia. O Comitê de Risco estabeleceu política, aprovada pelo Conselho de Administração, para atingir esse objetivo. A política determina a realização de operações com derivativos cobrindo no máximo 60% do consumo projetado de combustível para os próximos 24 meses e patamares mínimos de 20% do consumo projetado para os 12 primeiros meses e 10% para os 12 meses seguintes. *Swaps*, opções ou uma combinação desses instrumentos financeiros, tendo como subjacentes o petróleo bruto, óleo para aquecimento ou querosene de aviação, podem ser utilizados para atingir as metas propostas.

Os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia para proteção contra variação do preço de combustível são baseados, principalmente, em petróleo (tipo *West Texas Intermediate* - WTI). A escolha desse subjacente baseou-se em estudos que comprovam que o *hedge* de QAV baseado em WTI é, historicamente, altamente efetivo, além da elevada liquidez dos instrumentos financeiros referenciados em WTI. Em 31 de dezembro de 2011, todos os instrumentos financeiros contratados foram realizados em mercados de balcão (*over the counter*).

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos somente com contrapartes cuja classificação, atribuída pelas agências de risco *Standard & Poors, Fitch e Moody´s,* seja, no mínimo, *investment grade*.

A medida que o volume consumido de combustível não está totalmente protegido por meio de derivativos, os aumentos no preço do querosene não são totalmente compensados pelos derivativos. Da mesma forma, diminui no preço do querosene terá impacto positivo para a Companhia, uma vez que não será totalmente compensado por mudanças no valor justo dos derivativos.

O combustível de aviação consumido em 2011 e 2010 representou respectivamente 34,8% e 33,2% dos custos e despesas operacionais da Companhia (Nota 31).

(a.1) Derivativos em circulação:

(i) TAM Linhas Aéreas

O percentual de cobertura antecipada dos instrumentos financeiros derivativos para os próximos 12 meses e o valor médio dos contratos de derivativos em aberto é apresentado a seguir:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
% de cobertura antecipada para os próximos 12 meses	28%	25%
Valor médio dos contratos derivativos em circulação	US$ 94/bbl	US$ 87/bbl
Valor de Mercado do WTI no ano	US$ 98/bbl	US$ 89/bbl

Os vencimentos dos instrumentos derivativos com o respectivo *notional* e valor justo são apresentados a seguir:

	2011	2012	2013	2014	Total
Em 31 de dezembro de 2011					
Valor *Notional* - milhares de barris (bbl)	-	5.660	2.425	325	8.410
Valor Justo, líquido - R$ mil	-	18.076	(7.803)	826	11.099
Em 31 de dezembro de 2010					
Valor *Notional* - milhares de barris (bbl)	3.985	2.710	150	-	6.845
Valor Justo, líquido - R$ mil	(9.791)	(8.536)	(182)	-	(18.509)

(b) Risco de taxa de câmbio

(b.1) TAM Linhas Aéreas

Uma parcela significativa dos custos e despesas operacionais, como serviços de manutenção de aeronaves e motores, pagamentos de arrendamento de aeronaves e seguro de aeronaves, é expressa em dólares. A Companhia tem exposição significativa a moeda estrangeira (principalmente denominado em dólar americano) de seus passivos denominados em moeda estrangeira menos seus ativos denominados em moeda estrangeira. O total exposto à moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2011 e 2010, de ativos e passivos é apresentado nas notas explicativas correspondentes.

A Companhia pode celebrar contratos de derivativos para se proteger contra uma possível apreciação ou depreciação do Real frente ao dólar americano, Nenhum derivativo foi contrato além dos mencionados abaixo.

Os instrumentos derivativos com o respectivo *notional* e valor justo são apresentados a seguir por ano de vencimento:

	2012
Em 31 de dezembro de 2011	
Valor *Notional* - US$	31.000
Valor Justo - R$	(68)
Em 31 de dezembro de 2010	
Valor *Notional* - US$	31.000
Valor Justo - R$	(888)

Em virtude da repactuação efetuada no primeiro trimestre de 2009, renovada no segundo trimestre de 2010, uma das contrapartes demandou um depósito denominado em dólares como garantia. Como não são admitidos depósitos em moeda estrangeira no Brasil, foi atrelado um CDB concedido em garantia um *Collar* convertendo o valor de resgate de R$ para US$.

A operação de *Collar* descrita acima é a única operação de proteção cambial detida pela Companhia em carteira própria em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

(b.2) Multiplus S.A.

Os riscos de mercado dizem respeito, sobretudo, às variações na taxa de câmbio R$/US$, que referencia a maior parte dos contratos de aquisição de pontos de instituições financeiras. Tais variações podem afetar negativamente o seu fluxo de caixa e faturamentos futuros. O risco de mercado, no caso da Multiplus é a possibilidade de um fluxo de caixa futuro inferior ao projetado devido a uma eventual queda na ta

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

accounting. Para derivativos designados como instrumentos de cobertura a mudança no valor intrínseco é inicialmente registrados no patrimônio líquido e lançado à receita, ao mesmo tempo que a operação coberta é registrada na receita; após o montante inicialmente reconhecido no patrimônio líquido é registrado na linha de receita. Também para os derivativos designados como instrumentos de cobertura, a mudança no valor do tempo dos derivados não faz parte da relação de cobertura e essa mudança é reconhecida imediatamente sob receita financeira e despesa financeira.
Os saldos reconhecidos na demonstração do resultado para os derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 estão apresentados a seguir:

	31 de dezembro de 2011
Receita	
Ganho líquido efetivamente realizado	2.365
Ganho líquido resultante da variação do valor justo até agosto/2011	7.375
	9.740
Resultado financeiro	
Despesa financeira - mudança no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge accounting*	(6.584)
	3.156

(e) Risco de taxa de juros
Os resultados da TAM são afetados por variações nas taxas de juros devido ao impacto de tais variações sobre a despesa de juros incidentes sobre instrumentos de dívida a taxas variáveis, contratos de arrendamento a taxas variáveis e receita de juros gerada pelos saldos de caixa e aplicações de curto prazo.
Para minimizar os possíveis impactos de flutuações das taxas de juros, a TAM adotou uma política de diversificação, efetuando contratações de operações tanto em taxas fixas quanto em variáveis como LIBOR - *London Interbank Offered Rate* e CDI - Certificado de Depósito Interbancário.
A Companhia não possui instrumentos financeiros para proteção do fluxo de caixa contra variações nas taxas de juros.
(f) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros
A Companhia deve apresentar uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que demonstre o impacto da variação das cotações dos instrumentos financeiros sobre o resultado e o patrimônio líquido da Companhia, considerando os seguintes elementos:
• Aumento e queda de 10% no preço do combustível, mantendo-se constante as demais variáveis;
• Aumento e queda de 10% na taxa de câmbio do dólar, mantendo-se constante todas as demais variáveis; e
• Aumento e queda de um ponto percentual na taxa de juros, mantendo-se constante todas as demais variáveis.

TAM Linhas Aéreas
Preço do combustível:
Um aumento/diminuição hipotéticos de 10% no preço do WTI levaria a um aumento/diminuição de aproximadamente US$ 36.611/US$ 36.761 (equivalente a R$ 68.674/R$ 68.956 em 31 de dezembro de 2011) no valor justo dos derivativos de WTI. Tal aumento/diminuição afetaria diretamente os resultados financeiros da Companhia. Em termos de fluxo de caixa, contudo, essas variações no preço de WTI seriam compensadas por uma diminuição/aumento dos custos com combustível de aviação da Companhia e somente se concretizariam econômica e financeiramente nos seus respectivos vencimentos, distribuídos ao longo dos anos de 2011 a 2014.
Taxa de câmbio - Dólar:
Se ocorresse uma desvalorização/valorização de 10% do Real frente ao dólar americano, o resultado financeiro teria sido menor/maior em aproximadamente R$ 791 milhões/R$ 791 milhões, essencialmente em resultado de ganhos/perdas cambiais na conversão de contas a receber de clientes e empréstimos e financiamentos, e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado denominado em dólar americano.
Taxa de juros - LIBOR e CDI:
Um aumento hipotético de um ponto percentual nas taxas de juros de mercado externo (LIBOR) no período findo em 31 de dezembro de 2011 causaria um aumento da despesa de arrendamento financeiro e despesa de juros de aproximadamente US$ 22.007 (equivalente a R$ 41.281).
Se ocorresse um aumento/diminuição hipotético de um ponto percentual nas taxas de juros de mercado doméstico (CDI) no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 causaria um aumento/diminuição da despesa de juros dos financiamentos e empréstimos, de aproximadamente R$ 7.684.

Multiplus S.A.
Taxa de câmbio - dólar (derivativos):
Se ocorresse uma desvalorização/valorização de 10% do Real frente ao dólar americano, o resultado financeiro teria sido menor/maior em aproximadamente R$ 19.041/R$ 1.283, essencialmente em resultado de ganhos/perdas cambiais na conversão das operações de derivativos reconhecidos imediatamente nas receitas.
Adicionalmente à análise de sensibilidade descrita acima, a Companhia deve apresentar uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais, direta ou indiretamente considerando os seguintes elementos, conforme determinado pela Instrução CVM nº 475/08:
• O cenário provável é definido como o cenário esperado pela Administração e referenciada por fonte externa independente;
• O cenário adverso possível considera uma deterioração de 25% na principal variável de risco determinante do valor justo dos instrumentos financeiros; e
• O cenário adverso remoto considera uma deterioração de 50% na principal variável de risco determinante do valor justo dos instrumentos financeiros.

TAM Linhas Aéreas (controlada)
Preço do combustível
As operações com instrumentos financeiros derivativos referenciados em petróleo cru (WTI) em carteira própria têm finalidade de proteção do consumo do combustível. O comportamento dos preços do WTI é altamente correlacionado com os preços do QAV.
Nenhum dos instrumentos financeiros derivativos utilizados pela controlada TLA possui alavancagem, e como o volume consumido de combustível não é totalmente protegido por meio de derivativos, aumento e/ou diminuição nos preços do combustível não serão integralmente compensados pelos ajustes dos derivativos.
O efeito das operações com instrumentos financeiros derivativos na geração de caixa da controlada TLA será comparado com a redução no custo do QAV relativo a um patamar similar àquele (será adotado US$ 98,83/bbl como referência). As projeções de preço do QAV foram construídas a partir de resultados de uma regressão linear simples.
Os efeitos líquidos da economia com combustível, em contrapartida dos desembolsos com as operações de instrumentos financeiros derivativos, para ano de 2012, para cada cenário, são apresentados a seguir:

Instrumento/operação	**Risco**	**Cenário I (mais provável)**	**Cenário II (queda 25%)**	**Cenário III (queda 50%)**
Preço médio por barril	Alta do preço do QAV	US$ 98,83/bbl	US$ 74,12/bbl	US$ 49,41/bbl
WTI (instrumento financeiro derivativo) e consumo QAV - Ganho líquido		R$ 13.958	R$ 1.619.399	R$ 3.099.723

Taxa de câmbio
Em 31 de dezembro de 2011, adotamos como cenário provável a taxa de câmbio de fechamento de R$ 1,8758/US$. A partir dos fluxos de caixa projetados para o ano de 2012, apuramos um incremento no fluxo de caixa decorrente da variação de 25% e 50% sobre a taxa vigente, conforme demonstrado a seguir:

	25% R$ 2,3448/US$	**-25%** R$ 1,4069/US$	**50%** R$ 2,8137/US$	**-50%** R$ 0,9379/US$
Contrato de arrendamento mercantil	(391.918)	391.918	(783.835)	783.835
FINIMP	(181.142)	181.142	(362.284)	362.284
Financiamentos em moeda estrangeira	(58.669)	58.669	(117.339)	117.339
Bônus seniores	(43.338)	43.338	(86.756)	86.756
Pré-pagamentos de aeronaves	40.790	(40.790)	81.581	(81.581)
Hedge	149	(8.027)	6.852	(22.470)
Total	(634.128)	626.250	(1.261.781)	1.246.163

Taxa de juros
Para análise de sensibilidade, adotamos como cenário base a LIBOR (USDLIBOR 3 meses) observada em 31 de dezembro de 2011 de 0,581% ao ano. Projetamos o impacto do fluxo de caixa para o ano de 2012 decorrentes da variação de 25% e 50% sobre a taxa vigente, conforme demonstrado a seguir:

	25% 0,73% a.a.	**-25%** 0,44% a.a.	**50%** 0,87% a.a.	**-50%** 0,29% a.a.
Despesa de juros (R$)	(946)	946	(1.891)	1.891

Para análise de sensibilidade, adotamos como cenário base o CDI *over* observado em 31 de dezembro de 2011 10,87% ao ano. Projetamos o impacto no fluxo de caixa para o ano de 2012 decorrentes da variação de 25% e 50% sobre a taxa vigente, conforme demonstrado a seguir:

	25% 13,59% a.a.	**-25%** 8,15% a.a.	**50%** 16,31% a.a.	**-50%** 5,44% a.a.
Despesa de juros dos financiamentos e empréstimos (R$)	(2.534)	2.534	(5.069)	5.069

Multiplus S.A.
Taxa de câmbio
Em 31 de dezembro de 2011, adotamos como cenário provável a taxa de câmbio de fechamento de R$ 1,8758/US$. A partir dos fluxos de caixa projetados para o ano de 2012, apuramos um incremento no fluxo de caixa decorrente da variação de 25% e 50% sobre a taxa vigente, conforme demonstramos a seguir:

	25% R$ 2,3448/US$	**-25%** R$ 1,4069/US$	**50%** R$ 2,8137/US$	**-50%** R$ 0,9379/US$
Hedge	(142.657)	130.273	(313.595)	284.089

4.1.2. Risco de crédito
O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia e suas controladas a incorrer em perdas financeiras. O risco a qual a Companhia e suas controladas estão expostas decorre da possibilidade de não recuperar os valores a receber por serviços prestados a consumidores e/ou agências de viagens ou em aplicações financeiras em títulos de emissão privada.
Para reduzir o risco de crédito presente nas operações comerciais, a Companhia e suas controladas adotam a prática de definir limites de crédito e fazer o acompanhamento constante dos saldos devedores, principalmente de agência de viagens.
A Companhia e suas controladas possuem transações somente com instituições financeiras cuja classificação de crédito atribuída por *Standard & Poors, Moody´s ou Fitch* seja no mínimo BBB- ou equivalente. Ademais, cada instituição tem um limite máximo de exposição para investimentos, como determinado pelo Comitê de Riscos.
Atualmente, a Administração não espera perdas, além daquelas já provisionadas, devidas à inadimplência de suas contrapartes e não tem (excetuando-se as operadoras de cartões de crédito) exposição significativa , a nenhuma contraparte isoladamente.
4.1.3. Risco de liquidez
A gestão prudente do risco de liquidez implica na manutenção de caixa e títulos negociáveis suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.
O caixa excedente é investido principalmente nos fundos de investimento restrito da TAM. Cada um desses fundos tem uma política clara de investimentos, com limites à concentração de risco nos correspondentes investimentos.
A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia e suas controladas por grupos de vencimento com base no período remanescente na data do balanço até a data de vencimento contratual. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados e incluem juros, exceto dos derivativos, cujo valor justo é divulgado.

Controladora

	Menos de um ano	**Entre um e dois anos**	**Total**	**Efeito do desconto**	**Valor Contábil**
Passivos financeiros não derivativos					
Em 31 de dezembro de 2011					
Debêntures	187.168	-	187.168	(12.518)	174.650
Outros (i)	4.354	-	4.354	-	4.354
Em 31 de dezembro de 2010					
Debêntures	392.142	44.342	436.484	(88.684)	347.800
Outros (i)	2.870	-	2.870	-	2.870

(i) A rubrica "outros" é composta por: fornecedores e salário e encargos sociais.
As garantias financeiras representam as garantias de passivos de controladas e são os valores máximos. Não é esperada nenhuma perda com essas garantias.

Consolidado

	Menos de um ano	**Entre um e dois anos**	**Entre três e cinco anos**	**Mais de cinco anos**	**Total**	**Efeito do desconto**	**Valor Contábil**
Passivos financeiros não derivativos							
Em 31 de dezembro de 2011							
Obrigações por arrendamento financeiro	816.750	1.488.034	1.689.975	1.865.986	5.860.745	(530.906)	5.329.839
Bônus *seniors*	169.708	339.414	1.051.956	1.902.223	3.463.301	(1.393.083)	2.070.218
Empréstimos	979.176	3.986	3.714	5.029	991.905	(34.749)	957.156
Debêntures	371.321	325.726	376.541		1.073.588	(266.145)	807.443
Programa de recuperação fiscal	47.142	96.072	180.953	722.657	1.046.824	(563.506)	483.318
Outros (i)	645.680	-	-	-	645.680	-	645.680
Em 31 de dezembro de 2010							
Obrigações por arrendamento financeiro	684.006	1.279.397	1.140.715	2.315.571	5.419.689	(661.766)	4.757.923
Bônus *seniors*	108.701	164.241	164.241	1.238.874	1.676.057	(667.000)	1.009.057
Empréstimos	617.525	8.297	2.199	7.228	635.249	(20.209)	615.040
Debêntures	418.926	339.085	292.758	237.014	1.287.783	(310.862)	976.921
Programa de recuperação fiscal	31.156	73.724	146.360	887.023	1.138.263	(698.436)	439.827
Outros (i)	522.364	-	-	-	522.364	-	522.364

(i) Montante registrado em: Fornecedores.

Consolidado

	Menos de um ano	**Entre um e dois anos**	**Total (igual valor contábil)**	**Valor Contábil**
Passivos financeiros derivativos				
Em 31 de dezembro de 2011				
Derivativo de combustível	(6.681)	(15.527)	(22.208)	(22.208)
Derivativo de câmbio	(20.557)	(28.408)	(48.965)	(48.965)
Em 31 de dezembro de 2010				
Derivativo de combustível	(19.686)	(15.286)	(34.972)	(34.972)
Derivativo de câmbio	(888)	-	(888)	(888)

Em relação ao Capital Circulante Líquido (CCL), verifica-se que, compondo o grupo passivo circulante, encontra-se a rubrica "Receita diferida" que é composta por "Transportes a executar", "Programa Fidelidade" e "Ganho com sale leaseback", que totalizam o montante de R$ 1.472.055 (31.12.2010 - R$ 1.801.181).
4.2. Cálculo do valor justo
A Companhia e suas controladas devem classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:
• Nível 1 - preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
• Nível 2 - informações diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
• Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.
Este item não é aplicável a Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2011.
(a) Controladora
A tabela abaixo demonstra os instrumentos financeiros da Companhia mensurados pelo valor justo:

	31 de dezembro de 2011		
	Nível 1	**Nível 2**	**Total**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo			
Títulos públicos (1)	245.132	-	245.132
Títulos privados (2)	-	54.086	54.086
Outros depósitos (3)	-	30.907	30.907
	245.132	84.993	330.125

	31 de dezembro de 2010		
	Nível 1	**Nível 2**	**Total**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo			
Títulos públicos (1)	96.064	-	96.064
Títulos privados (2)	-	29.049	29.049
Outros depósitos (3)	-	792	792
	96.064	29.841	125.905

(b) Consolidado
A tabela abaixo demonstra os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas mensurados pelo valor justo:

	31 de dezembro de 2011		
	Nível 1	**Nível 2**	**Total**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo			
Em moeda local			
Fundo de Investimento restrito			
Títulos públicos (1)	1.162.087	-	1.162.087
Títulos privados (2)	-	255.442	255.442
Outros	-	21.411	21.411
Certificados de Depósito Bancário - CDB (3)	-	108.118	108.118
Outros depósitos (3)	-	27.128	27.128
Outros	-	2.167	2.167
	1.162.087	414.266	1.576.353
Em moeda estrangeira			
Outros depósitos (3)	-	108.579	108.579
	-	108.579	108.579
	1.162.087	522.845	1.684.932
Ativos financeiros derivativos			
Derivativo combustível - WTI (4)		33.307	33.307
Derivativo câmbio (4)		2.542	2.542
		35.849	35.849
Derivativos de passivos financeiros			
Derivativo combustível - WTI (4)		22.208	22.208
Derivativo câmbio (4)		48.965	48.965
		71.173	71.173

	31 de dezembro de 2010		
	Nível 1	**Nível 2**	**Total**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo			
Em moeda local			
Fundo de Investimento restrito			
Títulos públicos (1)	812.515	-	812.515
Títulos privados (2)	-	297.424	297.424
Outros	-	8.839	8.839
Certificados de Depósito Bancário - CDB (3)	-	34.199	34.199
	812.515	340.462	1.152.977
Em moeda estrangeira			
Outros depósitos (3)	-	254.721	254.721
	-	254.721	254.721
	812.515	595.183	1.407.698
Ativos financeiros derivativos			
Derivativo combustível - WTI (4)		16.463	16.463
Derivativo câmbio (4)		-	-
		16.463	16.463
Derivativos de passivos financeiros			
Derivativo combustível - WTI (4)		(34.972)	(34.972)
Derivativo câmbio (4)		(888)	(888)
		(35.860)	(35.860)

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não houve transferência entre avaliações de valor justo entre os níveis de hierarquia.
A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:
• (1) Títulos públicos - referem-se a títulos do Governo Brasileiro de alta liquidez que têm seus preços disponíveis e baseados em transações efetivas em mercado organizado.
• (2) Títulos privados - referem-se, normalmente, a títulos de dívida para os quais o valor justo é determinado com base em transações efetivas em mercado organizado (quando há liquidez) ou em fluxo de caixa descontado, com base nas curvas de juros vigentes, quando não se observam transações efetivas.
• (3) Certificados de depósito e outros depósitos - valor justo determinado com base nas curvas de juros vigentes e em emissões recentes similares.
• (4) Instrumentos financeiros derivativos - usualmente, esses contratos não são negociados em mercado organizado, sendo contratos de mercado de balcão (*over-the-counter*). A Companhia estima o valor justo usando técnicas, tais como *Black & Scholes*, *Garman & Kohlhagen,* Monte Carlo ou mesmo modelos de fluxo de caixa descontado, comumente usados no mercado financeiro, dependendo da natureza do derivativo. Todos os modelos usados são amplamente aceitos no mercado e refletem os termos contratuais do derivativo. Esses modelos não contêm um elevado grau de subjetividade, uma vez que as metodologias utilizadas nos modelos não admitem arbitrariedade, e todas as informações para o modelo são facilmente observáveis nos mercados organizados.
As aplicações financeiras em sua totalidade são mensuradas ao valor justo por meio do resultado e mantidos para negociação (trading).
A gestão das aplicações financeiras no mercado doméstico é feita, majoritariamente, via fundos de investimento restrito. Esta estrutura segue alto nível de transparência e governança corporativa. A custódia dos títulos e quotas e a administração dos fundos são feitas por uma instituição independente dos gestores. Os mandatos e regulamentos são consistentes dentro de cada modalidade de gestão e possuem limites e formas de mensuração claras para risco de mercado, crédito e liquidez. A rentabilidade média desses fundos foi de 11,63% em 2011 (2010 - 9,87%).
As aplicações em mercados internacionais consistem basicamente em depósitos a prazo, notas e operações overnight em dólar americano, todas com bancos de primeira linha com os quais a Companhia se relaciona comercialmente. Essas aplicações tiveram rentabilidade média de 1,17% em 2011 (2010 - 0,84%).
4.3. Gestão de risco de capital
A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações.
A administração do capital é feita por meio de índice de alavancagem. A estrutura do capital da Companhia é formada pelo seu endividamento líquido, definido como o total de empréstimos, debêntures e contratos de arrendamento (financeiro e operacional), líquido de caixa e equivalente de caixa e outros ativos financeiros de curto prazo e pelo capital que é definido como o patrimônio líquido total dos acionistas e endividamento líquido.
O capital não é administrado na controladora, somente no consolidado.
A Companhia não está sujeita a nenhuma necessidade de capital imposta externamente.
Definimos capital total como o total do patrimônio líquido e dívida líquida conforme definido abaixo:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	**31 de dezembro de 2010**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(650.081)	(1.012.220)
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (Nota 4.2)	(1.684.932)	(1.407.698)
Empréstimos (Nota 20.3)	957.156	615.040
Debêntures e bônus seniores	2.877.661	1.985.978
Arrendamento operacional (Nota 36)	1.320.378	1.120.697
Arrendamento financeiro (Nota 20.1)	5.329.839	4.757.923
Dívida líquida (1)	8.150.021	6.059.720
Total patrimônio líquido	2.124.120	2.627.391
Total capital (2)	10.274.141	8.687.111
Índice de alavancagem (1)/(2)	79,3%	69,8%

O aumento substancial no índice de alavancagem decorre dos principais fatores a seguir: i) redução do patrimônio líquido em decorrência do prejuízo do exercício e distribuição de dividendos referente ao exercício de 2010; ii) aumento dos passivos financeiros expostos a variação do US$ de R$ 1,6662 em dezembro/2010 para R$ 1,8758 em dezembro/2011; iii) capitação de US$ 500 milhões em senior notes (equivalente a R$ 938 milhões em 31 de dezembro de 2011); e iv) redução do caixa em aproximadamente R$ 403 milhões.
A administração acredita que os recursos disponíveis à Companhia são suficientes para suas exigências atuais e serão suficientes para atender suas necessidades de investimento, que são aprovados anualmente pelo Conselho de Administração, e outras exigências de caixa para o ano fiscal de 2012.
5. Instrumentos financeiros por categoria
(a) Controladora
Ativos, conforme o balanço patrimonial:

	31 de dezembro de 2011		
	Empréstimos e recebíveis	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Total**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	330.125	330.125
Caixa e equivalentes de caixa	1.029	-	1.029
Total	1.029	330.125	331.154

	31 de dezembro de 2010		
	Empréstimos e recebíveis	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Total**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	125.905	125.905
Contas a receber	2.000	-	2.000
Caixa e equivalentes de caixa	113.913	-	113.913
Total	115.913	125.905	241.818

Passivos, conforme o balanço patrimonial:

	31 de dezembro de 2011	
	Passivos mensurados ao custo amortizado	**Total**
Debêntures	174.650	174.650
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	4.354	4.354
Total	179.004	179.004

	31 de dezembro de 2010	
	Passivos mensurados ao custo amortizado	**Total**
Debêntures	347.800	347.800
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	2.870	2.870
Total	350.670	350.670

(b) Consolidado
Ativos, conforme balanço patrimonial:

	31 de dezembro de 2011			
	Empréstimos e recebíveis	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Derivativos**	**Total**
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	35.849	35.849
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	1.684.932	-	1.684.932
Contas a receber e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados	1.819.011	-	-	1.819.011
Ativos financeiros - depósitos bancários	138.009	-	-	138.009
Caixa restrito	93.824	-	-	93.824
Depósitos em garantia	57.014	-	-	57.014
Caixa e equivalentes de caixa	650.081	-	-	650.081
Total	2.757.939	1.684.932	35.849	4.478.720

	31 de dezembro de 2010			
	Empréstimos e recebíveis	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Derivativos**	**Total**
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	16.463	16.463
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	-	1.407.698	-	1.407.698
Contas a receber	1.556.781	-	-	1.556.781
Ativos financeiros - depósitos bancários	50.280	-	-	50.280
Caixa restrito	98.305	-	-	98.305
Depósitos em garantia	51.778	-	-	51.778
Caixa e equivalentes de caixa	1.012.220	-	-	1.012.220
Total	2.769.364	1.407.698	16.463	4.193.525

Passivo, conforme balanço patrimonial:

	31 de dezembro de 2011		
	Passivos mensurados ao custo amortizado	**Derivativos**	**Total**
Obrigações por arrendamento financeiro	5.329.839	-	5.329.839
Bônus seniores	2.070.218	-	2.070.218
Empréstimos	957.156	-	957.156
Debêntures	807.443	-	807.443
Instrumentos financeiros derivativos	-	71.173	71.173
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	1.118.768	-	1.118.768
Total	10.283.424	71.173	10.354.597

	31 de dezembro de 2010		
	Passivos mensurados ao custo amortizado	**Derivativos**	**Total**
Obrigações por arrendamento financeiro	4.757.923	-	4.757.923
Bônus seniores	1.009.057	-	1.009.057
Empréstimos	615.040	-	615.040
Debêntures	976.921	-	976.921
Instrumentos financeiros derivativos	-	35.860	35.860
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	989.195	-	989.195
Total	8.348.136	35.860	8.383.996

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		**Consolidado**	
	31 de dezembro de 2011	**31 de dezembro de 2010**	**31 de dezembro de 2011**	**31 de dezembro de 2010**
Caixa e contas bancárias	1.029	15.967	517.437	279.280
Depósitos de curto prazo		97.946	132.644	732.940
Total	1.029	113.913	650.081	1.012.220

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não havia limites utilizados nas contas em garantias.
Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos nas seguintes moedas:

TAM S.A.

e TAM S.A. e suas controladas

Companhia Aberta - CNPJ 01.832.635/0001-18

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Reais	1.029	113.913	289.745	256.701
Dólares americanos	-	-	277.277	655.906
Euros	-	-	31.033	56.196
Guarani	-	-	27.093	21.893
Libras esterlinas	-	-	3.751	6.084
Outras moedas			21.182	15.440
	1.029	113.913	650.081	1.012.220

7. Contas a receber - consolidado
(a) Composição dos saldos

	31 de dezembro de 2011				31 de dezembro de 2010	
	Nacionais	Internacionais	Total	%	Total	%
Cartões de crédito	1.184.088	80.747	1.264.835	65,7	1.039.576	62,9
Agências de turismo	236.771	62.494	299.265	15,5	263.661	15,9
Programa Fidelidade - Multiplus	24.525	-	24.525	1,3	81.091	4,8
Correntistas	87.866	555	88.421	4,5	76.657	4,6
Agência de cargas	8.662	74.433	83.095	4,3	53.720	3,2
Outros	134.791	29.793	164.584	8,7	140.397	8,5
Total	1.676.703	248.022	1.924.725	100,0	1.655.102	100,0
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(70.762)	(34.952)	(105.714)		(98.321)	
Total	1.605.941	213.070	1.819.011		1.556.781	

As contas a receber de clientes são mantidas nas seguintes moedas:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Reais	1.717.708	1.448.826
Dólares americanos	100.421	26.187
Euros	35.126	81.028
Libras esterlinas	13.834	14.187
Outras moedas	57.636	84.874
	1.924.725	1.655.102

(b) Composição do saldo por vencimento

Composição	31 de dezembro de 2011	%	31 de dezembro de 2010	%
A vencer	1.760.483	91,5	1.329.848	80,3
Vencidos				
até 60 dias	46.089	2,4	101.616	6,2
de 61 a 90 dias	16.619	0,9	61.418	3,7
de 91 a 180 dias	6.597	0,3	25.032	1,5
de 181 a 360 dias	5.834	0,3	19.515	1,2
há mais de 360 dias	89.103	4,6	117.673	7,1
	1.924.725	100,0	1.655.102	100,0

(c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Saldo no início do exercício	98.321	80.409
Constituição de provisão	12.078	30.799
Recuperação de créditos provisionados	(4.685)	(12.887)
Saldo ao final do exercício	105.714	98.321

A constituição da provisão e a recuperação de créditos provisionados foram incluídas em "despesas com vendas" na demonstração do resultado.
A exposição máxima ao risco de crédito na data do relatório é o valor contábil de cada tipo de recebível mencionado acima.
Baseado nos tipos de contas a receber e o risco vinculado, a Administração entende que existe somente uma classe de contas a receber.

8. Estoques - consolidado

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Peças e materiais para manutenção e reparos	179.446	188.726
Outros estoques (*)	33.163	10.034
	212.609	198.760

(*) Outros estoques inclui uniformes, material de papelaria e itens de alimentação.

9. Tributos a recuperar - consolidado

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS)	25.552	25.808
Tributos a recuperar	25.140	16.729
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (i)	362.509	5.561
Imposto de renda retido na fonte (IRRF)	18.365	21.658
Outros	5.386	3.745
	436.952	73.501
Provisão para perda - ICMS	(15.944)	(15.944)
	421.008	57.557

(i) A TLA revisou durante o ano de 2011 os critérios utilizados na determinação dos créditos de PIS e COFINS iniciada no trimestre anterior. Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2011 R$ 599 milhões de crédito de PIS e COFINS (sendo R$ 525 milhões como redutor da rubrica "Custos com combustível", R$ 34 milhões como redutor do "Resultado financeiro" e R$ 40 milhões como redutora da rubrica "Tarifas aeroportuárias") por mudança de estimativa referente a tributação realizada pela cumulatividade sobre a receita de serviços de passageiros internacionais. Diante da análise da legislação vigente e suportado por pareceres jurídicos independentes, a controlada reconheceu o crédito de PIS e COFINS para tributação cumulativa e não cumulativa sobre a receita de serviços de passageiros internacionais. A administração finalizou durante o terceiro trimestre a revisão de critérios e não espera reconhecer valores adicionais em relação ao método de rateio proporcional de créditos em períodos futuros.

10. Partes relacionadas
(a) Controladora
(i) Saldos

	31 de dezembro de 2011			
	Pantanal	Multiplus	TLA	Total
Ativo circulante				
Caixa e equivalente de caixa	175	-	-	175
Dividendos a receber	-	47.800	124.927	172.727
Ativo não circulante				
Mútuos com empresas ligadas	-	-	4.425	4.425
Passivo não circulante				
Partes relacionadas	-	-	20.528	20.528

	31 de dezembro de 2010			
	Pantanal	Multiplus	TLA	Total
Ativo circulante				
Dividendos a receber	-	896	140.207	141.103
Ativo não circulante				
Mútuos com empresas ligadas	14.051	-	2.453	16.504

(b) Consolidado
(i) Saldos

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
BTG Pactual		
Ativo circulante		
Caixa e equivalente de caixa	102.390	209.775
Ativo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado	-	140.207
Instrumentos financeiros derivativos	4.850	-
Ativo não circulante		
Instrumentos financeiros derivativos	454	-
Passivo circulante		
Instrumentos financeiros derivativos	8.276	-
Passivo não circulante		
Instrumentos financeiros derivativos	7.779	-
Patrimônio líquido		
Hedge de fluxo de caixa	(14.639)	-

(ii) Transações

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Resultado financeiro		
BTG Pactual	-	-
Receita financeira	61.436	10.667
Despesa Financeira	(44.525)	(1.333)

BTG Pactual é considerado uma parte relacionada uma vez que um membro do Conselho de Administração da TAM tem participação e é o vice-presidente do BTG Pactual.
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a TLA recebeu da TAM Aviação Executiva S.A ("TAM Marília"), a título de reembolso pela utilização de sua estrutura, em especial relacionadas às áreas de importação e recursos humanos, R$ 153 (2009 - R$ 65 e 1º de janeiro de 2009 - R$ 130), registrado a crédito na rubrica "Custos dos serviços prestados". A TAM Marília possui acionistas indiretos comuns à TAM. Nenhum reembolso foi recebido no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.
Em 11 de maio de 2007, a TLA e a TAM Marília assinaram acordo de utilização compartilhada de um hangar localizado junto ao aeroporto de Congonhas, pelo período de 10 anos. A TLA pagou à TAM Marília a quantia de R$ 15.500, pela qual poderá utilizar as instalações e a infra-estrutura do hangar com o objetivo de explorar as atividades do seu antigo terminal de cargas. O preço foi estabelecido com base em laudos de avaliações realizados por empresas independentes, refletindo o prêmio pela obtenção econômica que tal localização reverterá à TLA em sua atividade de cargas. O montante da amortização registrada em 31 de dezembro de 2011 é de R$ 1.550 (2010 - R$ 1.550).
(iii) Remuneração do pessoal-chave da administração
O pessoal-chave da Administração inclui os membros do conselho de administração, presidente, vice-presidentes e diretores estatutários. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Salários	27.587	19.062
Honorários do Conselho de Administração	1.761	1.134
Remuneração baseada em ações	16.360	15.999
	45.708	36.195

11. Outros ativos - consolidado

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Adiantamento a fornecedores	25.062	8.986
Adiantamento a funcionários	26.723	24.537
Adiantamento para compra de pontos	24.624	-
Contribuições para planos de contribuição definida	17.379	-
Outros adiantamentos	8.873	9.476
Outros	29.507	58.830
	132.168	101.829
Circulante	(85.397)	(81.234)
Não Circulante	46.771	20.595

12. Instrumentos financeiros derivativos - consolidado

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Ativo		
Derivativos de petróleo bruto - *West Texas Intermediate*		
Seagulls	13.858	10.620
Collar	19.449	5.843
	33.307	16.463
Futuros de moeda estrangeira		
Collar	2.542	-
	35.849	16.463
Circulante	(27.222)	(9.895)
Não circulante	8.627	6.568
Passivo		
Derivativos de petróleo bruto - *West Texas Interrmediate*		
Seagulls	1.789	34.090
Collar	20.419	882
	22.208	34.972
Futuros de moeda estrangeira		
Swap	-	888
Collar	48.965	-
	71.173	35.860
Circulante	(27.238)	(20.574)
Não circulante	43.935	15.286

Os instrumentos financeiros derivativos acima estão descritos na Nota 4.1.1 (c).

13. Ativos não circulantes mantidos para venda
Os ativos não circulantes mantidos para venda correspondem as aeronaves adquiridas através da compra da Pantanal que não estão em uso. Em 31 de dezembro de 2011 elas foram registradas como ativos não circulantes separados dos outros ativos não circulantes, quando (i) a realização da venda for praticamente certa; (ii) a gestão estiver comprometida com um plano de venda desses ativos; (iii) que a venda se concretize num período de 12 meses após 31 de dezembro de 2011 e (iv) os ativos estão disponíveis para venda em sua condição atual. Os ativos registrados nesse grupo são avaliados pelo menor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de ativos não circulante disponíveis para venda era de R$ 21.474.

14. Ativos financeiros - depósito bancário
Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de depósitos bancários é composto de letras financeiras no total de R$ 138.009 (2010 - R$ 50.280), todo denominado em Reais.
15. Depósitos em garantia
Os depósitos e cauções relativos aos contratos de arrendamento de aeronaves e motores são atualizados com base na variação do dólar ("US$"), acrescidos de juros que podem variar até a taxa *London Interbank Offered Rate ("LIBOR")* mais juros de 1% ao ano. Os prazos para resgate dos depósitos e cauções são definidos nos contratos de arrendamento. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo dos depósitos efetuados era de R$ 57.014 (2010 - R$ 51.778), equivalentes a US$ 30.395 (2010 - US$ 31.076).
16. Pré-pagamentos de manutenções
Os pré-pagamentos de manutenção são garantias ao proprietário das aeronaves e motores arrendados de que, ao recebê-lo, poderão restaurá-los a sua condição original. Alguns contratos de arrendamento de aeronaves exigem depósitos antecipados em uma conta restrita em favor do arrendador por conta das manutenções. Os saques desta conta podem ser efetuados pelo arrendador se a manutenção requerida das aeronaves e motores não for efetuada quando da sua devolução. Devido ao fato da TLA efetuar a manutenção das aeronaves ou de seus itens integrantes, tais como: casco, trem de pouso dentre outros, a TLA poderá solicitar ao arrendador a devolução da quantia correspondente. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo dos depósitos para esta finalidade totalizava R$ 547.862 (2010 - R$ 410.306).
17. Investimentos - controladora
(a) Movimentação dos investimentos diretos

	TLA	TAM *Airlines*	TP	Multiplus	Pantanal	Corsair	Total
Em 31 de dezembro de 2010	1.879.111	36.790	(743)	555.069	8.237	-	2.478.464
Resultado de equivalência patrimonial	(422.732)	(2.101)	143	200.653	(66.809)	-	(290.846)
Redução de Capital conf. AGE (Multiplus) (*)	-	-	-	(439.030)	-	-	(439.030)
Ganho de capital na alienação de participação societária (Multiplus)	-	-	-	896	-	-	896
Aumento de Capital conf. AGE em 29/07/2011 (Pantanal)	-	-	-	-	27.051	-	27.051
Incorporação Pantanal	-	-	-	-	31.521	-	31.521
Aumento de capital com acervo líquido oriundo da cisão parcial da Pantanal	-	-	-	-	-	191	191
Hedge Accounting (líquido dos impostos)	-	-	-	(25.022)	-	-	(25.022)
Remuneração com base em ações	9.108	-	-	7.252	-	-	16.360
Variação cambial de controlada no exterior	-	2.265	-	-	-	-	2.265
Dividendos a distribuir	-	-	-	(34.066)	-	-	(34.066)
Dividendos distribuídos	-	(5.951)	-	(47.667)	-	-	(53.618)
Juros sobre capital próprio distribuídos	-	-	-	(12.392)	-	-	(12.392)
Juros sobre capital próprio a distribuir	-	-	-	(16.158)	-	-	(16.158)
Em 31 de dezembro de 2011	1.465.487	31.003	(600)	189.535	-	191	1.685.616

(*) Redução de capital da controlada Multiplus
Refere-se a participação da Companhia, decorrente da redução de capital da controlada Multiplus, ocorrida em 18 de março de 2011. A título de restituição de capital, os acionistas da Multiplus receberam o equivalente a R$ 3,72 por ação. O processo de restituição do capital aos acionistas foi concluído em 22 de junho de 2011.
(b) Informações sobre empresas controladas

	TLA		TAM *Airlines*		TP	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Capital Social	897.122	752.727	46.183	48.280	30	30
Quantidade de ações - Total ordinárias	2.064.602	2.064.602	87.653	87.653	30.100	30.100
Possuídas - ordinárias	2.064.602	2.064.602	83.253	83.253	30.100	30.100
% de participação						
No capital total	100,00	100,00	94,98	94,98	100,00	100,00
No capital votante	100,00	100,00	94,98	94,98	100,00	100,00
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	1.465.487	1.879.111	32.642	38.740	(600)	(743)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(422.732)	590.111	(2.212)	4.370	143	(773)
Resultado da equivalência patrimonial	(422.732)	590.001	(2.101)	4.150	143	(773)
Valor do investimento	1.465.487	1.879.111	31.003	36.790	(600)	(743)

	Multiplus		Pantanal (*)		Corsair		Total	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Capital Social	70.400	669.063	-	22.649	191	-	-	
Quantidade de ações - Total ordinárias	161.371.285	161.294.000	-	117.778.942	1.000	-	-	
Possuídas - ordinárias	118.026.958	118.018.820		117.778.942	1.000	-	-	
% de participação								
No capital total	73,14	73,17	-	100,00	100,00	-	-	
No capital votante	73,14	73,17	-	100,00	100,00	-	-	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	259.140	758.602	-	8.237	191	-	-	
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	274.246	118.386	-	(4.653)	-	-	-	
Resultado da equivalência patrimonial	200.653	87.069	(66.809)	(4.653)	-	(290.846)	675.821	
Valor do investimento	189.535	555.069	-	8.237	191	1.685.616	2.478.464	

(*) Em 29 de dezembro de 2011, a Pantanal foi incorporada pela controlada TLA. O resultado da equivalência patrimonial desta controlada refere-se ao resultado acumulado até 30 de novembro de 2011.
As principais rubricas contábeis das principais controladas, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da TAM S.A. são:
Em 31 de dezembro de 2011:

	TLA	Multiplus	TAM *Airlines*
Ativo	14.344.822	1.308.434	74.482
Passivo	12.879.337	1.049.297	41.835
Patrimônio líquido	1.465.485	259.137	32.647
Receita	12.718.866	1.246.812	189.339
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(422.732)	274.246	(2.101)

Em 31 de dezembro de 2010:

	TLA	Multiplus	TAM *Airlines*	Pantanal
Ativo	13.439.450	1.403.549	73.635	172.762
Passivo	11.560.339	644.947	34.895	164.525
Patrimônio líquido	1.879.111	758.602	38.740	8.237
Receita	11.266.455	469.843	163.586	99.936
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	590.001	87.069	4.150	(4.653)

18. Imobilizado - consolidado

	Equipamentos de voo (i)	Terrenos e edifícios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Imobilizações em andamento	Pré-pagamentos de aeronaves (ii)	Outros (iii)	Total
Saldo contábil em 31 de dezembro de 2009	7.179.464	219.970	47.746	77.721	12.154	490.679	106.294	8.134.028
Imobilizado adquirido na compra da Pantanal ao valor justo	13.208	-	90	71	-	-	612	13.981
Reembolso de pré-pagamento de aeronaves (v)	155.577	-	-	-	-	(306.066)	3	(150.486)
Aquisições	1.038.528	3.296	3.748	9.385	3.969	282.815	14.899	1.356.640
Transferência	-	-	-	(8.628)	(5)	-	8.633	-
Alienações/baixas	(2.241)	(8.633)	(996)	(522)	-	-	(277)	(12.669)
Juros capitalizados		50	(4)	8	3	9.086	-	9.143
Depreciação	(584.088)	(5.012)	(18.853)	(11.779)	-	-	(19.055)	(638.787)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	7.800.448	209.671	31.731	66.256	16.121	476.514	111.109	8.711.850
Custo total	10.722.269	254.572	152.665	135.873	16.121	476.514	214.138	11.966.415
Depreciação acumulada	(2.921.821)	(44.901)	(120.934)	(69.617)	-	-	(103.029)	(3.260.302)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	7.800.448	209.671	31.731	66.256	16.121	476.514	111.109	8.711.850

	Equipamentos de voo (i)	Terrenos e edifícios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Imobilizações em andamento	Pré-pagamentos de aeronaves (ii)	Outros (iii)	Total
Saldo contábil em 31 de dezembro de 2010	7.800.448	209.671	31.731	66.256	16.121	476.514	111.109	8.711.850
Reembolso de pré-pagamento de aeronaves (iv)	-	-	-	-	-	(123.681)	-	(123.681)
Aquisições	829.477	3.379	24.790	6.265	5.497	509.952	12.898	1.392.258
Transferência	59.916	2.889	(1.593)	(89)	12.089	(47.044)	(8.554)	17.614 (v)
Alienações/baixas	(17.332)	(26)	(36)	(523)	(46)	-	(1.304)	(19.267)
Ativo disponível para venda	(21.474)	-	-	-	-	-	-	(21.474)
Prejuízo nas operações de sale leaseback	(20.130)	-	-	-	-		-	(20.130)
Juros capitalizados	-	-	-	-	-	16.609	-	16.609
Outras	-	(46)	(39)	(25)	-	-	(27)	(137)
Depreciação	(583.280)	(6.158)	(16.619)	(11.366)	-	-	(18.268)	(635.691)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	8.047.625	209.709	38.234	60.518	33.661	832.350	95.854	9.317.951
Custo total	11.552.726	260.768	175.787	141.501	33.661	832.350	217.151	13.213.944
Depreciação acumulada	(3.505.101)	(51.059)	(137.553)	(80.983)	-	-	(121.297)	(3.895.993)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	8.047.625	209.709	38.234	60.518	33.661	832.350	95.854	9.317.951

A vida útil estimada dos itens utilizada no cálculo da depreciação é:

	Anos
Equipamentos de voo - aeronaves	6 - 25
Equipamentos de voo - motores	10
Manutenção	4 - 6
Edifícios	25
Máquinas e equipamentos	10
Computadores	5

(i) Inclui aeronaves, motores e conjuntos de peças sobressalentes. As aquisições incluem as aeronaves que foram consideradas arrendamentos financeiros de acordo com o CPC 6/IAS 17. A TAM possui, em 31 de dezembro de 2011, 84 aeronaves nessa modalidade (2010 - 79 aeronaves).
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a controlada TLA recebeu cinco aeronaves classificadas como arrendamento operacional.
(ii) Os valores desembolsados do programa de aquisição de aeronaves são mantidos como adiantamentos, uma vez, que no momento do desembolso ainda não foi definido que modalidade de contrato de arrendamento será utilizada. A experiência histórica da Companhia demonstra que a devolução dos montantes pré-pagos por ocasião da entrega das aeronaves pelo fabricante é provável.
(iii) Abrangem basicamente móveis e veículos.
(iv) As transferências de pré-pagamento de aeronave ocorrem quando as aeronaves são entregues e os valores são restituídos para a TAM ou capitalizados com os equipamentos de voo como "adições".
(v) Transferência do total correspondente aos itens classificados como intangível para imobilizado.
Os imóveis e benfeitorias da controlada TLA hipotecados como garantia de empréstimos somam R$ 110.499 (2010 - R$ 110.499).
Com exceção das aeronaves, não há valores significativos referentes a imobilizado fora do Brasil. As aeronaves estão localizadas no Brasil, mas são usadas em voos domésticos e internacionais.
A despesa de depreciação encontra-se alocada ao resultado conforme segue:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Custos dos serviços prestados	519.335	554.137
Despesas comerciais	4.025	1.344
Despesas gerais e administrativas	112.331	83.316
	635.691	638.497

19. Intangível - consolidado

	Consolidado					
	Projetos de tecnologia da informação (i)	Softwares	Outros intangíveis (ii)	Direito de uso - Slots (iii)	Marcas e patentes (iv)	Total
Custo total	215.098	55.884	31.129	-	-	302.111
Amortização acumulada	(28.232)	(32.178)	-	-	-	(60.410)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	186.866	23.706	31.129	-	-	241.701
Aquisições	118.187	3.155	16.555	124.927	168.312	431.136
Baixa	(7.831)	-	-	-	-	(7.831)
Transferência	349	(349)	-	-	-	-
Amortização	(40.484)	(20.498)	-	-	-	(60.982)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	257.087	6.014	47.684	124.927	168.312	604.024
Custo total	325.803	58.690	47.684	124.927	168.312	725.416
Amortização acumulada	(68.716)	(52.676)	-	-	-	(121.392)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	257.087	6.014	47.684	124.927	168.312	604.024

	Projetos de tecnologia da informação (i)	*Softwares*	Outros intangíveis	Direito de uso - Slots	Marcas e patentes	*Goodwill* (ii)	Total	
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2010	257.087	6.014	47.684	124.927	168.312	-	604.024	
Adições	55.512	23.507	987	-	-	38.262	118.268	
Transferência	(11.068)	11.143	(17.689)	-	-	-	(17.614)	(iii)
Amortização	(79.833)	(14.851)	-	-	-	-	(94.684)	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	221.698	25.813	30.982	124.927	168.312	38.262	609.994	
Custo total	370.247	93.340	30.982	124.927	168.312	38.262	826.070	
Amortização acumulada	(148.549)	(67.527)	-	-	-	-	(216.076)	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	221.698	25.813	30.982	124.927	168.312	38.262	609.994	

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

(i) O saldo de projetos de tecnologia da informação considera os gastos com desenvolvimento de projetos e de *softwares*, incluindo custos com materiais, horas trabalhadas de terceiros e outros custos diretos, os quais são reconhecidos quando é provável que os projetos serão bem sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica e somente quando o seu custo pode ser medido de modo confiável. A amortização desses gastos é feita pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado. O prazo de amortização previsto é de até cinco anos, dependendo do estudo de recuperabilidade de cada projeto.
(ii) Quando da aquisição da Pantanal em março de 2010, foram identificados como ativos intangíveis os direitos separáveis de operações de aeroporto. O valor justo desse ativo intangível foi estimado em R$ 124.927 e o ativo considerado de vida útil indefinida. A Companhia concluiu, durante o primeiro trimestre de 2011, a avaliação da combinação de negócios decorrente da aquisição da Pantanal Linhas Aéreas S.A., iniciada em 15 de março de 2010. Como resultado dessa avaliação, foi registrado o valor de R$ 38.262 a título de imposto de renda e contribuição social diferido passivo originado da diferença entre o valor fiscal do intangível e o valor justo registrado para fins da combinação de negócios. O passivo fiscal diferido resultante foi registrado em contrapartida ao ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*).
(iii) Transferência do total correspondente aos itens classificados como intangível para imobilizado.
A despesa de amortização encontra-se alocada ao resultado conforme segue:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Custos dos serviços prestados	77.353	59.560
Despesas comerciais	600	317
Despesas gerais e administrativas	16.731	1.105
	94.684	60.982

(iv) Teste para avaliação da redução ao valor recuperável (*impairment*)
Com a aquisição da Pantanal, a Companhia reconheceu um ativo intangível de vida útil indefinida o direito de uso nas operações em aeroportos (slots) e ágio. Os slots foram alocados para unidade geradora de caixa (UGC) Pantanal na aquisição e o ágio foi alocado para o segmento operacional "Aviação", que na época incluída duas UGCs: TLA e Pantanal. Também na aquisição da marca TAM reconhecemos a marca TAM como um ativo intangível com vida útil indefinida alocada a UGC TLA. Durante o ano de 2011 as atividades da Pantanal e TAM continuaram a ser integradas resultando em última instância, a pessoa jurídica Pantanal ser incorporada pela TLA. Como resultado o segmento operacional Aviação em 2011 passou a ser constituído por uma única unidade geradora de caixa.
O segmento operacional e a UGC Aviação alocaram em 31 de dezembro de 2011 um ágio no montante de R$ 38.262, slots com vida útil indefinida o montante de R$ 124.927 e a marca TAM com vida útil indefinida o montante de R$ 168.312.
O valor recuperável da UGC Aviação foi estimado baseado no valor justo menos o custo de venda. O valor justo menos o custo de venda foi estimado em uma metodologia que considera o valor justo menos o custo de venda da TAM em 31 de dezembro de 2011 reduzido pelo valor de mercado da Multiplus naquela data na extensão da participação da TAM na Multiplus. A fim de determinar o valor justo menos o custo de venda da TAM, a Administração considerou duas metodologias: (a) aquele em que o valor justo menos o custo de venda é baseado no preço das ações da TAM que serão trocadas pelas ações da LAN sob os temos da proposta da transação (que é o valor justo de 0,90 ações da LAN para uma ação da TAM), (b) a cotação de mercado das ações da TAM considerando o valor de 31 de dezembro de 2011 e durante um curto período de tempo antes e depois de 31 de dezembro de 2011. Não foi identificado redução ao valor recuperável.

20. Passivos financeiros
O valor contábil dos passivos financeiros é mensurado pelo método do custo amortizado, e seus correspondentes valores justos, são demonstrados abaixo:

	Controladora			
	Valor Justo		Valor contábil	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Circulante				
Debêntures (Nota 20.4)	173.922	342.977	174.650	347.800
	173.922	342.977	174.650	347.800

	Consolidado			
	Valor Justo		Valor contábil	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Circulante				
Obrigações por arrendamento financeiro (Nota 20.1)	707.696	567.419	707.696	567.419
Bônus seniores (Nota 20.2)	33.355	25.477	32.004	24.350
Empréstimos (Nota 20.3)	912.668	581.323	947.110	600.382
Debêntures (Nota 20.4)	319.009	399.604	311.190	379.942
	1.972.728	1.573.823	1.998.000	1.572.093
Não circulante				
Obrigações por arrendamento financeiro (Nota 20.1)	4.622.142	4.190.502	4.622.143	4.190.504
Bônus seniores (Nota 20.2)	2.100.761	1.030.287	2.038.214	984.707
Empréstimos (Nota 20.3)	9.643	14.193	10.046	14.658
Debêntures (Nota 20.4)	527.319	627.873	496.253	596.979
	7.259.865	5.862.855	7.166.656	5.786.848

20.1. Obrigações por arrendamentos financeiros

	Pagamentos mensais com vencimento final em	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Em moeda nacional			
Equipamentos de informática	2014	33.168	21.261
Em moeda estrangeira - US$			
Aeronaves	2024	5.070.135	4.596.119
Motores	2021	222.363	136.601
Máquinas e equipamentos	2014	4.173	3.942
		5.329.839	4.757.923
Circulante		(707.696)	(567.419)
Não circulante		4.622.143	4.190.504

Para os referidos arrendamentos foram oferecidas pela TAM cartas de fiança e depósitos em garantia.
Os pagamentos mínimos dos arrendamentos financeiros são os seguintes:

Ano	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Não superior a um ano	816.750	684.008
Entre 1 e 5 anos	3.178.009	2.420.112
Superior a 5 anos	1.865.986	2.315.571
Efeito de desconto	(530.906)	(661.768)
	5.329.839	4.757.923

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia, através de suas controladas TLA e TAM *Airlines*, possui 84 aeronaves (2010 - 79 aeronaves) registradas como arrendamento financeiro.

20.2. Bônus Seniores

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
TAM Capital, Inc. (i)	563.468	499.380
TAM Capital 2, Inc. (ii)	575.045	509.677
TAM Capital 3, Inc. (iii)	931.705	-
	2.070.218	1.009.057
Circulante	(32.004)	(24.350)
Não circulante	2.038.214	984.707

(i) Em 25 de abril de 2007, a TAM Capital Inc. concluiu oferta de 3.000 bônus seniores, com valor nominal unitário de US$ 100 mil, valor total original de US$ 300 milhões (equivalente a R$ 710,4 milhões utilizando a taxa de conversão da transação), custo de captação de R$ 13,7 milhões, com juros de 7,375% a.a. (taxa efetiva na data da transação 7,70% a.a.) pagos semestralmente e o principal a pagar integralmente em 2017, por meio de uma oferta no exterior isenta de registros na CVM. A Companhia registrou os bônus seniores na *Security and Exchange Comission* ("SEC") em 30 de outubro de 2007.
(ii) Em 22 de outubro de 2009, a TAM Capital 2 Inc. concluiu oferta de 3.000 bônus seniores, com valor nominal unitário de US$ 100 mil, valor total original de US$ 300 milhões (equivalentes a R$ 523,2 milhões, utilizando a taxa de conversão da transação), com juros de 9,5% a.a. (taxa efetiva na data da transação 9,75% a.a.) a serem pagos semestralmente e com o principal a ser pago integralmente em 2020. A oferta foi efetuada no exterior isenta de registro na CVM e na SEC. TAM Capital 2 tem a opção de resgatar antecipadamente os bônus seniores, a qualquer momento antes de 29 de janeiro de 2015. Em caso de reembolso antecipado um prêmio de resgate deve ser pago. A Administração conclui que o preço de resgate compensa a perda de juros dos credores, como tal, a opção de resgate está correlacionada *clearly and closely* com os bônus seniores.
(iii) Em 3 de junho de 2011, a TAM Capital 3 Inc. concluiu oferta de 5.000 bônus seniores, com valor nominal unitário de US$ 100 mil, valor total original de US$ 500 milhões (equivalentes a R$ 787,2 milhões, utilizando a taxa de conversão da transação) e custo de captação de R$ 10,1 milhões, com juros de 8,375% a.a. (taxa efetiva na data da transação 8,570% a.a.) a serem pagos semestralmente a partir de dezembro de 2011 e com o principal a ser pago integralmente em junho de 2021. A oferta foi efetuada no exterior isenta de registro na CVM e na SEC. TAM Capital 3 tem a opção de resgatar antecipadamente os bônus seniores, a qualquer momento antes de 3 de junho de 2016. Em caso de reembolso antecipado um prêmio de resgate deve ser pago. A Administração conclui que o preço de resgate compensa a perda de juros dos credores, como tal, a opção de resgate está correlacionada (*clearly and closely)* com os bônus seniores.

20.3. Empréstimos
(a) Composição do saldo

	Garantias	Encargos financeiros (taxas efetivas em 2011 e 2010)	Formas de pagamento e vencimento final	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Em moeda nacional					
FINEM - Sub crédito A (i)	Hipoteca de bens e contas a receber	TJLP + 4,5% a.a. (10,5% a.a., e 10,8% a.a)	Mensal até 2011	-	13.704
FINEM - Sub crédito B (ii)	Hipoteca de bens e contas a receber	Cesta de moedas BNDES + 3,0% a.a. (12,2% a.a. e 10,5% a.a)	Mensal até 2012	174	2.026
Outros			Mensal até 2014	2.699	3.640
				2.873	19.370
Em moeda estrangeira					
FINIMP (iii)	Nota promissória de US$ 1.663 mil até US$ 13.933	LIBOR *+ 2,15% a.a. a 5,70% a.a. (4,3% a.a e 5,3% a.a)*	Anual até Dezembro/2012	712.803	506.913
International Finance Corporation - IFC (Capital de Giro) (iv)	Depósito em garantia de US$ 2.500 mil	LIBOR semestral + 3% a.a (3,4% a.a, e 6,6% a.a)	Semestral até 2012	2.688	7.272
Renegociação de arrendamento (v)	Carta de fiança	Parcelas fixas (US$ 55 mil)	Mensal até 2022	9.386	8.921
Financiamento de pré-pagamento de aeronaves (vi)	Garantia incondicional	LIBOR mensal + 0,6% a.a. (0,3% a.a, e 2,6% a.a)	Mensal até 2012	227.164	68.649
Outros (vii)				2.242	3.915
				954.283	595.670
				957.156	615.040
Circulante				(947.110)	(600.382)
Não circulante				10.046	14.658

Financiamento de importação ("FINIMP"), Financiamento a empreendimentos ("FINEM"), Taxa de juros de longo prazo ("TJLP") e Certificado de depósito interbancário ("CDI").
Os vencimentos das parcelas de longo prazo têm a seguinte distribuição, por ano:

Ano	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
2012		6.027
2013	1.849	1.068
2014	1.102	696
2015	832	739
Posterior a 2015	6.263	6.128
	10.046	14.658

(b) Descrição dos empréstimos e financiamentos:
(i) Crédito aberto destinado ao apoio do plano plurianual de investimentos ao longo dos anos de 2004 e 2005, com foco na ampliação das instalações do Centro Tecnológico de São Carlos, a aquisição de equipamentos e materiais nacionais, o desenvolvimento de *software*, a capacitação técnica e gerencial de pessoal e os projetos ambientais, visando a redução de custos de operações e manutenção da empresa.
(ii) A TAM assinou acordos de financiamento para a aquisição de máquinas e equipamentos. As operações que se encontram ativas, referem-se ao ano de 2007, com o banco Itaú Unibanco.
(iii) A TAM assinou acordos de empréstimos na modalidade FINIMP, para financiar importação de motores e peças aeronáuticas. Dentre as operações que se encontram ativas, as captações com os bancos Safra, Banco do Brasil e Itaú BBA, possuem vencimentos até Dezembro/2012.
(iv) Em 16 de dezembro de 2005, a TLA assinou acordo de empréstimo com o "*International Finance Corporation*" (IFC), para financiar até US$ 33 milhões em operações de adiantamento de aeronaves (pre-delivery payment - PDP) Airbus contratadas junto à fabricante francesa.
(v) Dívida proveniente da renegociação de um contrato de fornecimento de aviões e peças celebrado entre TAM e *Fokker Aircraft* BV em 25 de junho de 1982.
(vi) A TLA e a TAM Financial 3, assinaram em 2011, acordos de empréstimos com os bancos Natixis e Crédit Agricole para financiar até US$ 100 milhões em operações de adiantamento de aeronaves (*pre-delivery payment* - PDP) Airbus contratadas junto à fabricante francesa.
(vii) Contrato de aquisição de equipamentos, programas de *software* e serviços relacionados a produtos de tecnologia da informação.

20.4. Debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
TAM S.A. (i)	174.650	347.800	174.650	347.800
TAM Linhas Aéreas S.A. (ii)	-	-	632.793	629.121
	174.650	347.800	807.443	976.921
Circulante	(174.650)	(347.800)	(311.190)	(379.942)
Não circulante	-	-	496.253	596.979

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

Ano	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
2012	-	98.092
2013	99.182	98.887
2014	99.182	100.000
2015	99.182	100.000
Posteriores a 2015	198.707	200.000
	496.253	596.979

(i) TAM S.A.
Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 7 de julho de 2006, foi aprovada a emissão para distribuição pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária (sem garantia, nem preferência), com garantia fidejussória da controlada TLA e forma nominativa escritural. Em 1º de agosto de 2006, a TAM S.A. concluiu oferta de 50.000 debêntures simples, série única, com valor nominal unitário de R$ 10, valor total original de R$ 500.000 e custo de captação de R$ 1.906, o prazo de vencimento é de seis anos, sendo o pagamento em três parcelas anuais e sucessivas. A primeira parcela foi paga em 1º de agosto de 2010.
Os juros remuneratórios são pagos semestralmente, sendo equivalentes a 104,5% do CDI, (taxa efetiva na data da contratação 15,38%) calculados e divulgados pela Câmara de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP"). Em 31 de dezembro de 2011, a taxa de juros efetiva foi de 12,12% a.a (2010 - 10,19%).
A escritura de emissão destas debêntures, além de outras obrigações contratuais, prevê o cumprimento de cláusula restritiva baseada em índice financeiro. Com a aplicação das novas práticas contábeis definidas pelo IFRS, em especial a que requer o reconhecimento nas demonstrações financeiras da Companhia dos contratos de arrendamento mercantil financeiro, o índice de cobertura da dívida da companhia sofreu um aumento. Cumpre ressaltar que referido índice restou prejudicado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, deixando de atingir o limite ora convencionado. Neste sentido essas debêntures seriam passíveis de vencimento antecipado, não automático, uma vez que tal vencimento está condicionado à realização e aprovação em Assembléia Geral de Debenturistas. Devido ao não atendimento com o ratio de cobertura de endividamento mínimo de 130% uma Assembleia Geral de Debenturistas.
Em 07 de fevereiro de 2011 foi realizada a Assembléia Geral de Debenturistas, na qual foi aprovada a proposta da Companhia de autorizar o agente fiduciário a não decretar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes da escritura de debêntures, exclusivamente para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, na hipótese do não cumprimento pela Companhia do índice de cobertura de dívida e o consequente pagamento de um "*waiver* prêmio" a ser efetuado aos debenturistas, no montante de 1,70% do preço unitário da data do pagamento, que ocorrerá no dia 1 de março de 2011. Sendo assim, a Companhia na data de divulgação do balanço encontra-se adimplente com as suas obrigações pactuadas na escritura de debêntures. Em atendimento ao disposto no IFRS, a Companhia reclassificou a parcela de longo prazo com vencimento programado para 2012 para o circulante, no valor de R$ 166.376.
Em Assembleia de debenturistas realizada em 22 de dezembro de 2011 foi aprovada a proposta da Companhia ("*waiver*") de autorizar o agente fiduciário a não decretar o vencimento antecipado da dívida exclusivamente para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2011, na hipótese do não cumprimento pela Companhia do índice de cobertura de dívida. Em decorrência da aprovação, a Companhia pagou em 28 de dezembro de 2011, um prêmio de R$ 1.572, equivalente a 0,9% do valor nominal unitário corrigido até a data do pagamento. Sendo assim, a Companhia na data de divulgação do balanço encontra-se adimplente com as suas obrigações pactuadas na escritura de debêntures.
(ii) TAM Linhas Aéreas S.A.
Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de julho de 2009, foi aprovada a emissão para distribuição pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia fidejussória da TAM S.A.
Em 24 de julho de 2009, a TAM Linhas Aéreas S.A. concluiu oferta de 600 debêntures simples, série única, com valor nominal unitário de R$ 1.000 e valor total original de R$ 600.000 e custo de captação de R$ 7.631. Em 22 de julho de 2010, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária (AGE) aprovando a postergação do vencimento das debêntures de 24 de julho de 2013 para 24 de julho de 2017, e a amortização do valor nominal dos títulos foi ampliada de pagamentos trimestrais para semestrais, com o vencimento da primeira parcela postergado de 24 de julho de 2010 para 24 de janeiro de 2012. O custo decorrente dessa renegociação foi de R$ 3.000.
Os juros remuneratórios tiveram sua periodicidade alterada, passando de mensal para semestral, sendo equivalentes a 124% do CDI (taxa na data da contratação 13,25%), calculados e divulgados pela Câmara de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP"). Em 31 de dezembro de 2011, a taxa efetiva dos juros é de 14,38% a.a. (2010 - 12,09%).
A Companhia poderá, a qualquer momento, a seu critério, por meio de envio ou de publicação de comunicado aos debenturistas com 10 dias de antecedência, resgatar antecipadamente o valor total ou parcial das debêntures. As debêntures objeto deste procedimento serão obrigatoriamente canceladas. A Administração concluiu que montante a pagar mediante adiantamento é aproximadamente igual ao custo autorizado das obrigações e, como tal, a opção de resgate é considerada clara e estreitamente relacionada com as obrigações.

21. Receita diferida - consolidado

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Transporte a executar	624.923	942.167
Programa Fidelidade	804.423	825.265
Resultado diferido com operações de Sale and leaseback (i)	70.528	100.169
Perdas diferidas com operações de Sale and leaseback (ii)	(19.906)	-
Receita diferida contrato de serviços (iii)	199.890	-
	1.679.858	1.867.601
Circulante	(1.472.055)	(1.801.181)
Não circulante	207.803	66.420

(i) Os ganhos diferidos nas operações de *sale and leaseback* referem-se a vendas de aeronaves em 2001 e 2003. Os ganhos são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear até 2014. Em 04 de março de 2011, a Companhia realizou uma nova operação referente a motor. O ganho decorrente desta nova transação foi de R$ 4.832 e será amortizado pelo método linear até 2015.
(ii) Em 16 de dezembro de 2011, a controlada TLA efetuou quatro transações de *sale and leaseback* relacionadas a *leasing* financeiro de aeronaves. As operações geraram um prejuízo de R$ 20.130 que foi diferido após a realização do teste de *impairment* dessas aeronaves, conforme determina o parágrafo 64 do CPC 6/IAS 17. O prejuízo será amortizado pelo método linear até 2015.
(iii) Em 29 de dezembro de 2011 a controlada TLA firmou contrato de parceria comercial com o Banco Itaucard S.A. (Itaucard) com a finalidade de ofertar, distribuir e comercializar por meio de canais de distribuição ou por quaisquer outros meios, o cartão Itaucard aos clientes TAM em todo território nacional pelo prazo de 15 anos a contar desta data. O Itaucard adiantou do total do contrato o valor de R$ 200 milhões que foi diferido e reconhecido na demonstração do resultado em base linear. Em 2011, o total de R$ 230 foi reconhecido como receita.

22. Programa de recuperação fiscal (REFIS)
Em novembro de 2009 as controladas TLA e Pantanal aderiram ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, instituído pela Lei 11.941/09 e medida provisória nº 449/2009. O REFIS visa equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações. As condições gerais para adesão ao parcelamento podem ser assim descritas:
• parcelamento em até 180 meses, dependendo da natureza do débito;
• redução das multas de mora, dos juros de mora e dos encargos legais;
• obrigação do pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses; e
• desistência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, consequentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados.
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi concluído o processo de adesão ao REFIS, sendo o débito consolidado composto da seguinte forma:

	Principal	Multa	Juros	Honorários	Total do débito consolidado
Cofins (i)	193.771	7.345	133.900	-	335.016
Pis (i)	37.301	2.724	40.561	-	80.586
Programas de parcelamento anteriores - Pantanal (ii)	20.215	1.911	24.880	3.096	50.102
Outros débitos	15.475	799	6.112	-	22.386
	266.762	12.779	205.453	3.096	488.090

(i) Referem à discussão da constitucionalidade da majoração da base de cálculo do Pis e da Cofins, introduzida pela Lei nº 9.718/98. A desistência dos processos existentes para fins de adesão ao parcelamento já foi protocolada.
(ii) Referem-se ao saldo remanescente de parcelamentos anteriores da controlada Pantanal instituídos nos anos de 2000 a 2006.
A partir desta data o débito consolidado dos tributos e contribuições acima passou a constituir um único débito a ser controlado, independente do tipo de tributo ou contribuição que o compõem, cuja movimentação consolidada está demonstrada como segue:

	31 de dezembro de 2011
Débito consolidado	439.827
Ajuste ao débito consolidado	11.710
Atualização monetária	62.429
Pagamentos efetuados	(30.648)
	483.318
Circulante	(46.924)
Não circulante	436.394

O total do débito consolidado classificado no passivo não circulante tem o seguinte vencimento:

Ano	R$
2013	39.820
2014	36.653
2015	36.653
2016	36.653
2017	36.653
2018	36.653
2019	36.653
2020	36.653
2021	36.653
2022	36.653
2023	36.653
2024	30.044
Total	436.394

O ganho correspondente à redução das multas de mora e de ofício, anteriormente contabilizadas no passivo, foi no valor total de R$ 70.812. Desse montante, R$ 24.448 foi contabilizado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais" e o montante de R$ 46.364 foi registrado a crédito de despesas financeiras ambas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2009. Este ganho reflete as condições previstas na Lei 11.941/09 para a adesão ao parcelamento em 180 meses, de redução de 60% nas multas de mora e de ofício e de 25% dos juros de mora.

23. Outros passivos - consolidado

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Reorganização da frota Fokker 100 (i)	39	13.860
Provisão para manutenção - *"Power by the hour"* (ii)	535.088	252.534
Outras obrigações	102.378	106.736
	637.505	373.130
Circulante	(197.444)	(135.658)
Não circulante	440.061	237.472

(i) Como resultado do processo de reorganização de sua frota de aeronaves Fokker 100, a TLA, em 19 de dezembro de 2003, rescindiu 19 contratos de arrendamento mercantil então vigentes, sendo 10 na modalidade financeira e nove na operacional. Como consequência, a TLA firmou contrato obrigando-se a pagar multa rescisória em 30 parcelas trimestrais consecutivas, com vencimentos entre abril de 2004 e julho de 2011, no montante original de R$ 94.188, integralmente contabilizada no resultado daquele exercício. Cartas de fiança foram oferecidas pela Companhia como garantia. Adicionalmente, a TLA negociou o vencimento de determinadas parcelas vencidas até a data da assinatura do referido contrato, no montante original de R$ 49.599.
(ii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a Companhia recebeu 168 motores (2010 - 143) como contratos *power by the hour.*

24. Provisões - consolidado
(a) Movimentação das provisões
A Companhia constitui provisão para os valo*res de contingênc*ias classificadas como de perda provável, segundo avaliação de seus consultores jurídicos. Em 31 de dezembro 2011 e 2010, valor total e as movimentações das provisões para contingências e depósitos judiciais relacionados com as questões em disputa, eram compostos da seguinte forma:

	31 de dezembro de 2009	Provisões aquisição Pantanal	Provisões (Depósitos)	Pagamentos	Encargos financeiros	31 de dezembro de 2010
Adicional tarifário (i)	515.463	-	39.895	(585.914)	30.556	-
Fundo aeroviário (ii)	135.089	-	28.473	-	10.664	174.226
Processos trabalhistas	18.676	1.200	1.087	(33)	-	20.930
Processos cíveis	67.379	-	18.892	-	-	86.271
Demais processos tributários	40.222	9.190	7.713	(10.119)	1.125	48.131
Total	776.829	10.390	96.060	(596.066)	42.345	329.558
(-) Depósitos judiciais	(110.256)	(267)	(14.768)	4	-	(125.287)
Total	666.573	10.123	81.292	(596.062)	42.345	204.271

	31 de dezembro de 2010	Provisões (Depósitos)	Pagamentos	Encargos financeiros	31 de dezembro de 2011
Fundo aeroviário (i)	174.226	35.258	-	15.979	225.463
Processos trabalhistas	20.930	793	(279)	-	21.444
Processos cíveis	86.271	21.366	-	-	107.637
Demais processos tributários	48.131	15.033	-	1.332	64.496
Total	329.558	72.450	(279)	17.311	419.040
(-) Depósitos judiciais	(125.287)	(22.672)	38	-	(147.921)
Total	204.271	49.778	(241)	17.311	271.119

(i) Refere-se à cobrança de percentual equivalente a 2,5% sobre a folha mensal de salários, destinada às entidades privadas de serviço social e de formação profissional. A Administração da TLA, apoiada na opinião de seus consultores tributários, contesta a constitucionalidade dessa cobrança. O não recolhimento desse tributo está suportado por medida judicial.
(ii) Refere-se à cobrança de 1% sobre o valor das tarifas aéreas de todos os bilhetes de passagens vendidos em linhas aéreas regulares domésticas. A administração da TLA, apoiada na opinião de seus consultores tributários, contestou a constitucionalidade dessa cobrança. O não recolhimento desse tributo foi suportado por medida judicial.
Em setembro de 2010, o Superior Tribunal de Justiça proferiu decisão, em caráter definitivo, mediante a qual a Companhia está desobrigada do pagamento desse adicional tarifário. Em face deste acontecimento, a Companhia reverteu a provisão contábil constituída a este título no valor de R$ 585.914 (R$ 439.437 líquido de imposto de renda e contribuição social), correspondente ao período de junho de 2001 a agosto de 2010. O impacto desta reversão no resultado líquido da Companhia não resultou em impacto no fluxo de caixa conforme demonstramos a seguir:

	31 de dezembro de 2011
Receita - Deduções e impostos sobre vendas	39.895
Despesas operacionais - Outras despesas administrativas (nota 29)	364.854
Despesas financeira	181.166
Imposto de renda diferido	(146.478)
	439.437

(b) Resumo dos principais processos
A Companhia e suas controladas possuem ainda ações de natureza tributária, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis, não sendo, portanto, requerida provisão na data. Os montantes estimados são demonstrados a seguir:

TAM S.A.

e TAM S.A. e suas controladas

Companhia Aberta - CNPJ 01.832.635/0001-18

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Processos tributários		
ICMS	436.081	383.374
IRPJ e CSLL	151.802	136.216
Regime aduaneiro especial de admissão temporária	102.644	102.594
Outros (i)	339.067	134.026
	1.029.594	756.210
Processos cíveis	65.876	30.911
Processos trabalhista	426.639	316.485
	1.522.109	1.103.606

(i) Aumento referente aos Autos de Infração abaixo descritos:
(a) Trata-se de processo administrativo (AI 10314.720023/2011-15) decorrente de auto de infração, por meio do qual a fiscalização exige o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre a importação de aeronaves, no período de abril de 2006 a fevereiro de 2009. Alega o fisco que a isenção do IPI depende da comprovação de determinados requisitos, dentre os quais se destaca a prova da regularidade fiscal, supostamente não efetivada pela empresa, ante a falta de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS e Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos e à Dívida Ativa da União em determinados períodos.
(b) Trata-se de processo administrativo (AI 10314.720018/2011-75) decorrente de auto de infração, por meio do qual a fiscalização exige o Imposto de Importação (II), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a contribuição ao PIS-Importação e a COFINS-Importação, incidentes sobre a importação de partes, peças e componentes aeronáuticos destinados ao reparo, revisão e manutenção de aeronaves, no período de junho de 2006 a julho de 2010. Alega o fisco que a isenção do Imposto de Importação, do IPI e a alíquota zero do PIS/COFINS Importação dependem da comprovação de determinados requisitos, dentre os quais se destaca a prova da regularidade fiscal, supostamente não efetivada pela empresa, ante a falta de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS e Certidão Conjunta Negativa(ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos e à Dívida Ativa da União em determinados períodos.
Essas autuações totalizam R$ 819.270, sendo R$ 770.652 referente ao IPI sobre as aeronaves. A controlada protocolou defesa na esfera administrativa e baseado no parecer dos assessores jurídicos da controlada e na decisão de 1ª instância (Acordão nº 17-54.747) estimam que o montante de R$ 70.046 que a probabilidade de perda é possível e o total de R$ 700.606 que a probabilidade de perda é remota.

25. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferido ativo e passivo são compensados quando existe um direito legal de compensar os créditos tributários com os débitos tributários e desde que se refiram à mesma autoridade fiscal.
A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferido ativo e passivo no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, sem levar em conta a compensação de saldos na mesma jurisdição fiscal, é a seguinte:

	Controladora			
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	**31 de dezembro de 2010**	**Debitado (creditado) à demonstração do resultado**	**31 de dezembro de 2011**
Prejuízo fiscal	8.812	10.380	19.192
Base negativa da contribuição social	4.401	3.737	8.138
Diferenças temporárias			
Provisão para contingências	1.642	170	1.812
Outros	676	157	833
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos	15.531	14.444	29.975

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011
Imposto de renda e contribuição social diferidos com expectativa de realização em 12 meses - líquido	13.213	13.696
Imposto de renda e contribuição social diferidos com expectativa de realização em mais de 12 meses - líquido	2.318	16.279
	15.531	29.975

	Consolidado				
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	**31 de dezembro de 2010**	**Debitado (creditado) à demonstração do resultado**	**Debitado por *Goodwill* por aquisição da Pantanal (Nota 19)**	**Creditado à demonstração do patrimônio líquido**	**31 de dezembro de 2011**
Prejuízo fiscal	62.288	(16.130)	-	-	46.158
Base negativa da contribuição social	22.548	(4.406)	-	-	18.142
Diferenças temporárias			-	-	-
Provisão para perdas/ganho com derivativos	6.096	(10.115)	-	18.195	14.176
Provisão para derivativos realizados não reconhecidos no resultado	-	-	-	(571)	(571)
Provisão para contingências	94.008	29.197	-	-	123.205
Provisão para perdas em estoques e contas a receber	39.165	5.168	-	-	44.333
Receita futura de operação de *sale-leaseback*	28.312	(16.281)	-	-	12.031
Programa fidelidade	66.008	(66.021)	-	-	(13)
Arrendamentos financeiros	(432.885)	222.597	-	-	(210.288)
Outros	48.796	(9.736)	-	-	39.060
Imobilizado	(45.514)	854	-	-	(44.660)
Imposto de renda e contribuição social diferido - ativo intangível na aquisição da Pantanal	-	-	(38.262)	-	(38.262)
Total	(111.178)	135.127	(38.262)	17.624	3.311
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	16.748	14.145	-	17.624	48.517
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo	(127.926)	120.982	(38.262)	-	(45.206)

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011
Imposto de renda e contribuição social diferido com expectativa de realização em 12 meses - líquido	(65.714)	69.718
Imposto de renda e contribuição social diferido com expectativa de realização em mais de 12 meses - líquido	(45.464)	(66.407)
	(111.178)	3.311

Os tributos diferidos ativos resultantes de prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos na medida em que a realização do correspondente benefício fiscal por meio de lucros tributáveis futuros é provável.
Em 31 de dezembro de 2011, não foram constituídos créditos tributários sobre os prejuízos auferidos por controladas no montante de R$ 161.065 (2010 - R$ 66.183).

(a) Composição da despesa com imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Imposto corrente	-	(4.527)	(213.743)	(142.000)
Imposto diferido	14.444	367	135.127	(305.054)
	14.444	(4.160)	(78.616)	(447.054)

O imposto de renda e contribuição social apurado sobre o lucro da TAM, antes da tributação, difere do valor teórico que resultaria usando-se a média ponderada da alíquota de imposto aplicável ao lucro das entidades consolidadas, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Lucro/(prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(349.508)	641.580	(182.897)	1.115.984
Alíquotas nominais -%	34%	34%	34%	34%
Impostos calculados às alíquotas nominais	118.833	(218.137)	62.185	(379.434)
Efeitos fiscais sobre (adições) exclusões permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	(98.479)	229.779	-	-
Despesas indedutíveis	(5)	(402)	(46.244)	(34.104)
Resultado de controladas no exterior	-	(8.813)	-	(8.813)
Créditos tributários de juros sobre o capital próprio pagos	-	8.499	7.512	29.080
Débitos tributários de juros sobre o capital próprio recebidos	(5.494)	(17.654)	(5.494)	(17.654)
Créditos tributários não constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	-	-	(22.307)	(1.539)
Débitos/créditos tributários não constituídos sobre lucros auferidos no exterior	-	-	(69.992)	(25.946)
Créditos tributários da contribuição social sobre tributos com exigibilidade suspensa	-	-	-	(3.583)
Remuneração baseada em ações não dedutível	-	-	(3.097)	(5.580)
Outras	(411)	2.568	(1.179)	519
Crédito tributário (despesa) de imposto de renda e contribuição social	14.444	(4.160)	(78.616)	(447.054)
Alíquota efetiva%	4,1	0,65	42,9	40,1

Os anos-base de 2005 a 2011 estão sujeitos a exame pelas autoridades tributárias brasileiras.

(b) Regime Tributário de Transição - RTT

O regime tributário de transição foi estabelecido pela Lei nº 11.941/09 a fim de manter as mesmas regras de tributação para determinação do resultado tributável vigentes em 31 de dezembro de 2007, independentemente das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 para práticas contábeis adotadas no Brasil.
O regime foi optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, sendo obrigatório a partir de 2010. A TAM optou pela adoção do RTT em 2008.

26. Capital social

(a) Capital autorizado

O capital social autorizado em 31 de dezembro de 2011 é de R$ 1.200.000 (2010 - R$ 1.200.000), podendo ser aumentado com a emissão de ações ordinárias ou preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração.
O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 30 de setembro de 2011, aprovou a recompra de ações preferenciais da Companhia, nas seguintes condições:
• **Objetivo**: Aquisição de ações preferenciais de emissão da própria Companhia para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação sem redução do capital social.
• **Quantidade de ações a serem adquiridas**: A aquisição respeitará o limite de até 54.137 ações preferenciais.
• **Prazo para realização das operações**: O prazo máximo para realização da operação é de 365 dias, a contar da presente data.
• **Quantidade de ações em circulação no mercado**: 83.309.958 ações.

(b) Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2011, o capital subscrito é representado por 156.206.781 (2010 - 156.206.781) ações, sendo 55.816.683 (2010 - 55.816.683) ações ordinárias e 100.390.098 (2010 - 103.390.098) ações preferenciais.
As ações ordinárias conferem ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais.
As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto no que se refere a determinadas matérias, enquanto a Companhia estiver listada no Nível 2 da BOVESPA, tendo, porém, prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia, além do direito de participar, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de quaisquer benefícios a acionistas.
De acordo com o Contrato de Adesão assinado com a BOVESPA, a Companhia cumpriu o requisito de que 25% de suas ações estejam disponíveis para negociação no mercado. Desde agosto de 2007, este percentual é de 53,85%.

	Quantidade de ações	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Valor do capital social
Saldo em 31 de dezembro de 2010	156.206.781	55.816.683	100.390.098	819.892
Saldo em 31 de dezembro de 2011	156.206.781	55.816.683	100.390.098	819.892

(c) Pagamento de dividendos

Em abril de 2011, a Companhia efetuou o pagamento de dividendos referente ao saldo remanescente do resultado apurado no exercício findo em 2010, no montante de R$ 181.664 (2010 - R$ 233.325) dos quais R$ 151.387 a título de dividendos mínimos obrigatório e R$ 30.277 como dividendo complementares.
De acordo com os estatutos da TAM S.A., aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício conforme as demonstrações financeiras individuais da controladora, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Os juros sobre o capital próprio, dedutíveis para fins de imposto, que tiverem sido pagos ou creditados, podem ser deduzidos dos dividendos obrigatórios. As ações preferenciais têm prioridade no reembolso de capital e o direito a dividendos no mínimo equivalentes àqueles distribuídos às ações ordinárias. Os dividendos estão sujeitos à aprovação da Assembleia Geral Ordinária (AGO) e podem ser assim demonstrados:

	31 de dezembro de 2010
Lucro líquido do exercício	637.420
(-) Reserva legal - 5%	(31.871)
(=) Base para distribuição de dividendos	605.549
Dividendo mínimo obrigatório	(151.387)
Quantidade de ações por lote de mil ações - média ponderada (nota 34(b))	151.185
Dividendo por ação - R$	(1, 00)
Dividendo proposto	(1, 00)
Montante a distribuir	(151.387)

Dividendos não foram distribuídos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 uma vez que houve prejuízo no exercício.

27. Reserva de capital

(a) Ágio na subscrição de ações

A reserva de ágio foi apurada na subscrição de ações em decorrência da mais-valia do acervo líquido recebido em relação ao valor aportado como aumento de capital.

(b) Ações em tesouraria

O movimento das ações em tesouraria durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é apresentado a seguir.

	Quantidade de ações	R$ mil	Preço médio em R$
Em 31 de dezembro de 2009	402.311	(11.370)	28,26
Alienação de ações	(189.731)	5.362	28,26
Em 31 de dezembro de 2010	212.580	(6.008)	28,26
Aquisição de ações (i)	54.137	(1.879)	34,71
Alienação de ações (ii)	(186.462)	5.328	28,81
Em 31 de dezembro de 2011	80.255	(2.559)	31,89

(i) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de setembro de 2011, foi autorizada a aquisição de 54.137 ações preferenciais para manutenção em tesouraria e posterior utilização para atendimento dos exercícios de opções no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia.
(ii) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, foram alienadas 186.462 ações em tesouraria para fazer frente ao plano de remuneração em ações. As ações alienadas referem-se ao plano de remuneração de executivos aprovado em Assembleia Geral Extraordinária - AGE de 16 de maio de 2005. O valor de mercado das ações, com base na data de encerramento na Bolsa de valores de São Paulo, em 31 de dezembro de 2011, é de R$ 35,67 por ação (2010 - R$ 39,14).

(c) Plano de remuneração de ações

O crédito relativo à despesa de opções de compra de ações é registrado nesta reserva e transferido para lucros acumulados quando as opções são exercidas ou expiram (Nota 32.2).

28. Reserva de lucros

(a) Reserva legal

A legislação brasileira estabelece que deve ser constituída uma reserva legal, mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, até a reserva legal atingir 20% do valor do capital social.

29. Ajuste de avaliação patrimonial

(a) Ajustes acumulados de conversão

Os efeitos de variações na taxa de câmbio durante o exercício são reconhecidos sobre o patrimônio líquido de operações no exterior no início do exercício e a diferença entre o seu lucro líquido do exercício às taxas de câmbio médias no fim do ano, são registrados na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

(b) Reserva de reavaliação

Conforme facultado pela Lei 11.638/07, IFRS 1 e pelo Pronunciamento CPC 13 - Adoção Inicial da Lei no 11.638/07, a Companhia adotou o valor residual reavaliado em 31 de dezembro de 2007 como novo valor de custo atribuído dos itens reavaliados. A realização da reserva de reavaliação ocorre na mesma proporção da depreciação, baixa ou alienação do ativo reavaliado, em contrapartida à conta de lucros (prejuízos) acumulados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, totalizou uma realização de R$ 1.481 líquida de efeitos tributários (2010 - R$ 9.299). Do total da reserva, R$ 28.733 (2010 - R$ 28.733) correspondem à reavaliação de terrenos, que somente será realizada na eventual baixa dos ativos.

30. Receita - consolidado

Individualmente, nenhum dos clientes da TAM representa mais de 10% de suas receitas em 2011. A Companhia possui informação de segmentação de receita bruta por tipo de serviço prestado e por região, conforme abaixo:

(a) Por tipo de serviço prestado

	31 de dezembro de 2011	%	31 de dezembro de 2010	%	Período - variação %
Doméstica					
Passageiro	6.185.319	45,6	5.870.880	49,8	5,4
Carga	552.861	4,1	510.785	4,3	8,2
	6.738.180	49,7	6.381.665	54,1	5,6
Internacional					
Passageiro	3.823.488	28,2	3.284.473	27,8	16,4
Carga	623.815	4,6	601.898	5,1	3,6
	4.447.303	32,8	3.886.371	32,9	14,4
Outras receitas operacionais					
Parcerias com Programa Fidelidade (TAM)	212.036	1,6	381.519	3,2	(44,4)
Fidelidade (resgate de pontos da Multiplus)	1.151.737	8,5	444.893	3,8	158,9
Agenciamento de viagens e turismo	78.617	0,6	61.531	0,5	27,8
Outros (inclui bilhetes vencidos)	927.939	6,8	642.804	5,4	44,4
	2.370.329	17,5	1.530.747	13,0	54,8
Receita bruta	13.555.812	100,0	11.798.783	100,0	14,9
Impostos e outras deduções	(561.326)		(420.092)		
Receita	12.994.486		11.378.691		

(b) Por localidade geográfica dos destinos praticados pela Companhia

	31 de dezembro de 2011	%	31 de dezembro de 2010	%	Período - variação %
Brasil	9.108.509	67,2	7.912.412	67,0	15,1
Europa	2.016.299	14,8	1.958.730	16,6	2,9
América do Norte	1.592.845	11,8	1.057.091	9,0	50,7
América do Sul (excluindo Brasil)	838.159	6,2	870.550	7,4	(3,7)
Receita bruta	13.555.812	100,0	11.798.783	100,0	14,9
Impostos e outras deduções	(561.326)		(420.092)		
Receita	12.994.486		11.378.691		

31. Custos e despesas operacionais por natureza - consolidado

	31 de dezembro de 2011				
	Custo dos serviços prestados	Com vendas	Gerais e administrativas	Total	%
Pessoal	2.236.268	247.283	217.902	2.693.745	22,3
Honorários do Conselho de Administração	-	-	1.761	1.761	0,1
Combustível	4.186.892	-	-	4.186.892	34,8
Depreciação e amortização	596.688	4.625	129.062	730.375	6,1
Manutenção e reparos (exceto pessoal)	619.357	-	-	619.357	5,2
Seguro de aeronaves	46.533	-	-	46.533	0,4
Tarifas de decolagem, pouso e navegação	682.258	-	-	682.258	5,7
Arrendamento de aeronaves, motores e equipamentos	417.964	10.069	22.017	450.050	3,7
Serviços de terceiros	208.785	308.555	322.627	839.967	7,0
Vendas e marketing	-	962.925	-	962.925	8,0
Outras	394.328	205.058	204.180	803.566	6,7
	9.389.073	1.730.807	897.549	12.017.429	100,0

	31 de dezembro de 2010				
	Custo dos serviços prestados	Com vendas	Gerais e administrativas	Total	%
Pessoal	1.883.800	247.283	196.211	2.327.294	22,3
Honorários do Conselho de Administração	-	-	1.134	1.134	0,1
Combustível	3.451.198	-	-	3.451.198	33,2
Depreciação e amortização	613.687	1.661	84.421	699.769	6,7
Manutenção e reparos (exceto pessoal)	612.262	-	-	612.262	5,9
Seguro de aeronaves	51.982	-	-	51.982	0,5
Tarifas de decolagem, pouso e navegação	609.447	-	-	609.447	5,9
Arrendamento de aeronaves, motores e equipamentos	447.112	7.252	16.619	470.983	4,5
Serviços de terceiros	166.691	262.696	343.907	773.294	7,4
Vendas e marketing	-	959.843	-	959.843	9,2
Reversão do adicional tarifário	-	-	(364.854)	(364.854)	(3,5)
Outras	353.788	274.966	180.572	809.326	7,8
	8.189.967	1.753.701	458.010	10.401.678	100,0

32. Benefícios a empregados - consolidado

Os custos de pessoal (inclui "Pessoal" e "Honorários da Administração" na Nota 31) têm a seguinte composição:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Salários e bonificações	2.132.234	1.844.562
Plano de pensão de contribuição definida	12.772	27.090
Remuneração baseada em ações	19.022	15.999
Impostos e contribuições sociais	531.478	440.777
	2.695.506	2.328.428

32.1. Participação nos lucros e bonificações

Conforme acordo sindical ajustado anualmente, a Administração da Companhia efetuará pagamento de participação nos resultados caso sejam atingidas determinadas metas de desempenho estabelecidas com base no orçamento anual. Consequentemente, durante o exercício a Administração reconheceu uma despesa para este benefício em "Salários e encargos sociais", no valor de R$ 74.516 (2010 - R$ 100.168).

32.2. Remuneração baseada em ações

(a) TAM Linhas Aéreas

Na AGE realizada em 16 de maio de 2005, os acionistas aprovaram que até 2% das ações em circulação poderiam ser utilizadas pela diretoria para a concessão de opções de ações aos funcionários.
As transações estão resumidas a seguir:

	Número de ações em circulação	Preço médio do exercício - R$
31 de dezembro de 2009	1.667.440	36,55
Outorgadas	1.051.467	23,99
Exercidas	(165.868)	14,40
Canceladas	(343.924)	39,67
31 de dezembro de 2010	2.209.115	34,18
Exercidas	(186.464)	19,57
Canceladas	(188.152)	37,68
31 de dezembro de 2011	1.834.499	38,89

Sob os termos do plano, as opções cedidas são divididas em três partes iguais e empregados poderão exercer uma terça parte das suas opções depois de três, quatro e cinco anos, respectivamente, se ainda empregado pela Companhia naquela ocasião. A vida contratual das opções é de sete anos.
A opção contém uma "condição de serviço", na qual o exercício das opções depende exclusivamente da prestação de serviços pelo funcionário por período pré-definido. Os empregados demitidos têm a obrigação de atender a determinadas condições suspensivas para a manutenção do direito de exercício das opções.
Assim, o custo foi reconhecido como sendo o valor justo das opções de compra quando da sua cessão, em contrapartida ao patrimônio da Companhia, uma vez que o pagamento pode ser efetuado em ações. O valor justo destas opções foi estimado utilizando o modelo de precificação *Black-Scholes* com as seguintes premissas:

	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga	4ª outorga	1ª outorga extraordinária	2ª outorga Extraordinária (ii)	3ª outorga extraordinária	4ª outorga extraordinária	Total
Data	28/12/2005	30/11/2006	14/12/2007	28/05/2010	27/09/2007	29/02/2008	01/04/2010	03/11/2010	
Quantidade de ações	715.255	239.750	780.311	591.465	230.000	11.595	230.000	230.000	
Preço de exercício - R$	14,40	43,48	39,67	25,11	38,36	30,24	24,59	20,53	
Taxa de juros, isenta de risco%	17,93%	13,13%	10,95%	9,38%	10,82%	10,82%	8,34%	10,69%	
Tempo médio contratual	5,5	5,5	5,5	5,5	4,5	4,5	4,5	4,5	
Rendimento esperado do dividendo%	0,00%	0,32%	0,58%	0,55%	0,58%	0,56%	0,55%	0,55%	
Volatilidade das ações no Mercado%	34,24%	41,29%	42,30%	51,47%	40,48%	43,66%	51,32%	52,14%	
Preço no Mercado acionário na data da outorga R$	45,00	61,00	44,03	24,30	50,10	35,48	30,31	41,92	
Valor justo na data da outorga - R$	39,64	41,11	25,09	13,57	28,28	19,33	17,95	29,91	
Quantidade de opções em circulação (i)	80.256	138.044	440.226	485.973	230.000		230.000	230.000	1.834.499
Quantidade de opções a exercer (i)	80.256	138.044	335.151		230.000				783.451
Preço médio ajustado (i)	20,34	59,79	50,97	28,37			21,99	22,92	
Valorização das opções exercíveis em 31/12/2011	1.632.407	8.253.651	17.082.646		11.684.000				
Média de vida contratual remanescente (i)	1,50	1,50	1,83	3,83			2,75	2,75	

(i) Em 31 de dezembro de 2011.
(ii) Outorga especial cancelada.

A volatilidade esperada se baseia na volatilidade histórica das ações da Companhia negociadas em bolsa. A vida contratual remanescente média se baseia na expectativa de exercício.

(b) Multiplus S.A.

Na AGE realizada em 4 de outubro de 2010, os acionistas aprovaram a diluição máxima de 3% (três por cento) do número de ações em circulação que poderá ser utilizadas pela diretoria para a concessão de opções de ações aos seus funcionários.

Continua

TAM S.A.

e TAM S.A. e suas controladas

Companhia Aberta - CNPJ 01.832.635/0001-18

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

As transações estão resumidas a seguir:

	Número de ações em circulação	Preço médio de exercício
1º de janeiro de 2010		
Outorgadas	1.660.759	18,07
31 de dezembro de 2010	1.660.759	18,07
Exercidas	(77.285)	24,80
Canceladas	(6.196)	17,49
31 de dezembro de 2011	1.577.278	14,64

Sob os termos do plano, as opções cedidas para a outorga regular são divididas em três partes iguais e os empregados poderão exercer uma terça parte das suas opções de dois, três, quatro anos, respectivamente, se ainda empregado pela Companhia naquela ocasião. A vida contratual das opções é de sete anos após a outorga da opção. A 1ª outorga extraordinária foi dividida em duas partes iguais que poderão ser exercidas metade das suas opções depois de três anos e outra metade após quatro anos. A 2ª outorga extraordinária foi também dividida em duas partes iguais que poderão ser exercidas após um ano e dois anos, respectivamente.

A opção contém uma "condição de serviço", na qual o exercício das opções depende exclusivamente da prestação de serviços pelo empregado por período pré-definido. Os empregados demitidos têm a obrigação de atender a determinadas condições suspensivas para a manutenção do direito de exercício das opções.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia aprovou a fixação do preço de exercício em R$ 20,00 (vinte reais) por ação, referente à outorga especial relacionada à contratação do atual Diretor Presidente e a redução do preço de exercício em R$ 3,72 (três reais e setenta e dois centavos) por ação, em razão da redução de capital social, para as demais outorgas. O recálculo das outorgas considerando o novo preço de exercício gera uma despesa adicional de R$ 3.114 que será ajustada prospectivamente pelo prazo remanescente das outorgas.

Em 3 de outubro de 2011, a Companhia aprovou a fixação do preço de exercício em R$ 16,28 (dezesseis reais e vinte e oito centavos) por ação, referente a outorga especial em razão da redução do capital social. O recálculo da outorga considerando o novo preço de exercício gerou uma despesa incremental de R$ 312, que será ajustada prospectivamente pelo prazo remanescente da outorga.

O custo foi reconhecido como sendo o valor justo das opções de compra quando da sua concessão, em contrapartida ao patrimônio da Companhia, uma vez que o pagamento pode ser efetuado em ações. O valor justo destas opções foi estimado utilizando o modelo de precificação *Black-Scholes* com as seguintes premissas:

(b.1) As premissas originais utilizadas para o cálculo do fair value das outorgas são as seguintes:

	1ª outorga	2ª outorga	1ª outorga extraordinária	2ª outorga extraordinária	Total ou média ponderada
Data	04/10/2010	08/11/2010	04/10/2010	04/10/2010	
Quantidade de ações	98.391	36.799	1.370.999	154.570	1.660.759
Preço de exercício na data da outorga - R$	27,33	31,55	16,00	27,33	
Taxa de juros, isenta de risco%	10,16	10,16	10,16	10,16	
Tempo médio contratual (anos)	5,0	5,0	5,25	4,25	
Rendimento esperado do dividendo%	0,67	0,57	0,67	0,67	
Volatilidade das ações no mercado%	30,25	31,21	30,25	30,25	
Preço no mercado acionário na data da outorga - R$	26,90	31,55	26,90	26,90	
Valor justo da opção na data da outorga R$	11,58	14,06	16,91	10,53	

(b.2) Considerando a modificação no Plano de redução do preço de exercício, as premissas utilizadas no cálculo do novo valor justo do plano são as seguintes:

	1ª outorga	2ª outorga	1ª outorga extraordinária	2ª outorga extraordinária	Total ou média ponderada
Data	30/06/2011	30/06/2011	30/06/2011	30/06/2011	
Quantidade de ações	92.195	36.799	1.370.999	154.570	1.654.563
Preço de exercício na data da outorga	23,61	27,83	12,28	20,00	
Taxa de juros, isenta de risco%	12,15	12,15	12,15	12,15	
Tempo médio contratual (anos)	4,63	4,67	4,88	3,50	
Rendimento esperado do dividendo%	2,60	2,60	2,60	2,60	
Volatilidade das ações no mercado%	33,79	33,79	33,79	33,79	
Preço no mercado acionário na data da outorga - R$	27,20	27,20	27,20	27,20	
Valor justo do plano recalculado antes da modificação - R$	10,84	9,55	15,56	9,46	
Valor justo do plano recalculado depois da modificação - R$	12,17	10,71	17,35	12,66	
Valor justo incremental	1,33	1,16	1,79	3,20	

(b.3) Considerando a modificação no Plano de redução do preço de exercício da 2ª Outorga Extraordinária, as premissas utilizadas no cálculo do novo valor justo do plano são as seguintes:

	2ª outorga extraordinária
Data	3/10/2011
Quantidade de ações	154.570
Preço de exercício na data da outorga	16,28
Taxa de juros, isenta de risco%	11,88
Tempo médio contratual (anos)	3,25
Rendimento esperado do dividendo%	2,59
Volatilidade das ações no mercado%	34,24
Preço no mercado acionário na data da modificação R$	27,10
Valor justo do plano recalculado depois da modificação R$	14,29
Valor justo do plano recalculado antes da modificação R$	12,27
Valor justo incremental	2,02

(b.4) Informações complementares em 31 de dezembro de 2011:

	1ª outorga	2ª outorga	1ª outorga extraordinária	2ª outorga extraordinária	Total ou média ponderada
Data	30/06/2011	30/06/2011	30/06/2011	03/10/2011	
Quantidade de opções em circulação	92.195	36.799	1.370.999	77.285	1.577.278
Preço médio de exercício ajustado	25,60	29,88	13,32	17,65	
Média de vida contratual remanescente	4,38	4,42	4,63	3,13	

A volatilidade esperada se baseia na volatilidade histórica das ações da Multiplus negociadas em bolsa. A vida contratual remanescente média se baseia na expectativa de exercício.

33. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Receitas financeiras				
Receitas de juros sobre aplicações financeiras	27.597	30.993	174.194	136.642
Ganhos cambiais	640	1.065	2.709.450	1.439.709
Outras (ii)	3.117	1.718	57.928	198.138
	31.354	33.776	2.941.572	1.774.489
Despesas financeiras				
Perdas cambiais	(91)		(3.610.383)	(1.196.576)
Despesas de juros (i)	(39.828)	(42.821)	(481.872)	(416.364)
Outras	(6.105)	(6.302)	(43.515)	(59.163)
	(46.024)	(49.123)	(4.135.770)	(1.672.103)
Derivativos designados como *hedge accounting* - mudança no valor temporal do derivativo e parcela inefetiva			(6.584)	
	(46.024)	(49.123)	(4.142.354)	(1.672.103)
Resultado financeiro	(14.670)	(15.347)	(1.200.782)	102.386

(i) A taxa média mensal de capitalização de juros em 31 de dezembro de 2011 foi de 0,36% (2010 - 0,16%).

(ii) Inclui a reversão da despesa de juros do adicional tarifário de R$ 181.166 ocorrida em setembro de 2010.

A variação cambial sobre o arrendamento mercantil financeiro reconhecida no resultado no exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2011 totalizou uma despesa líquida de R$ 579.795 (2010 - receita líquida - R$ 231.738) e a despesa de juros referente a esse arrendamento reconhecida no resultado no mesmo exercício totalizou R$ 100.616 (2010 - R$ 106.103).

34. Lucro por ação - consolidado

(a) Básico

O resultado básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações ordinárias e preferenciais emitidas e em circulação do ano, excluindo-se as ações compradas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Lucro líquido (prejuízo) apropriado aos acionistas da Companhia	(335.064)	637.420
Média ponderada da quantidade de ações emitidas (em milhares)	156.207	151.448
Média ponderada das ações em tesouraria (em milhares)	(115)	(263)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	156.092	151.185
Lucro líquido (prejuízo) básico por ação (reais por ação)	(2,15)	4,22

(b) Diluído

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações potenciais que provocariam diluição: as opções de compra de ações.

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Lucro líquido (prejuízo) apropriado aos acionistas da Companhia	(335.064)	637.420
Média ponderada da quantidade de ações em circulação (em milhares)	156.092	151.185
Efeito do plano de compra de ações (em milhares)		425
Média ponderada da quantidade de ações para cálculo do lucro líquido (prejuízo) diluído por ações (em milhares)	156.092	151.610
Lucro líquido (prejuízo) diluído por ação (reais por ação)	(2,15)	4,20

35. Caixa gerado pelas (utilizado nas) operações

	Controladora	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	(335.064)	637.420
Ajustes do resultado		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 25)	(14.444)	(367)
Depreciações e Amortizações	1	
Juros e variações cambiais sobre ativos e passivos	31.445	41.295
Resultado da equivalência patrimonial	290.846	(675.821)
Provisões para contingências	90	30
Outras provisões		1.987
Variações do capital circulante		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(204.220)	163.084
Tributos a recuperar	(291)	
Impostos e contribuições a compensar		3.243
Despesas do exercício seguinte		60
Depósitos judiciais	(373)	(174)
Partes relacionadas	(8.956)	
Outros ativos	131	41
Fornecedores	470	22
Salários e encargos sociais	1.014	821
Impostos e tarifas a recolher	2.519	2.382
Outros passivos	(5)	19
Caixa gerado pelas (utilizado nas) operações	(236.837)	174.042

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	(261.513)	668.930
Ajustes do resultado		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 25)	(135.127)	305.054
Depreciação e amortização (Nota 31)	730.375	699.769
Resultado na alienação do imobilizado (ver abaixo)	10.108	(13.671)
Juros e variações cambiais sobre ativos e passivos	1.406.059	97.473
Outras provisões	186.267	298.352
Provisões para contingências	72.450	85.908
Reversão de provisão para contingências	-	(585.914)
Plano de remuneração baseado em ações	19.023	15.999
Instrumentos financeiros derivativos - parcela não efetiva	6.584	-
Variações do capital circulante		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(277.234)	(396.676)
Estoques	2.149	14.501
Contas a receber de clientes	(269.623)	(469.709)
Tributos a recuperar	(417.893)	(85.681)
Despesas do exercício seguinte	40.810	(13.878)
Pré-pagamento de manutenção	(137.556)	(1.678)
Ativos financeiros - depósito bancário	(87.729)	(50.280)
Depósitos Judiciais	(22.633)	(14.764)
Outros ativos	(30.339)	67.889
Fornecedores	123.316	85.942
Salários e encargos sociais	(68.259)	45.622
Impostos e tarifas a recolher	418.484	323.403
Receita diferida	(167.613)	88.527
Outros passivos	264.095	59.938
Instrumentos financeiros derivativos	(42.492)	(222.618)
Pagamento do REFIS	(30.648)	-
Caixa gerado pelas operações	1.331.061	1.002.438

Na demonstração dos fluxos de caixa, a receita proveniente da venda de imobilizado compreende:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Valor contábil imobilizado	19.267	13.357
Ganhos na alienação de imobilizado	(10.108)	13.671
Recursos obtidos na alienação de imobilizado	9.159	27.028

36. Compromissos e contingências

(a) Compromissos por arrendamentos operacionais

A TLA possui obrigações decorrentes da contratação de operações de arrendamento de aeronaves sob a modalidade operacional simples. Os valores correspondentes aos compromissos dos equipamentos arrendados não estão refletidos no balanço patrimonial. A TAM possui 72 aeronaves na modalidade de arrendamento operacional simples (2010 - 69 aeronaves). Os contratos têm prazo médio de 107 meses e são atualizados com base na variação da cotação do dólar norte-americano, acrescidos da *LIBOR*. O custo dos contratos de arrendamento das aeronaves, reconhecidos no resultado consolidado, na rubrica "Custo dos serviços prestados", totalizou, em 31 de dezembro de 2011, R$ 417.964 (2010 -R$ 447.112), respectivamente, equivalentes a aproximadamente US$ 222.819 (2010-US$ 268.342 mil).

Para a maioria das operações foram oferecidas cartas de fiança ou depósitos como garantia de emissão da Companhia.

Adicionalmente, de forma a atender o cronograma de pagamentos previsto em contrato, foram oferecidas notas promissórias com aval da Companhia que totalizavam, em 31 de dezembro de 2011, R$ 3.243 (2010 - R$ 21.033).

Os desembolsos futuros assumidos em decorrência desses contratos são demonstrados como segue:

	Pagamentos mensais com vencimento final em	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Em moeda estrangeira -US$ (*)			
Aeronaves	2024	1.294.943	1.093.507
Motores	2021	25.435	27.190
Total		1.320.378	1.120.697

(*) Arrendamento mercantil operacional são denominados em dólares americanos e os acordos de pagamentos futuros são apresentados em Reais convertidos a taxa de fechamento do período.

Os vencimentos têm a seguinte distribuição por período:

Ano	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Menos de um ano	390.514	348.454
Mais de um e menos de cinco anos	728.403	702.206
Mais de cinco anos	201.461	70.037
	1.320.378	1.120.697

(b) Compromissos por futuros arrendamentos de aeronaves

(i) Airbus

Em 2005, a controlada TLA assinou aditivo contratual junto a Airbus para o pedido firme de 20 aeronaves Airbus A320, já recebidas, com opção para mais 20 da mesma família (inclui A319, A320 e A321). Em 2006, a controlada finalizou o contrato para aquisição de mais 37 aeronaves Airbus (31 aeronaves *narrow body* família A320 e seis aeronaves A330) com a opção de mais 20, para serem entregues em 2012 e 2013.

Em 28 de junho de 2007, a controlada assinou Memorando de Entendimento para a aquisição de 22 Airbus A350XWB, modelos 800 e 900 para serem entregues entre 2013 e 2018.

Adicionalmente, a TLA confirmou o exercício de quatro opções de Airbus A330, entregues no primeiro semestre de 2010 e 2011, referente ao contrato do final de 2006. A controlada confirmou ainda as vinte opções que haviam sido transferidas de 2005 para 2006 e que os recebimentos estão previstos para até o final de 2014.

Em 8 de junho de 2010, a TLA anunciou a encomenda de 20 novas aeronaves Airbus da família A320 e cinco A350-900, aumentando o número total de pedidos de aeronaves Airbus para 176 - incluindo 134 aeronaves da Família A320, 15 A330-200 e 27 A350WXB. O objetivo desta encomenda é cumprir o plano de frota já divulgado pela Companhia no ano de 2009. Das 20 aeronaves encomendadas da família A320 (A319, A320 e A321), 10 aeronaves serão entregues em 2014 e as outras 10 aeronaves entregues em 2015.

(ii) Boeing

Em 2006, a Companhia contratou o pedido de quatro Boeing 777-300ER com opções para mais quatro aeronaves, as quais foram convertidas para pedidos firmes em 2007. Com o recebimento das quatro aeronaves em 2008, a Companhia firmou mais um pedido para outras duas aeronaves e passando a ter seis pedidos firmes contratados com a Boeing para este tipo de aeronave, quatro a serem entregues em 2012 e duas a serem entregues em 2013.

(iii) Expansão e renovação da frota

Em 28 de fevereiro de 2011, a Companhia anunciou a encomenda de 32 aeronaves da Família Airbus A320 e de dois Boeings 777-300ER, os mesmos serão utilizados para a renovação e a expansão da frota. O montante destes novos pedidos, baseado em valores de lista, é de aproximadamente US$ 3,2 bilhões. Das 32 aeronaves encomendadas à Airbus, 22 são do novo modelo A320neo e dez da Família A320. Os aviões desse novo pedido serão entregues entre 2016 e 2018.

Os dois Boeings 777-300ER serão entregues em 2014. Com o pedido de mais dois aviões, chega a oito o número total de encomendas à fabricante norte-americana - incluindo quatro aeronaves que serão entregues em 2012 e duas em 2013. Quando todos os aviões forem entregues, teremos 12 Boeings em nossa frota.

(c) Seguro

A TAM mantém o seguro adequado aos riscos esperados para cobrir todas as responsabilidades geradas pelo acidente em 17 de julho de 2007, com uma aeronave Airbus A320, considerando os acordos já feitos e pagos com as famílias das vítimas pela companhia de seguro. Até a data de 31 de dezembro de 2011, 193 (2010 - 192) pagamentos foram efetuados às famílias das vítimas e outros estão sob negociação com a empresa de seguro da Companhia. A Administração compreende que a cobertura adequada do seguro é para cobrir todos os custos relacionados. A Companhia acredita que não incorrerá despesas adicionais ou inesperadas fora do escopo do acordo de seguro que seria responsabilidade direta de TAM.

(d) Passivos contingentes

As contingências que provavelmente exigirão um pagamento por parte da TAM estão provisionadas e são descritas na Nota 24.

(e) Contingentes ativas

(i) ICMS

Em 17 de dezembro de 2001, em virtude de decisão proferida pelo Superior Tribunal Federal - STF, deixou de incidir ICMS sobre a receita decorrente de serviços de transporte aéreo nacional e internacional de passageiros, bem como sobre a receita de serviços de transporte aéreo de cargas internacionais. Como consequência a essa decisão, permanece sendo requerida a tributação do ICMS sobre a receita de serviços de transporte aéreo de cargas nacionais. A provisão mantida pela Companhia totaliza, em 31 de dezembro de 2011, R$ 2.915 (2010 - R$ 4.355), apresentada na rubrica "Impostos e tarifas a recolher".

No período de maio de 1989 a maio de 1994, foram efetuados recolhimentos de ICMS considerados indevidos em virtude de inconstitucionalidade da lei que os exigiu. A TLA optou por ajuizar, nos diferentes estados do País, ações de repetição de indébito objetivando recuperar a totalidade dos valores pagos indevidamente. A administração da TLA somente reconhecerá os créditos envolvidos no momento em que a recuperação financeira desse direito for julgada em última instância pelos tribunais.

(ii) Indenização por danos relativos a congelamento de preços

A TLA impetrou ação judicial contra a União, pleiteando indenização pela quebra do equilíbrio econômico-financeiro de seu contrato de concessão de transporte aéreo, por insuficiência tarifária. O desequilíbrio objeto desta causa ocorreu no período de janeiro de 1988 a setembro de 1993, pela manutenção da operação com as tarifas então fixadas pelo Governo Federal. Em abril de 1998, a ação foi julgada procedente pela Justiça Federal, tendo o montante da indenização determinado com base em cálculo feito por perito judicial. Este montante está sujeito a juros de mora desde setembro de 1993, e a atualização monetária a partir de novembro de 1994. A 1ª Turma do Superior Tribunal de Justiça deu provimento ao recurso especial interposto pela TLA, para determinar que o Tribunal Regional Federal analise o mérito do recurso de apelação sem a necessidade de intervenção do Ministério Público.

A administração não procedeu a nenhum registro contábil destes créditos, o que somente será feito quando o referido direito for julgado em última instância.

(iii) Adicional de tarifas aeroportuária - ATAERO

Em 2001 a TLA interpôs uma ação ordinária com o pedido de tutela antecipada discutindo a legalidade do adicional de tarifas aeroportuárias criado pela Lei 7920/89, que incide a alíquota de 50% sobre as tarifas aeroportuárias. A Companhia vem pagando mensalmente referidos valores, que em 31 de dezembro totalizavam R$ 1.089.571 (2010 - R$ 918.492) para o qual nenhum ativo foi reconhecido contabilmente.

37. Informações por segmento

A Companhia possui dois segmentos operacionais a serem reportados: Aeroviário e Programa Fidelidade ("Multiplus"). Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais (Chief Operating Decision-maker - CODM).

			Total do ativo		
	Aeroviário	Programa Fidelidade (Multiplus)	Total reportado - Segmento da informação	Eliminações	Consolidado
31 de dezembro de 2011	18.226.516	1.308.434	19.534.950	(3.549.721)	15.985.229
31 de dezembro de 2010	17.821.680	1.437.896	19.259.576	(4.824.972)	14.459.063

			31 de dezembro de 2011		
	Aeroviário	Programa Fidelidade (Multiplus)	Total reportado - Segmento da informação	Eliminações	Consolidado
Receita					
Passageiro	11.050.270	1.345.199	12.395.469	(2.386.662)	10.008.807
Cargas	1.176.676	-	1.176.676	-	1.176.676
Outras	1.332.664	28.247	1.360.911	1.009.418	2.370.329
Receita Bruta	13.559.610	1.373.446	14.933.056	(1.377.244)	13.555.812
Impostos e outras deduções	(434.692)	(126.634)	(561.326)	-	(561.326)
Receita Líquida	13.124.918	1.246.812	14.371.730	(1.377.244)	12.994.486
Custos Despesas Operacionais					
Custo dos serviços	(8.087.065)	(842.068)	(8.929.133)	136.748	(8.792.385)
Depreciação e Amortização	(591.666)	(5.022)	(596.688)	(596.688)	
Despesas de Vendas	(2.021.848)	(32.371)	(2.054.219)	323.412	(1.730.807)
Despesas Gerais e Administrativas	(1.757.531)	(57.102)	(1.814.633)	917.084	(897.549)
Variação do valor justo de derivativos de combustível	40.828	-	40.828	-	40.828
Lucro operacional	707.636	310.249	1.017.885	-	1.017.885
Receita financeira	2.839.550	102.022	2.941.572	-	2.941.572
Despesa financeira	(4.135.465)	(305)	(4.135.770)	-	(4.135.770)
Despesa financeira com *Hedge Accounting*	-	(6.584)	(6.584)	-	(6.584)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(588.279)	405.382	(182.897)	-	(182.897)
Imposto de renda e contribuição social	52.520	(131.136)	(78.616)	-	(78.616)
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	(535.759)	274.246	(261.513)	-	(261.513)

			31 de dezembro de 2010		
	Aeroviário	Programa Fidelidade (Multiplus)	Total reportado - Segmento da informação	Eliminações	Consolidado
Receita					
Passageiro	9.535.936	504.916	10.040.852	(885.499)	9.155.353
Cargas	1.112.683		1.112.683		1.112.683
Outras	1.254.918	12.959	1.267.877	262.870	1.530.747
Receita Bruta	11.903.537	517.875	12.421.412	(622.629)	11.798.783
Impostos e outras deduções	(372.060)	(48.032)	(420.092)		(420.092)
Receita Líquida	11.531.477	469.843	12.001.320	(622.629)	11.378.691
Custos Despesas Operacionais					
Custo dos serviços	(6.956.348)	(274.258)	(7.230.606)	(345.674)	(7.576.280)
Depreciação e Amortização	(599.184)		(599.184)		(599.184)
Despesas de Vendas	(2.015.072)	(422)	(2.015.494)	261.799	(1.753.695)
Despesas Gerais e Administrativas	(438.314)	(64.891)	(503.205)	30.686	(472.519)
Variação do valor justo de derivativos de combustível	36.585		36.585		36.585
Lucro operacional	1.559.144	130.272	1.689.416	(675.818)	1.013.598
Receita financeira	1.739.115	35.374	1.774.489		1.774.489
Despesa financeira	(1.669.988)	(2.115)	(1.672.103)		(1.672.103)
Lucro/(prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	1.628.271	163.531	1.791.802	(675.818)	1.115.984
Imposto de renda e contribuição social	(401.909)	(45.145)	(447.054)		(447.054)
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	1.226.362	118.386	1.344.748	(675.818)	668.930

38. Evento subsequente

LATAM

Em 3 de janeiro de 2012, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária em que os acionistas da TAM, (representados por 14,95% dos papéis em circulação), aprovaram por unanimidade o valor da relação de troca de ações com a LAN. Com essa aprovação, em 18 de janeiro de 2012, TAM e LAN arquivaram junto à Comissão de Valores Mobiliários um pedido de registro de oferta pública unificada de permuta de ações da TAM para cancelamento de registro de companhia aberta e saída do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

Continua

TAM S.A.

e TAM S.A. e suas controladas

Companhia Aberta - CNPJ 01.832.635/0001-18

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Para o Exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

39. Balanço Social Anual / 2011 (Não Auditado)

Empresa:						
1 - Base de Cálculo	**2011 Valor (Mil reais)**			**2010 Valor (Mil reais)**		
Receita líquida (RL)	12.994.486			11.378.691		
Resultado operacional (RO)	1.017.885			1.013.598		
Folha de pagamento bruta (FPB)	2.727.205			2.328.428		
2 - Indicadores Sociais Internos	**Valor (mil)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**	**Valor (mil)**	**% sobre FPB**	**% sobre RL**
Alimentação	227.933	8,36%	1,75%	182.374	7,83%	1,60%
Encargos sociais compulsórios	566.958	20,79%	4,36%	469.258	20,15%	4,12%
Previdência privada	12.772	0,47%	0,10%	27.090	1,16%	0,24%
Saúde	35.373	1,30%	0,27%	33.754	1,45%	0,30%
Segurança e saúde no trabalho	7.310	0,27%	0,06%	2.716	0,12%	0,02%
Educação	7.244	0,27%	0,06%	3.080	0,13%	0,03%
Cultura	4.400	0,16%	0,03%	553	0,02%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	30.633	1,12%	0,24%	7.963	0,34%	0,07%
Creches ou auxílio-creche	1.196	0,04%	0,01%	1.269	0,05%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	74.516	2,73%	0,57%	100.168	4,30%	0,88%
Outros	75.973	2,79%	0,58%	53.312	2,29%	0,47%
Total - Indicadores sociais internos	1.044.308	38,29%	8,04%	881.537	37,86%	7,75%
3 - Indicadores Sociais Externos	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Educação	2.168	0,21%	0,02%	1.431	0,14%	0,01%
Cultura	14.170	1,39%	0,11%	28.858	2,85%	0,25%
Saúde e saneamento	1.366	0,13%	0,01%	1.390	0,14%	0,01%
Esporte	610	0,06%	0,00%	2.883	0,28%	0,03%
Combate à fome e segurança alimentar	324	0,03%	0,00%	2.269	0,22%	0,00%
Outros	1.337	0,13%	0,01%	3.932	0,38%	0,03%
Total das contribuições para a sociedade	19.975	1,96%	0,15%	40.762	4,02%	0,34%
Tributos (excluídos encargos sociais)	907.025	89,11%	6,98%	1.095	0,10%	9,62%
Total - Indicadores sociais externos	927.000	91,07%	7,13%	41.857	4,13%	9,96%
4 - Indicadores Ambientais	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**	**Valor (mil)**	**% sobre RO**	**% sobre RL**
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	5.305	0,52%	0,04%	5.627	0,56%	0,05%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	540	0,05%	0,00%	281	0,02%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	5.845	0,57%	0,04%	5.896	0,58%	0,05%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%			( ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% (x) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	**2011**			**2010**		
Nº de empregados(as) ao final do período	29.768			28.193		
Nº de admissões durante o período	5.768			6.640		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	610			393		
Nº de estagiários(as)	79			64		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	2.893			2.554		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	11.117			10.927		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	38,22%			33,58%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	6.490			5.872		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	20,00%			16,00%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	613			582		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	**2011 Valor (Mil reais)**			**Metas 2012**		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	0			0		
Número total de acidentes de trabalho	1063			1143		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(x) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa	( ) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	(x) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	( ) segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá	( ) seguirá as normas da OIT	(x) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(x) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	(x) são sugeridos	( ) são exigidos	( ) não serão considerados	(x) serão sugeridos	( ) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	( ) não se envolve	( ) apóia	(x) organiza e incentiva	( ) não se envolverá	( ) apoiará	(x) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 91483	no Procon 2995	na Justiça 17778	na empresa 105315	no Procon 3156	na Justiça 10622
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 100%	no Procon 54%	na Justiça 59%	na empresa 100%	no Procon 62%	na Justiça 58%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R$):	**Em 2011: 8.228.422**			**Em 2010: 6.258.916**		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	21% governo 26,8% colaboradores(as) 0,9% acionistas 55,3% terceiros -4,1% retido			28,2% governo 29,4% colaboradores(as) 1,5% acionistas 32,2% terceiros 8,7% retido		
7 - Outras Informações						
TAM S.A. CNPJ: 01.832.635/0001-18. Setor econômico: serviços de transporte e logistica. UF: SP Detalhamento, comentários e projetos estão destacados no Relatorio de Administração da Companhia, publicado juntamente com as demonstrações financeira. Responsáveis pelas informações: Claudio Costa e Rita Moreno. Contato: 5582.7210 - responsabilidade.social@tam.com.br. Esta empresa não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de crianças ou adolescente e não está envolvida em corrupção.						

Luiz Carlos Miranda - Gerente de Controladoria - CRC 1SP168723/O-8

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros efetivos do Conselho Fiscal, abaixo assinados, tendo analisado as demonstrações financeiras e contábeis da TAM S.A., referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, e tendo como base os respectivos trabalhos e pareceres da Auditoria Independente - PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, entendem que se encontram em condições de serem analisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e da mesma forma submetidas à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia. Foram também analisadas as propostas da Administração da Companhia referentes ao orçamento de capital para o exercício de 2012 e verificamos que encontra-se alinhado às suas necessidades operacionais e administrativas.

Conselheiros

Edvaldo Massao Murakami | **Antonio Sérgio Bartilotti** | **Flávio Jarczun Kac** | **Antonio Fernando Siquiera Rodrigues** | **Nilton Maia Sampaio**

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas

TAM S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da TAM S.A. (a "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da TAM S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TAM S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TAM S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da TAM S.A., essas práticas diferem das IFRS aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2012

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Alberto de Sousa
Contador
CRC 1RJ056561/O-0 "S" - SP